

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” –
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ASSIS

SAMANTA BUENO DE AGUIAR

MATERNIDADE, PSICANÁLISE E LITERATURA:
diálogos possíveis

ASSIS/SP

2025

SAMANTA BUENO DE AGUIAR

**MATERNIDADE, PSICANÁLISE E LITERATURA:
diálogos possíveis**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Thassia Souza Emídio

ASSIS/SP

2025

A282m Aguiar, Samanta Bueno de
Maternidade, psicanálise e literatura: : diálogos
possíveis / Samanta Bueno de Aguiar. -- Assis, 2025
124 p.

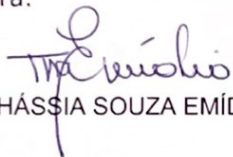
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras,
Assis
Orientadora: Thassia Souza Emidio

1. psicanálise. 2. maternidade. 3. literatura. I.
Título.



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SAMANTA BUENO DE AGUIAR, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 12 dias do mês de agosto do ano de 2025, às 9h, no(a) Sala de Defesas da Pós-graduação e sala virtual: meet.google.com/xja-dyze-ovn, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de SAMANTA BUENO DE AGUIAR, intitulada **MATERNIDADE, PSICANÁLISE E LITERATURA: diálogo possíveis.**, sob orientação da Profa. Dra. Thássia Souza Emídio. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. THÁSSIA SOUZA EMÍDIO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. MARY YOKO OKAMOTO (Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. LAYSE BARNABÉ DE MORAES (Participação Virtual) do(a) Unopar Londrina. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Profa. Dra. THÁSSIA SOUZA EMÍDIO

Aos personagens da minha vida.
Da fantasia à realidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Universidade Estadual Paulista (UNESP), por possibilitar viver a pesquisa, em um Câmpus que me acolheu, e com respiros de esperança foi possível pesquisar com sabedoria.

Agradeço à Professora Dra. Thassia Souza Emidio, por me aceitar e acolher como orientanda, com sua maestria em orientar de forma única e especial. Me apontou caminhos na escrita que jamais vou me esquecer, e persistiu quando eu precisava de mais fôlego, apostando em um trabalho subjetivo.

Agradeço às Professoras da banca, Dra. Mary Yoko Okamoto e Dra. Layse Barnabé de Moraes, pela leitura cuidadosa e dedicação, pelos apontamentos necessários e pela possibilidade de compartilhar essa pesquisa tão especial para mim.

Ao Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicanálise e Vincularidade (LAPSIVI-UNESP/ASSIS), que nesses anos de estudo me proporcionou muito aprendizado, muitas trocas valiosas com profissionais e colegas da universidade.

Agradeço à autora mexicana Brenda Navarro, por em algum momento de sua vida escrever Casas Vazias e assim, com a minha leitura, ocupar grande espaço no meu desejo, com suas personagens dignas de estarem aqui.

À minha mãe, que de várias formas me trouxe até aqui. Em um tema sobre a maternidade, foi impossível escrever sem reviver nossos momentos e nossa relação. Agradeço por me ajudar na construção do meu caminhar, das minhas paixões, por dar voz à minha fala que tanto na análise pessoal assim como na escrita teve lugar importante por esses anos. O acolhimento em dias difíceis me fez ter um carinho maior pela vida.

Ao meu pai, que com toda sabedoria me fez permanecer corajosa e com o peito cheio de amor. Seu carinho, e sua forma de enxergar as coisas belas me impulsionou para realizar esse trabalho.

Aos meus amigos e amigas, que mais uma vez participaram de um ciclo importante, me ouviram e me acolheram da forma que eu mais precisava, todos foram importantes para me sentir amada e fiel à essa conquista.

Em especial, agradeço à minha amiga Layana, que tanto me ouviu em dias que queria desistir, que trouxe outro significado para meu momento e me colocou no colo

quando mais precisei. À minha amiga Claudia que diariamente me viu ter presença na escrita. À minha amiga Rafaela que participou da leitura de Casas Vazias e assim fui preenchida por seu olhar tão precioso dessa obra. À minha amiga Marcela, que com seu jeito acolhedor transformou alguns dias de desespero em afeto. À minha amiga Jéssica, que me fortalecia com palavras ricas e me fazia acreditar em mim.

À Amora, que chegou nos meses finais da escrita e teve papel importante, exigindo presença e me fazendo ocupar um lugar de maior dedicação.

À minha analista, por semanalmente oferecer um lugar de escuta com dose de salvação.

À psicanálise e à literatura que tiveram um espaço potente na construção deste trabalho e no caminhar da minha vida pessoal.

Agradeço, por fim, a todos os lugares que ocupei através desta pesquisa. Lugares que me convocaram para um saber precioso, digno de ir atrás da vida, de permanecer, de desistir e de saber a importância de abrir espaço para a presença e ausência.

*“Contanto que você escreva o que tiver vontade de escrever, isso é tudo que importa”
(Woolf, 2014, p. 149).*

Resumo

Na atualidade, novas configurações de família têm se apresentado, trazendo mudanças também para o exercício da parentalidade. Nesse cenário, a maternidade e os ideais que permeiam esta função passam a ser questionados e discutidos. Logo, apresenta-se como uma questão importante na atualidade estudar a história da maternidade, pois a compreensão da construção do valor do amor materno se liga a um percurso histórico e social que levou as mulheres a acreditarem no discurso de que toda mulher precisa ser uma boa mãe ou viver a maternidade – percurso este que atrelou a condição feminina à maternidade. Nesse percurso de construção e enraizamento do amor materno como um valor pessoal e social, a Psicanálise também apresentou discussões sobre o feminino e sua vinculação com o materno. Desse modo, esta pesquisa teve como objetivo compreender o que a Psicanálise apresenta sobre a maternidade, partindo de Freud, percorrendo a conferência de Margarete Hilferding, até chegar aos autores contemporâneos, como Nancy Chodorow, e como tais ideais compõem o ideal de maternidade presente na sociedade atual, a partir de uma interlocução entre Psicanálise e Literatura. Trata-se de uma pesquisa teórica em Psicanálise, em que buscamos pela interlocução entre Psicanálise e Literatura. O corpus de pesquisa foi constituído pelo romance *Casa Vazias*, da autora mexicana Brenda Navarro, cuja narrativa foi disparadora de reflexões, nos possibilitando a articulação das discussões históricas e psicanalíticas sobre a maternidade e apresentando como essas vozes literárias podem nos ajudar a refletir essas questões. Os resultados da pesquisa apontam para as possibilidades de uma maternidade com mais subjetividade para as mulheres, desviando das imposições já construídas e apresentando caminhos, através da literatura, que reafirmam que o instinto materno não é inato. Aposta-se na psicanálise como ferramenta que permite pensar diferentes percursos femininos, nos quais o desejo pela maternidade pode ou não estar presente.

Palavras-chave: Maternidade; Psicanálise; Literatura.

Abstract

Nowadays, new family configurations have emerged, also bringing changes to the exercise of parenthood. In this scenario, motherhood and the ideals that permeate this function are being questioned and discussed. Therefore, studying the history of motherhood is an important issue today, since understanding the construction of the value of maternal love is linked to a historical and social path that led women to believe in the discourse that every woman needs to be a good mother, or that she needs to experience motherhood, a path that linked the female condition to motherhood. In this path of construction and rooting of maternal love as a personal and social value, Psychoanalysis also presented discussions about the feminine and its connection with the maternal. Thus, this research aimed to understand what Psychoanalysis presents about motherhood, starting with Freud, going through Margarete Hilferding's lecture and up to contemporary authors, such as Nancy Chodorow, and how these ideals make up the ideal of motherhood present in today's society, based on an interlocution between Psychoanalysis and Literature. This is a theoretical research in Psychoanalysis, in which we seek the dialogue between Psychoanalysis and Literature. The research corpus was constituted by the novel "Empty Houses" by the Mexican author Brenda Navarro, which, based on its narrative, triggered reflections, allowing us to articulate historical and psychoanalytic discussions about motherhood and presenting how these literary voices can help us reflect on these issues. The results of the research point to the possibilities of a motherhood with more subjectivity for women, deviating from the impositions already constructed, and presenting paths, through literature, that reaffirm that the maternal instinct is not innate and betting on psychoanalysis, since it is what will allow us to think about different female paths, in which the desire for motherhood is present or not.

Keywords: Motherhood; Psychoanalysis; Literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- SER-MÃE E AS FUNÇÕES (IM)POSSÍVEIS	17
1.1 O AMOR MATERNO E A IDEALIZAÇÃO DA MATERNIDADE: UM BREVE PERCURSO JUNTO ÀS TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA NA SOCIEDADE	17
1.2 NOVOS ESPAÇOS EMERGENTES DO FEMININO AO MATERNO	29
CAPÍTULO 2- O OLHAR DA PSICANÁLISE PARA A MATERNIDADE	36
2.1 MULHERES: UMA VOZ QUE NÃO CESSA	37
2.2 A PSICANÁLISE FREUDIANA E SUAS INDAGAÇÕES.....	42
2.3 “A PSICANÁLISE DA MATERNIDADE” – NANCY CHODOROW	50
CAPÍTULO 3- A PESQUISA.....	61
3.1 OBJETIVOS	61
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	61
3.3 PSICANÁLISE E LITERATURA	65
3.4 O ROMANCE CASAS VAZIAS, DE BRENDA NAVARRO.....	69
CAPÍTULO 4- CASAS VAZIAS E OS OLHARES PARA A MATERNIDADE NA ATUALIDADE	74
4.1 PERSONAGENS	74
4.2 IDEALIZAÇÃO DA MATERNIDADE	75
4.3 A AMBIVALÊNCIA DO MATERNAR.....	86
4.4 A SUTILEZA DE NAGORE	98
4.5 POSSIBILIDADES DE OLHAR A MATERNIDADE NA ATUALIDADE	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

São tantos temas para pensar uma pesquisa e por que então não refletir sobre algo que está tão presente nas vidas das pessoas, das mulheres, da sociedade e há tanto tempo permanece vivo em uma cultura? A maternidade carrega tantas linguagens, e muitas estão escondidas, veladas, sucumbidas pelo sentimento de vergonha, culpa ou rejeição vivenciados por muitas mulheres ao longo da história. Estudar a maternidade e suas nuances têm se apresentado como uma questão importante na atualidade.

A sociedade passa por constantes transformações que repercutem nos modos como as famílias se organizam, apresentando diferentes configurações ao longo do tempo. Novas configurações de família têm surgido, trazendo mudanças também para o exercício da parentalidade. Nesse cenário, a maternidade e os ideais que permeiam essa função passam a ser questionados e discutidos.

Torna-se uma questão importante na atualidade, ao tratarmos dessas mudanças na família e na parentalidade, estudar a história da maternidade, pois a compreensão da construção do amor materno como um valor pessoal e social se liga a um percurso social, que levou as mulheres a acreditarem no discurso de que toda mulher precisa ser uma boa mãe, ou que simplesmente precisam viver a maternidade – percurso este que atrelou à condição feminina a maternidade.

Badinter (1985), em seus estudos sobre a construção social do amor materno e dos valores ligados à maternidade, aponta que “o amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam” (p.19). A autora aponta que a procriação só teria sentido com a sobrevivência do feto e a transformação do embrião num indivíduo acabado, cabendo apenas à mãe essa função.

A questão que prioriza o instinto materno como “causador” de todo esse amor e cuidado nos faz entrar em dúvidas quando vemos, durante toda a história, momentos em que mulheres não exercem essa função, por vários motivos. É o que se observa, por exemplo, quando uma mulher prioriza seus estudos, sua carreira profissional, ou descobre outros prazeres na vida, permitindo-se vivê-los com contentamento. Nesses momentos, muitas vezes ela se vê tomada por sentimentos de culpa, resultado de um

discurso social que insiste em associar o valor feminino exclusivamente à maternidade. Com o tempo – seja por meio de conversas em terapia ou diálogo com outras mulheres –, essa culpa pode ser reconhecida como um efeito das imposições culturais e de todo um discurso maternalista.

Badinter (1985) também afirma que, mesmo quando a hipótese do instinto materno foi deixando de ser sustentada por algumas teorias, o papel da mulher como mãe protetora, de extremo cuidado com o filho e do máximo amor que possa existir, sempre permaneceu. Sobre isso, ela afirma: “mudou-se o vocabulário, mas conservaram-se as ilusões” (Badinter, 1985, p. 115)

De acordo com Moura (2004), ao longo do tempo e dos interesses sociais, os cuidados maternos passaram a ser valorizados, atribuindo um novo olhar sobre a criança que possibilitou a manifestação do “amor materno”, tornando-se algo com naturalidade. Essa naturalização do amor materno tem repercussões na vida das mulheres na sociedade, no modo como são cobradas com relação à maternidade e também nos percursos de vida possíveis que devem seguir na sociedade atual. A idealização da maternidade vinculada à ideia de um amor materno natural, portanto, tem ressonâncias nas experiências femininas em nossa sociedade.

O interesse por realizar esta pesquisa surgiu a partir de um breve trabalho já realizado na graduação de psicologia sobre o que pode ser dito de real da maternidade. Em 2018, ao iniciar meus estudos em Psicanálise e organizar uma proposta para o Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia, pude observar que pouquíssimos trabalhos discutiam as questões do feminino, da maternidade e seus percursos, e decidi me dedicar a esse tema. Minha orientadora à época, mulher, professora e amante da psicanálise, abraçou esse desejo e disse: “*mas qual caminho do feminino estudaremos?*”. Não tão simples, essa resposta veio aos poucos. Não apenas pela falta de trabalhos ali encontrados, a maternidade apareceu como uma possibilidade de ir ao encontro do amor – mas não do materno, conhecido socialmente, e sim daquilo que as mulheres não conseguem (ou não podem) dizer sobre esse amor; da raiva, da renúncia, da culpa de permanecer numa maternidade muitas vezes sobrecarregada, do cansaço físico e mental e da solidão que muito é comentada por essas mulheres.

Aquilo que não se consegue falar com facilidade, que anda nas entrelinhas, que “quase” fala, que aparece num riso, numa piada e numa “mentirinha boba” me atraiu e me fez permanecer estudando a ponto de continuar me atraindo para esta dissertação de mestrado.

Parecia, na época, que falar de algo que aparentava ser errado ou difícil era provocativo para as mulheres e para toda a sociedade, mas também parecia que era ali então que precisava investir, no que era instigante. Através da história da mulher e da maternidade, decidimos que seria interessante ouvir o que as mulheres/mães tinham para dizer. Para tanto, escolhemos alguns temas que seriam discutidos através de encontros semanais em formato de grupos.

A escolha dos temas foi selecionada a partir de algumas leituras: (a) as ideias sobre a maternidade antes de vivenciá-la; (b) as ansiedades específicas da maternidade; e (c) como é ser mulher/mãe nos dias atuais. Foram realizados quatro encontros grupais e a partir dos relatos de experiências, percebemos que o compartilhamento de sentimentos e vivências proporcionou um aprendizado conjunto. Nesses grupos foi possível perceber a idealização do amor materno; os questionamentos sobre a função de mãe a partir do contexto social e cultural de cada mulher; o lugar da sexualidade; os desejos individuais e todas as dificuldades vivenciadas pelas mulheres; pois como aponta Badinter (1985, p. 241), “todas as que demonstram virilidade, independência ou atividade, são loucas”.

A partir desses encontros com as mulheres e das reflexões realizadas, pudemos perceber que o lugar socialmente construído para a maternidade muitas vezes anula a possibilidade de um olhar para os diferentes percursos femininos; também observamos que a maternidade é vivenciada por cada uma delas, independentemente do querer ser mãe ou não, pois cada escolha terá consequência na vida de uma mulher.

Os pontos centrais da pesquisa mostram, em várias dimensões, não só como as mulheres/mães pesquisadas foram construídas, mas também como são mantidas, frequentemente condicionadas a padrões ideologicamente consolidados e resistentes. Também notamos que diversas teorias e estudos foram, ao longo do tempo, compondo esses padrões e sustentando esse lugar socialmente construído para as mulheres e para a maternidade. Outros estudos trouxeram apontamentos importantes, buscando

questionar e abrir possibilidades de outros olhares para as mulheres e mães. É sobre essa questão que pretendemos nos debruçar nesta pesquisa.

Considerando as questões apresentadas acima e os desdobramentos e reflexões decorrentes do estudo realizado, esta pesquisa tem como objetivo compreender o que a psicanálise apresenta sobre a maternidade e como essas ideias compõem o ideal de maternidade presente na sociedade atual, propondo uma interlocução entre a Psicanálise e a Literatura.

Para isso, esta pesquisa recupera o percurso histórico de construção da maternidade como um valor pessoal e social em nossa sociedade; estuda o olhar da psicanálise para a maternidade a partir das teorias de Sigmund Freud, da conferência de Margarete Hilferding até chegar a autores contemporâneos, como a psicanalista Nancy Chodorow; e propõe a interlocução entre Psicanálise e Literatura, a partir do livro *Casas Vazias*, da escritora mexicana Brenda Navarro – em que a autora apresenta vivências de maternidade e há o questionamento do amor de mãe naturalizado em nossa sociedade – para discutir sobre a maternidade e sobre como o olhar psicanalítico compõe esse ideal de maternidade.

Deste modo, o livro será um disparador de nossas análises e reflexões, nas quais buscaremos discutir sobre o que a psicanálise pode nos dizer sobre a maternidade e as mudanças nesse olhar que vêm se configurando na sociedade atual. Além de toda trama do drama literário, o que mais chamou atenção em *Casas Vazias* foi o fato de a autora ter construído uma história com duas personagens em contextos sociais e familiares distintos. Dois desejos também se apresentam na obra: o desejo (insensato, como iremos discutir adiante) em ser mãe; e o de se ver odiando essa ideia e a vivência da maternidade.

Assim, esta pesquisa se configura como uma pesquisa qualitativa, pela qual buscamos construir uma reflexão com valor subjetivo e particular, dando respaldo aos nossos objetivos. Trata-se de uma pesquisa teórica em psicanálise, que lida com o funcionamento psíquico do sujeito em sociedade à luz da expressão criada por Mezan (2002), “*psicanálise aplicada*” – a qual possui grande peso em pesquisas “fora do consultório clínico”.

Mezan (2002) também traz sentido à pesquisa quando diz:

Muitas vezes, é mais fácil identificar algo de interesse clínico num romance, num filme, num fenômeno social, numa exposição de arte, e isso por uma razão muito simples: é que essas obras da vida cultural foram construídas de forma a ressaltar certas características (Mezan, 2002, p. 293).

A interlocução entre Psicanálise e Literatura se encaixa como um instrumento potente para nossas discussões. Desde o começo da teoria de Freud, vemos um laço e um apreço por obras literárias. Birman (2019) diz que a escrita em psicanálise se torna marcante por uma singularidade, de modo que podemos notar em vários textos de Freud a presença da literatura como estudo teórico.

Santos (2019) realça que, além do ato criativo, Freud problematizou as possibilidades de as obras literárias conterem fragmentos do inconsciente – o que permite a identificação do leitor com o romance. Em suas palavras, “[...] Freud, em alguns momentos, propôs colocar alguns artistas e personagens no divã, na tentativa de descobrir sintomas e também de justificar as suas hipóteses de pesquisa” (Santos, 2019, p. 63). Em nossa pesquisa, não partimos da intenção de colocar as personagens de *Casas Vazias* no divã, mas de que as vivências dessas personagens sejam disparadoras de nossas reflexões sobre a maternidade, permitindo-nos perceber o quanto a literatura pode enriquecer nossas discussões.

Para organização desta pesquisa foram construídos alguns capítulos. O primeiro capítulo apresenta um breve percurso histórico sobre o feminino e a maternidade, discutindo através das mudanças no conceito de família. Essa passagem atravessa caminhos: como a mulher era vista antigamente, a inserção no mercado de trabalho, o conflito atual sobre a maternidade e uma voz potente que *foi* e *é* ainda construída.

No segundo capítulo discutimos o que a Psicanálise apresenta sobre a maternidade. Perscrutamos um caminho necessário desde Margarete Hilferding, psicanalista que proferiu uma conferência em 1911 em Viena, intitulada “A Base do Amor Materno”, até Freud, com alguns textos importantes que dizem sobre o feminino e o materno, propondo uma interlocução com psicanalistas posteriores, à qual nos dedicamos especialmente por meio das discussões desenvolvidas pela psicanalista feminista Nancy Chodorow.

No terceiro capítulo apresentamos a pesquisa, o delineamento metodológico e como encontra-se realizada a articulação entre Psicanálise e Literatura. Neste capítulo fazemos uma breve discussão sobre a relação entre esses dois campos de estudo e delineamos o modo como trabalharemos com essa interlocução. Apresentamos também um breve resumo da obra escolhida, o romance *Casas Vazias*, de Brenda Navarro.

No quarto e último capítulo realizamos a análise e a reflexão sobre o tema a partir da obra literária escolhida, buscando responder aos objetivos deste trabalho. Por fim, encerramos nosso percurso de pesquisa nas Considerações Finais, apresentando uma síntese das reflexões proporcionadas por este trabalho, bem como seus desdobramentos.

CAPÍTULO 1- SER-MÃE E AS FUNÇÕES (IM)POSSÍVEIS

*“Quando as crianças não mais forem desejáveis, as
mulheres deixarão de ser necessárias.
Espero que vocês tomem nota disso”
(Virginia Woolf)*

A fim de compreendermos cada vez mais o tema do amor materno, é necessário partirmos da ideia de que a representação do feminino, o que está em torno disso e os caminhos trilhados na construção da maternidade estão ligados intrinsecamente. No fim do século XVIII, o amor materno surgiu como um conceito novo e, igualmente nova foi a associação das duas palavras: amor e materno. Isso significa não só a promoção do sentimento, como também do sentido da mulher enquanto mãe.

1.1 O AMOR MATERNO E A IDEALIZAÇÃO DA MATERNIDADE: UM BREVE PERCURSO JUNTO ÀS TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA NA SOCIEDADE

A família encontra, na história, grandes períodos de transformação, começando com a família “tradicional”, levantada por Roudinesco (2003), que servia para assegurar a transmissão de um patrimônio. Essa família era inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal – verdadeira transposição da monarquia. O amor era quase sempre ausente no dia do contrato, só poderia aparecer em consequência dos hábitos conjugais. A autora ressalta ainda que:

De tudo isso, atentemos para a ausência do amor como valor familiar e social no período de nossa história que antecede a metade do século XVIII. Não se trata, porém, de negar a existência do amor antes de determinada época, o que seria absurdo. Mas é preciso admitir que esse sentimento não tinha a posição nem a importância que hoje lhe são conferidas (Roudinesco, 2003, p. 32).

Nesse contexto, o amor era visto só em pessoas mais fracas, pessoas emocionalmente afetadas, consideradas sem razão. Sob forte pressão, o casamento era “conduzido” inteiramente pela autoridade paternal. Badinter (1985) sustenta que o poder paterno deveria ser sustentado a qualquer custo: “exercia-se nesse sentido uma pressão social tão forte que quase não sobrava lugar para qualquer outro sentimento. O amor,

por exemplo, parecia ser muito débil para que sobre ele se construísse alguma coisa.” (p. 44)

De acordo com Ferrari e Ribeiro (2020, p.11), “nos últimos sessenta anos assistimos a uma onda de transformações nos papéis femininos e, conseqüentemente, na família”. A descoberta da pílula anticoncepcional, maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, a conquista do direito ao divórcio, entre outros, possibilitaram uma breve mudança no caminhar das mulheres. Como apontam Ferrari e Ribeiro (2022, p. 12) “é preciso considerar os novos modos de subjetivação, tanto nos homens quanto nas mulheres, que são característicos dos tempos atuais, e as implicações disso para o exercício da maternidade e da paternidade”

O exercício da maternidade depende de muitos fatores sociais para existir, como os papéis de gêneros, a política, a organização familiar e a construção de um olhar para a criança – fatores que foram determinantes para a construção do valor social ligado à maternidade. Ariès (1978) discorre que desde a antiguidade, mulheres e crianças eram consideradas seres inferiores que não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, tendo inclusive a duração da infância reduzida.

A construção do efeito do amor materno na sociedade teve nuances e uma história marcada por muitas vozes. Isso implica reconhecer que se trata de uma construção dada historicamente e influenciada por discursos sociais e culturais. Grisci (1995) relata que ser mulher está biológica e socialmente tão relacionado ao ser mãe que seria impossível questionar essa construção social. Perceber a história da maternidade nos permite visualizar uma condição do feminino à luz da condição de toda a sociedade, das relações familiares, religiosas, sob leis e normas, onde “ser mãe” passa a ser um contorno de toda história social.

Badinter (1985) não nega a existência deste amor nos anos anteriores ao século XVIII, mas de que este não possuía valor familiar e social tal qual a importância e posição que assumiria mais tarde, como os conceitos de família e infância, por exemplo. A partir dos anos de 1770, foi imposta à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo, e inaugurou-se o mito que continua bem vivo até a atualidade: o do amor natural e espontâneo que toda mãe teria pelo filho.

Não podemos de mencionar a criação da mulher “pura e protetora” a partir do discurso religioso. Vásquez (2014) nos diz que essa representação é fundante para o ideal materno, sobretudo dentro da cultura ocidental, tendo a figura de Maria ajudado a consolidar um estereótipo de maternidade e de feminilidade, sendo vista como um exemplo de mãe, de mulher que tudo suporta, do acolhimento e de bons costumes.

Segundo Emidio (2011), na Antiguidade as mulheres sempre foram associadas ao mistério e às questões obscuras e enigmáticas – associações essas estruturadas pelo contexto específico. Del Priore (1993) completa que a visão da mulher sem qualidades é vista desde a época Clássica, onde foi pintada na literatura como enganadora, fétida, concupiscente, desbocada, dentre outros. De maneira semelhante, a autora nos coloca que:

O medo que a mulher inspiraria ao outro sexo viria deste mistério, fonte de terrores, tabus e mitos, e que fazia do corpo feminino "o santuário do estranho" e do singular. A mulher parecia-se com a ponta de um continente submerso do qual nada sabia. Ao mesmo tempo capaz de atrair e seduzir os homens, ela os repelia através de seu ciclo menstrual, seus cheiros, secreções e sucos, as expulsões do parto. Estas impurezas cercavam as mulheres de interdições e ritos purificatórios (Del Priore, 1993, p. 36).

Del Priore (1993) acrescenta que os médicos também influenciavam a sociedade por meio de uma ideia de inferioridade estrutural feminina, apoiando-se em concepções antigas e tradicionais, como Platão, e afirmando o discurso de que a mulher possuía um temperamento comumente melancólico – um ser débil, frágil, de natureza imbecil.

Por muito tempo, a mulher foi vista como necessária apenas para a domesticação, incapaz de ser feliz se o caminho for pelo lado de fora de casa. Segundo Badinter (1985, p. 204), “a advertência de Rousseau é, portanto, clara: o único destino feminino possível é reinar sobre o ‘dentro’, o ‘interior’. A mulher deve abandonar o mundo e o ‘fora’ ao homem, sob pena de ser anormal e infeliz.” Ao contrário disso, não seria uma mulher digna e uma boa mãe. Além disso, a mulher era vista pela sociedade para sofrer, não podia ser feliz, e assim a maternidade era, portanto, sua melhor vocação.

Badinter (1985, p. 11), ao questionar a origem do amor materno, ressalta que, “embora muitos cientistas saibam perfeitamente que o conceito de instinto está caduco,

alguma coisa em nós, mais forte do que a razão continua a pensar na maternidade em termos de instinto”. Para a autora, a mulher é um “ser histórico”, dotado da capacidade de simbolizar e cujo desejo é particular.

Referente ao cuidado com as crianças, até o século XVIII, as carícias e ternuras entre mães e filhos – características do papel da mulher –, eram traduzidas socialmente em termos de frouxidão e pecado. Badinter (1985) afirma que era dito às mães que perderiam os seus filhos caso os amamentassem com prazer. Contudo, examinando a justificativa corrente ao desinteresse materno até o século XVIII – mediante a elevada mortalidade infantil no período que não permitia à mulher apegar-se a uma criatura com tão poucas possibilidades de sobrevivência –, inverte essa afirmativa, questionando se não seria justamente a falta de apego das mulheres a seus filhos que determinaria a alta mortalidade. Nesse período, os teólogos viam na relação amorosa e física entre mãe e filho, a fonte de volúpia e má educação.

Somente a partir do século XVII que vemos, então, delinear-se a construção de um outro olhar para a infância e para a maternidade, consolidando-se no século XVIII. Badinter (1985) aponta que os altos índices de mortalidade infantil no século XVIII mostram o descuido com as crianças, as quais eram enviadas para as casas das amas de leite, que se responsabilizavam por seus cuidados e higiene, e lá acabavam por adquirir diversas doenças. As amas de leite serviram por muito tempo para o aleitamento materno, e como demonstram Bosi e Machado (2005, p. 5), “o sistema de amas-de-leite prosperou até fins do século XIX. Depois disso, o aleitamento artificial, sob forma de mamadeira com leite de vaca, possibilitado pelo progresso de esterilização, viria a substituir a amamentação mercenária”.

Historicamente, as amas de leite tiveram um papel de extrema importância para manter uma família como se exigia a cada tempo. É importante pensar como eram os cuidados com as crianças para questionar o então tão falado amor materno. Badinter (1985) ressalta que o índice de mortalidade entre as crianças amamentadas pelas amas era duas vezes superior ao índice de mortalidade das crianças amamentadas pelas próprias mães. Ao período coube a indagação da possibilidade de que as mães estabelecessem uma relação causal entre os dois fatos: o aumento do índice de mortalidade e a entrega à ama-de-Leite.

Badinter (1985, p. 141) provoca: “somos tentados a pensar que se todas essas crianças tivessem sido conservadas pelas mães, ainda que por um ou dois meses, antes de serem abandonadas ou confiadas a amas, quase um terço delas teria sobrevivido”. A seu ver, a ignorância era o que explicava toda essa atitude. A autora também menciona uma nova concepção de mãe: “após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidarem pessoalmente dos filhos e lhes ‘ordenam’ amamentá-los”.

A partir do século XVIII, começou a se delinear um outro olhar para a vinculação mãe e filho, com o incentivo à amamentação e diminuição das taxas de mortalidade, resultando em uma maior aproximação entre a mãe e o bebê. Badinter (1985) aponta que, nesse contexto, ocorreu uma aproximação do vínculo materno com a criança, e a maternidade passou a adquirir um sentido de educação, o que estava além do simples cuidado. A vinculação ao bebê e os preceitos sociais apontavam para a mãe um novo lugar, quer seja o da responsabilidade não mais só pela sobrevivência das crianças, mas também sobre a educação delas.

A respeito do amor materno, houve um engrandecimento. Conforme Badinter (1985), surgiu uma aproximação do vínculo materno com a criança, e a maternidade passou a adquirir um sentido de educação, indo além do simples cuidado, pois a sociedade começou a atribuir-lhe essas funções. A autora salienta ainda que o amor materno não é um sentimento inato, uma vez que se desenvolve dentro das variações socioeconômicas e históricas, ou seja, não é obrigatoriamente existente.

Badinter (1985) apresenta o amor materno como “dogma inquestionável da subjetividade daquela que não desejaria nada mais do que ser a mãe perfeita”. Enquanto Resende (2017), por sua vez, aponta que depois de instaurado, o mito do amor materno passou a ser inscrito na memória familiar dos indivíduos e transmitido entre as gerações como uma crença irrefutável, com contornos significativos dados a partir do fim do século XVIII. Desde então, percebemos que o mito do amor materno atuou como um elemento organizador das sociedades, de forma a possibilitar, através da crença no amor materno inato, o estabelecimento de regras de comportamento concernentes às mulheres mães – garantindo a educação das crianças e a consequente formação de cidadãos e trabalhadores – e que interessavam aos estados.

De acordo com Moreira (2009, p.16) “o sentimento de amor materno não existia nessa época como uma referência à afetividade”. Foi apenas com as mudanças econômicas, sociais e políticas, e a partir das altas taxas de mortalidade infantil que foram delineadas outras necessidades com relação ao papel social da mulher/mãe. Questões de ordem demográfica, a consolidação da burguesia como classe social e o acompanhamento de transformações econômicas, trouxeram uma noção de vida privada, sendo construído o valor dado ao lar e à casa –um lugar reservado à vida em família.

Nesse contexto, as crianças precisavam sobreviver, logo, quem exerceria os cuidados com os pequenos para a taxa de mortalidade diminuir? Vários discursos, como os médicos e religiosos, começaram a determinar com o que a mulher deveria se ocupar nos cuidados com os filhos. Por meio desse movimento, como mostra Abrão (2001), o cuidado materno vai se estabelecendo com uma importante função social: a sobrevivência das crianças. O amor materno passa a se apresentar como um valor social, Badinter (2024) a mãe cuida por amor a essa criança e por isso garante que ela sobreviva, essa era a ideia que permeava o imaginário social e que compunha a construção dessa vinculação entre o amor e o cuidado materno e que naquele contexto era considerado como algo natural e inerente à condição feminina.

De acordo com Resende (2017), o surgimento da infância como preocupação social coincide com a reorganização da família moderna durante o século XVIII/XIX. No momento em que esta passava a ser constituída a partir da centralidade da criança, os pequenos deviam receber atenção e cuidados constantes dos pais. Assim, um novo sentimento de infância surgiu, permeando os valores sociais até os dias de hoje, mas com mudanças ligadas aos ideais sociais que sustentam cada época.

O novo valor dado à família contribuiu para um cuidado maior à criança e também à construção de um novo conceito de cuidado familiar e doméstico. É nesse cenário que, já no século XIX, com o desenvolvimento de uma racionalidade científica, surgiram os especialistas do saber, como os médicos higienistas, trazendo orientações sobre como conduzir uma vida “normal” e saudável (Ferrari; Ribeiro, 2020). Após um tempo, somaram-se a esses os psicólogos, pedagogos e outras especialidades que também apresentavam “orientações” sobre a vida das crianças, das famílias e das mulheres mães.

Ariès (2006) ressalta que, nesse período, a família moderna – que por muito tempo se sustentou na funcionalidade de suas relações –, passou a ser valorizada em termos de experiência afetiva, intimidade, preocupação e cuidado entre seus membros. Desse modo, a ênfase das relações sociais passa do “extra” para o intrafamiliar; e a vida familiar, antes vivida em discrição e em posição secundária à vida comunitária, se torna a base dos relacionamentos interpessoais, célula social da vida em sociedade. Consolida-se também o sentimento de família, ligado a uma organização nuclear marcada, sobretudo, pela ideia de intimidade e proximidade entre os membros.

Para Ariès (2006), o foco ideológico desloca-se, progressivamente, da autoridade paterna ao amor materno. Dessa forma, a nova ordem econômica que passa a vigorar com a ascensão da burguesia como classe social, impõe como imperativo a sobrevivência da criança, vista como futura mão de obra produtiva para o Estado. A esse respeito, Resende (2017) ainda diz que: “Diante do exposto até o momento, é possível pensar que as elaborações sociais e culturais sobre o significado da maternidade estão historicamente associadas à emergência do sentimento de infância e as reconfigurações familiares” (p. 177).

A família dita “moderna” torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos, mas também valoriza a divisão do trabalho entre homem e mulher, motivada por uma divisão incessante entre o Estado e os pais. De acordo com Badinter (1985, p. 202), no final do século XVIII e já no início do século XIX, “a era das provas de amor havia começado”. Poster (1979) diz que a família burguesa surge nesse período como estrutura familiar dominante na sociedade capitalista, baseada nos princípios do amor familiar e sustentada pelo cuidado e amor materno.

Tendo em vista essas considerações, é possível pensar que as elaborações sociais e culturais sobre o significado da maternidade estão historicamente associadas à emergência do sentimento de infância e às reconfigurações familiares. Observamos que o amor materno passa a ser visto como essencial a partir de um movimento carregado da dimensão econômica, responsável por transformar ao mesmo tempo as regras sociais e as relações entre os indivíduos.

Badinter (1985) e Moreira (2009) apontam que, por mais que se afirmasse por toda parte que o coração da mãe era um abismo insondável de ternura, de devotamento e de sacrifício, essas palavras sempre eram completadas por outras mais normativas e imperativas. Ou seja, havia um forte movimento externo que promovia o sentimento materno, juntamente com a imposição de novos padrões de conduta que todas as mães deveriam ter para com os seus filhos.

Desse modo, entendemos que o amor materno se tornou o eixo de sustentação da família moderna e do cuidado com as crianças, e essa vinculação foi construída considerando-o como algo natural, instintual e que compunha a vida de toda mulher. Entretanto, autores(as) e estudiosos(as) sobre o feminino e a maternidade, como Badinter (1985), se debruçam sobre essa questão: “seria o amor materno mesmo instintual, natural?”. A autora busca entender como o amor materno e o lugar da maternidade foi sendo criado e conduzido *na e para* a sociedade. Em suas palavras,

Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres, é adicional (p.367).

Desde essa época, portanto, percebemos que o mito do amor materno atuou como um elemento organizador das sociedades, de forma a possibilitar, através da crença no amor materno inato, o estabelecimento de regras de comportamento que interessavam aos Estados, como observado anteriormente.

Nesse sentido, por meio da aliança da família com o poder médico, surgiu uma nova condição da mulher, sendo fundamental para o discurso higienista tanto no Brasil, como na Europa. Essa foi uma condição primordial também para criar uma nova ideia do aleitamento materno, antes realizado por amas de leite (escravas/ empregadas), e, após esse discurso,

a insistência quanto à amamentação permitiu que se regulasse a vida da mulher, confinando-a por um longo período ao ambiente doméstico (os períodos de aleitamento se estendiam por dois anos ou mais), porém voltando sua atenção ao cuidado, à educação e à vigilância não só da criança como também da família (Moura; Araújo, 2004, p. 6).

Nos séculos XVIII e XIX, além da interferência do Estado e a conscientização da mulher, outra transformação social que modificou o papel feminino foi o advento e a consolidação do capitalismo a partir da Revolução Industrial. Nesse período, as mulheres burguesas passaram a ocupar o lugar nas casas como gestoras do lar, totalmente responsáveis pelo cuidado com a saúde e a educação das crianças. Esse cuidado e o surgimento de uma mulher “diferente” são também discutidos por Moura (2004):

nos segmentos economicamente mais favorecidos da sociedade, a ligação entre médico e família teria produzido modificações profundas na organização familiar: o fechamento da família sobre si mesma, um controle maior sobre a educação e os hábitos de todos os seus membros, e a aliança entre o médico e a mãe que teria beneficiado a ambos – à mulher, promovendo-a socialmente em função do desempenho adequado de seu papel materno; e ao médico, que teve seu poder reforçado contra as antigas estruturas de tratamento e cuidados leigos, e também contra a disciplina religiosa e as formas tradicionais de educação (internato) (p. 4).

De acordo com Badinter (1985, p. 212), o novo reino da mulher é “voltado para ‘o interior’, a ‘intimidade’ que conserva bem cálidos os laços afetivos familiares, a família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera”. Os lugares que a sociedade foi colocando as mulheres surgem de acordo com as propostas políticas e sociais do momento. Sobre isso, Vásquez (2014) argumenta que “o ideal materno foi sendo paulatinamente moldado por práticas discursivas diversas e, dentre elas, em especial, a medicina e a religião”. A respeito da representação religiosa e esse ideal materno,

tal discurso ainda faz eco na sociedade dos fins do século XX e início do século XXI. Desta forma, percebemos que ao se defrontar ou mesmo ao questionar a ideia de maternidade como elemento definidor da condição de feminilidade, o movimento feminista estava tocando em “algo sagrado” e, portanto, qualquer tentativa de debate questionando a maternidade como condição de felicidade ou redenção feminina estaria fadado a enfrentamentos severos e até certo descrédito por parte de alguns um o setores sociais, principalmente aqueles ligados a grupos religiosos (p. 170).

Os ideais religiosos compuseram essa vinculação “natural” da mulher à maternidade, criando um lugar sagrado para a maternidade que passou a valorizar as mães e mulheres dedicadas que cuidavam de seus filhos, garantindo a sua saúde e sobrevivência.

Após o século XIX, segundo Lopes e Carvalho (2017), com o fortalecimento do capitalismo, a família monogâmica patriarcal se modificou e se adaptou às novas relações comerciais, promovendo um pouco mais de autonomia feminina tanto financeira, quanto intelectual. Era apresentada mais uma função para a mãe, além da garantia à sobrevivência das crianças, que agora servia como exemplos morais para os filhos, sendo educadoras e não apenas provedoras de alimento.

As discussões de Moura e Araújo (2004) apontam que a valorização da maternidade na Europa, despovoada após a primeira guerra mundial, também respondia aos interesses pró-natalistas do estado capitalista. Para esse sistema, o aumento da população favoreceria o enriquecimento da nação, além de incentivar o aumento das taxas de fecundidade, idealizando, mais uma vez, a maternagem.

Moura e Araújo (2004, p. 4) relatam que esse modelo de mãe, com “a devoção e presença vigilantes da mãe surgem como valores essenciais, sem os quais os cuidados necessários à preservação da criança não poderiam mais se dar”; de modo que dentro do domínio doméstico essa mulher passou então a ser muito respeitada. A mulher burguesa, “mãe de família”, é a gestora do lar, que zela pela sobrevivência, pela saúde e pela educação moral e religiosa de seus filhos – papel este naturalizado como algo “normal”, ligado à identidade feminina.

Assim, se por um lado as novas responsabilidades da mulher conferiam-lhe um novo status na família e na sociedade, afastar-se delas trazia enorme culpa, além de um novo sentimento de “anormalidade”, visto que contrariava a natureza, o que só podia ser explicado como desvio ou patologia (Moura; Araújo, 2004, p. 5).

Esse lugar materno perdurou por todo século XIX e início do século XX, pautando o lugar feminino na sociedade totalmente ligado à experiência e ao exercício da maternidade (e ainda nos questionamos se não perdura até a atualidade). Só na metade do século XX que vemos a inauguração de um novo campo e a oportunidade de desviar

um pouco desse discurso médico e religioso, com a eclosão dos movimentos sociais – e principalmente o movimento feminista –, possibilitando que estivéssemos aqui escrevendo nos dias atuais.

Badinter (2024) afirma que foi a partir da metade do século XX, com o advento do movimento feminista, que a maternidade passou a assumir um espaço de maior reflexão, tendo em vista as condições econômicas, sociais e culturais das mulheres e família. A construção do sentimento materno foi apresentada pelo senso comum e por alguns dos especialistas nas áreas médicas e religiosa como algo pertencente a todas as mulheres, porém, percebemos que isso foi sendo questionado pelas próprias mulheres ao longo do século XX.

Essas reflexões se configuraram paralelamente com grandes mudanças, como a aceleração da industrialização e a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho. Como demonstra Scavone (2001), a maternidade também começava a ser compreendida como uma construção social.

Em seu livro *Um teto todo seu*, de 1929, Virginia Woolf, considerando o cenário do capitalismo e da busca das mulheres pela conquista de seus lugares no mercado de trabalho, entende que a conquista e a liberdade financeira podem delinear outros caminhos para a vida de uma mulher, e pode inspirar escritas até os dias de hoje:

a liberdade intelectual depende de coisas materiais. A poesia depende da liberdade intelectual. E as mulheres sempre foram pobres, não só por duzentos anos, mas desde o começo dos tempos. As mulheres gozam de menos liberdade intelectual do que os filhos dos escravos atenienses. As mulheres, portanto, não tiveram a mais remota chance de escrever poesia. É por isso que dei tanta ênfase ao dinheiro e ao espaço próprio (Woolf, 2014, p. 151).

As profundas transformações sociais, culturais e econômicas refletem o contexto feminino. Um outro exemplo que pode ser dado é a figura de Simone de Beauvoir (1967), que propiciou grandes mudanças a esse respeito, sendo a primeira mulher a afirmar que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1967, p. 9). Beauvoir complementa seu pensamento, ao defender que o conjunto da civilização é o que elabora o “produto” mulher e não o biológico, psíquico e econômico. Além dessa importante filósofa, muitas

outras mulheres passaram a figurar no campo do conhecimento, seja das universidades, da literatura, tornando-se cada vez mais reconhecidas.

Brotto (2010) diz que a maternidade possibilitou uma projeção da importância das mulheres no espaço público – “masculino” – da organização da Igreja Católica, da medicina e da modernidade. Espaços que, com o passar dos anos, foram ficando “pequenos” para as mulheres, e todo esse lugar doméstico foi perdendo sua importância, abrindo novas possibilidades e conquistas femininas.

Ao percorrermos brevemente a trajetória de construção do amor materno como valor pessoal e social e da maternidade, fica evidente que a representação da maternidade que hoje conhecemos começou a ser estabelecida a partir desses modelos. Ou seja, sempre centrado em algo natural da mulher e com necessidade de ações pedagógicas para formá-la dentro de propostas que sustentem essa teoria.

Badinter (1985) afirma que esse modelo também foi reforçado pela psicanálise no século XIX, como veremos no próximo capítulo, de modo que “a mãe será promovida a grande responsável pela felicidade de seu rebento. Missão terrível, que acaba de definir seu papel. Sem dúvida, esses encargos sucessivos que sobre ela foram lançados fizeram-se acompanhar de uma promoção da imagem da mãe” (p. 237).

O modelo da família moderna nuclear burguesa centrado na figura da mulher mãe, apesar das mudanças posteriores e da emergência de novos arranjos e modalidades de ser família a partir do século XX, ainda vigora de forma idealizada na atualidade, pressupondo ser esse o modelo ideal de família. Isso atende aos imperativos sociais e à moral social e religiosa ainda vigentes, dando sustentação e manutenção para o enraizamento da maternidade como um valor pessoal e social.

Na atualidade, apesar da manutenção desses ideais, a reinserção das mulheres no mercado de trabalho, a descoberta da pílula anticoncepcional e a conquista do direito ao divórcio, somadas às lutas do movimento feminista e às transformações sociais e econômicas do século XX, configuraram a necessidade de reflexão sobre a idealização da maternidade. Nesse sentido, novos olhares para as vivências familiares e maternas foram delineados, numa tentativa de que a pluralidade das experiências femininas e maternas fossem olhadas e consideradas. Além disso, o questionamento da lógica

patriarcal dominante em nossa sociedade apresentou-se como uma necessidade urgente, e se disseminou pelos movimentos feministas.

O que resta pensar, além desse recorte histórico, é: até onde será que as mulheres chegaram nos dias atuais? Quais espaços se fazem presentes e quais funções possibilitam a permanência de uma mulher além do materno?

1.2 NOVOS ESPAÇOS EMERGENTES DO FEMININO AO MATERNO

Para pensar em novos espaços do feminino, é nobre dizer aqui sobre o prazer feminino, que envolve tanto a sexualidade como o fato de pertencer a novos espaços. Segundo Emidio (2011), a onda feminista fez com que as mulheres pudessem buscar novos lugares na sociedade. Assim, foi se construindo uma nova imagem feminina que deixaria para trás aquela imagem de mulher delicada e sempre submissa a seu marido. A autora ressalta mais um momento importante nesse cenário, de que “ocorreu uma revolução sexual e a sexualidade feminina passou, então, a ser reconhecida” (p. 63). O prazer feminino, pouco notado até então, surgiu no século XX como um manifesto de caráter revolucionário, no qual a sexualidade se deslocava para um papel de desejos, escolhas e necessidades, e não apenas de procriação.

Considerando essa construção histórica do papel da mulher/mãe, podemos afirmar que a sexualidade assume diferentes sentidos para cada mulher, levando em consideração que a manifestação desta não era permitida. Scavone (2001,p.14) retrata que a crítica feminista considerava a experiência da maternidade para elucidar a dominação do sexo masculino sobre o feminino, enfatizando que “o lugar da mulher na reprodução biológica gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina”.

Sobre a ideologia feminista, Ferrari e Ribeiro (2020) expõem que os métodos contraceptivos revolucionaram os lugares sociais da mulher e também da própria maternidade, havendo um declínio da fecundidade, do aumento da idade média da maternidade e a própria inclusão no mercado de trabalho. Almeida (2012) afirma que os gritos femininos de socorro no século XX foram determinantes para essa incursão,

especialmente no mundo das artes, e a busca pelo seu lugar na sociedade fez com que surgisse uma visão empoderada da mulher. Uma nova visão se deu para as questões femininas, antes reservadas apenas para o ambiente doméstico.

Atualmente, a realidade observada por Badinter (2024) é de uma mulher em conflito com o mito do amor materno. Depreende-se que, hoje em dia, este mito ainda permeie o imaginário social coletivo, mas acreditamos que este seja colocado em questão a partir dos outros domínios que a mulher está conquistando. A luta pela livre escolha da maternidade, como diz Scavone (2001, p.4), rompe com a premissa de que a mulher se define através dessa escolha, sendo “a aquisição deste direito considerada fundamental para liberar as mulheres do lugar que ocupavam na vida privada, portanto, condição de liberdade e igualdade sociais”. Vislumbrava-se o fato de que a reflexão feminista contribuiu para a compreensão do fenômeno social da maternidade. Foi também com a introdução do conceito de gênero nas ciências sociais, a fim de explicar a construção das diferenças entre os sexos, que nos “(...) possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas (...) não podemos compreender a maternidade sem abordar a paternidade, a mãe sem o pai, no sentido biológico e social do termo” (Scavone, 2001, p.6). Nesse contexto, passou-se a pensar na experiência compartilhada do cuidado com as crianças e a buscar-se uma desconstrução da centralidade do cuidado materno.

Com toda essa trajetória, chegamos a um cenário atual com alguns direitos conquistados e outros desejos escutados. Todavia, alguns impasses também continuam imperando quando falamos de mulheres e mães. Se antes as questões sociais, religiosas e políticas eram o que ditavam os caminhos femininos, nos dias de hoje seguem com a mesma intenção: o controle sobre o corpo e os poderes feminino.

Ferrari e Ribeiro (2020) discutem que valores individualistas foram definindo o novo lugar da mulher, marcados pela livre escolha individual, como a entrada mais legítima da mulher no mercado de trabalho (não mais por necessidade, mas por projeto de vida e aspirações), o advento da pílula anticoncepcional e com ele o controle dos nascimentos. Emidio (2011) salienta que mesmo com todas as transformações e quebras de paradigmas na atualidade, o laço entre o feminino e a maternidade continua enraizado na sociedade com muitas ressonâncias.

Sobre essa questão, Moura e Araújo (2004) aludem que o progresso científico nas últimas décadas, aliado aos novos lugares conquistados pelas mulheres, possibilita novas configurações da maternidade,

a mulher, depois de conquistar a liberdade de exercer sua sexualidade desvinculada do matrimônio, de planejar e decidir a maternidade, de adiá-la até o momento que considera propício às circunstâncias de sua vida, de interromper uma gestação por meios seguros (embora ilegais no Brasil), pode também optar por viver a maternidade sozinha, sem que isso signifique uma condenação social (p. 53).

Segundo Julien (2013), as razões pelas quais as mulheres da atualidade vivem a maternidade podem ser variadas. No entanto, os privilégios concebidos pela Antiguidade e os discursos religiosos, sociais, culturais e econômicos influenciam tais razões, sem falar das questões particulares de cada mulher. Além disso, o conflito da maternidade atual é a busca incessante por uma identidade social do ser mãe, e o que vemos hoje são muitas mães indisponíveis em tempo integral para uma maternidade (Cordeiro, 2021). Notamos a mulher querendo retornar às suas atividades profissionais, com “outros interesses para além da maternidade, ou seja, a família e a sociedade têm tido que inventar novos dispositivos e repensar os papéis familiares para dar conta dessa questão” (Ferrari; Ribeiro, 2020, p. 226). Eis aqui um conflito atual, trabalho, vida independente e o desejo de se mãe.

Almeida (2012) ressalta que a liberdade feminina foi conquistada juntamente com outros processos importantes para a mulher, como o da família, o do trabalho e o da libido. O que nos leva a pensar é se essa liberdade foi efetivamente conquistada na atualidade, uma vez que vemos ainda preponderar uma maternidade idealizada e os imperativos do que seria uma boa mãe socialmente reconhecida.

Nesse sentido, Albertuni e Stengel (2016, p. 3) apontam que a partir dos métodos anticoncepcionais, podemos fazer uma aposta diferente no destino que rompe com aquilo que antes aprisionava as decisões femininas: “o sim e o não para a maternidade (assim como para o casamento) tornaram-se opções concretas a definir caminhos de vivenciar uma vida boa, ou seja, compatível com seus desejos mais íntimos”.

No século XXI é possível ver alguns contornos sendo feitos pela ciência e pelo Estado numa tentativa de diminuir esse “não” para a maternidade, mas por que isso

ocorre? O que gerou incômodo nas novas decisões femininas? Badinter (2024) elucida muitas condições para essa pergunta, afirmando que: “desde que as mulheres controlam a reprodução, estudam, invadem o mercado de trabalho e reivindicam a liberdade financeira ou uma carreira, a maternidade não é mais uma evidência natural, mas um problema” (p. 159).

Problema esse com alguns pontos para uma questão estadista, como Albertuni e Stengel (2016) pontuam: o declínio da fertilidade, a elevação da idade média da maternidade, o aumento das mulheres no mercado de trabalho e os diversos modos de vida das mulheres trouxeram problemas ao Estado e à lógica capitalista e neoliberal, que tem na força de trabalho uma forma de geração de lucro. Ao mesmo tempo, emerge um problema relativo a um movimento no qual se apresentam novas formas de subjetivação, além da necessidade de redefinição da identidade feminina, dos papéis sociais e familiares.

Os apontamentos dos autores nos colocam diante dessa questão; com o controle da reprodução as mulheres puderam escolher ser ou não mães e novas possibilidades de escolhas foram apresentadas, dando a elas uma ideia de liberdade feminina. Novos estilos de vida foram apresentados e vivenciados, como Badinter (2024) enaltece, porém, existe ainda no imaginário social um lugar que vincula o feminino e a maternidade e que tenta constantemente fazer com que as mulheres retomem para sua função, ou melhor, sua vocação.

Quando outras possibilidades são abertas às mulheres, essas se apresentam incompatíveis com a maternidade. Badinter (2024, p. 170) aponta que a “garantia de poder dispor de um potencial de tempo, de energia ou de meios financeiros a qual a mãe de família raramente pode aspirar”, e são elementos apresentados por mulheres que optam por uma vida *childfree*. Essas mulheres compreendem que não é possível desejar ser uma boa mãe e, ao mesmo tempo, manter os compromissos pessoais – atuando como professoras, cientistas, médicas e, ainda, escrevendo uma tese – enquanto buscam conquistar uma liberdade e uma autonomia afetiva e econômica, privilegiando o gozo de dispor de seu tempo e de sua energia emocional e sexual.

O movimento *childfree*, além de se ligar aos imperativos sociais e a uma cultura marcada pelo individualismo e pelo narcisismo como um sintoma da cultura, aponta para

as incompatibilidades do ideal de maternidade, com o ideal da boa e amorosa mãe, sempre devota e disponível para os seus filhos, e os caminhos e percursos femininos que se delineiam na atualidade (Badinter, 2024).

Por muito tempo e até os dias atuais, os homens não costumam sacrificar “amor, família e filho”; portanto, as demandas desses cuidados são transferidas às mulheres, o que resulta muitas vezes no abandono da profissão ou de seus estudos. Aliado a isso, tem-se o fato de que a dinâmica estrutural da sociedade está pautada por uma lógica patriarcal. Quando a mulher decide pela maternidade, vemos que essa fantasia de boa mãe prevalece, podendo vir a causar sofrimento decorrente das incompatibilidades entre o exercício de uma maternidade ideal e as demandas familiares, laborais e sociais. Badinter (2024, p. 140) nos detalha sobre um modelo de mãe que acredita prevalecer em todas as mulheres, inconscientemente ou não, e as mulheres contemporâneas “encontram-se no centro de uma tripla contradição”; sendo elas: a social, a contradição que diz sobre a escolha e vida do casal, e a que diz respeito às questões da intimidade e da particularidade da mulher.

As mães que se sentem divididas entre o amor pelo filho e os desejos pessoais vivem uma contradição mais dolorosa; e de tanto superestimar os deveres maternos, a forma de realização revela-se como um obstáculo, agudizando ainda mais essa contradição. Nos dizeres de Badinter (2024, p. 141),

onde se faz distinção entre a mulher e a mãe, onde se reconhece a legitimidade dos múltiplos papéis femininos, onde a maternidade é menos pesada, faz-se com que as mulheres desejem ser mães, reservando-se o direito de dar as costas ao modelo ideal.

Outro movimento que se apresenta nos dias atuais diz respeito ao controle da reprodução a partir das tecnologias de reprodução assistida, a partir do qual pode ser adiada a maternidade. A possibilidade do congelamento de óvulos traz para mulheres que tem acesso a esses serviços, uma ideia de liberdade de escolha e controle do tempo da fertilidade, pois pode-se adiar a experiência da maternidade. No entanto, essa entrega de liberdade e segurança de um suposto controle do tempo também as aprisiona, uma vez que se deixa “certo” que em alguma hora da vida, terá de engravidar.

Essas tecnologias também trazem um peso para a vivência da infertilidade, que muitas vezes assombra a vida das mulheres, pois é pensada como uma falha da feminilidade. Para Badinter (2024,p. 180), “a mulher que não tem filhos ou é digna de pena ou de censura”, gerando uma desaprovação social. As não mães vivem um constrangimento em terem que se justificar por não possuírem filhos, sendo objeto de pressões da família, amigos e até de alguns médicos que alimentam a necessidade da maternidade.

Frente às reflexões desenvolvidas, podemos considerar que com todas as transformações sociais ocorridas, o laço entre feminino e maternidade não necessariamente passa pela centralidade de realização da mulher. Outros percursos femininos se apresentaram como possibilidades de realização para as mulheres. Badinter (2024) nos indica que muitas mulheres “não apenas rejeitam a essência maternal tradicional da feminilidade, como também se pensam mais femininas que as mulheres realizadas com a maternidade”; e, para outras mulheres, a ideia de instinto materno não tem sentido algum. Outras ainda sofrem com os imperativos da maternidade, apresentando o cenário de contradições no qual a identidade feminina se constituiu e se transformou ao longo do tempo.

De acordo com Emidio e Castro (2021), essas reflexões sobre a maternidade e as incompatibilidades com outras atividades femininas evidenciam

os imperativos contraditórios que as atravessam e a necessidade que essas questões sejam debatidas e revisitadas pensando as especificidades do trabalho exercido pela mulher-mãe em busca de construir cenários onde possa efetivamente ter liberdade de escolhas e de posicionamentos diante dos imperativos que se apresentam (Emidio; Castro, 2021, p. 13).

O questionamento da lógica patriarcal e o olhar para os percursos femininos apontam para as incompatibilidades anteriormente referidas, apresentando a necessidade de uma reorganização urgente dos papéis sociais e uma metabolização dessa herança psíquica que modela a identidade feminina.

É importante ressaltar que o mundo das mulheres divide-se e diversifica-se, sendo a maternidade não mais um fator necessário à obtenção do sentimento de sustentação do feminino – importante de se atentar que o conflito agora precisa ser pensado

internamente, e como cada mulher considerará seus desejos, infelicidades e alegrias e suas implicações diante a vida.

Além de todo esse recorte histórico, social e atual sobre as funções das mulheres, percorreremos também outro recorte, o da psicanálise, que carrega uma longa história com muito a contribuir.

CAPÍTULO 2- O OLHAR DA PSICANÁLISE PARA A MATERNIDADE

O que se faz – e se fez – tão urgente e importante a ponto de as vozes femininas não cessarem? O que sustenta essas vozes para que, ano após ano, sigam encontrando forças? É possível observar, ao longo da história, inúmeras mudanças acerca do feminino, do materno, da infância e da sociedade como um todo, tal como demonstrado em vários estudos apontados até aqui.

Primeiramente, o que contempla dizer que a Psicanálise tem grande contribuição para o feminino? Para tanto, é justo dar início a esse caminho dizendo quando e onde se iniciou essa contribuição. A questão da especificidade do feminino constitui o ponto de partida da Psicanálise e também o ponto de retorno constante à teoria freudiana.

Freud desenvolveu seus escritos em Psicanálise, inicialmente, em uma Áustria do século XIX, marcadamente conservadora, que se alicerçava em uma concepção idealizada de família como núcleo da sociedade. Ao escutar as mulheres que chegavam e diziam do amor, do desejo, do ódio e da culpa, Freud foi impulsionado pelo desejo de saber o que seria específico do feminino e da relação entre a sexualidade e a etiologia da histeria, iniciando seu trabalho a partir da clínica. Foi pelas mãos de Freud que a histeria deixou de ser “doença” da mulher, tendo lançado com isso delicadas e esclarecedoras luzes sobre a voz feminina.

A feminilidade sempre teve um papel importante para a Psicanálise. Como demonstra Meira (2010, p. 34), “mesmo depois de se dedicar por três décadas à investigação da alma feminina, o próprio Freud acaba admitindo sua impotência em fornecer uma explicação que abarcasse toda complexidade existente nas mulheres”. A feminilidade surge no plano imaginário e o feminino, por sua vez, está ligado à castração – proposta por Freud no Complexo de Édipo.

Como observado no primeiro capítulo, por razões históricas, as mulheres sempre tiveram vários adjetivos, na maioria das vezes negativos, e sempre em diferença social comparada ao homem. Mas como a Psicanálise olhou para as mulheres nesse processo? E, mais ainda, como a maternidade esteve atrelada ao feminino no percurso do pensamento psicanalítico? Nos debruçamos sobre essas questões no presente capítulo.

2.1 MULHERES: UMA VOZ QUE NÃO CESSA

Não teria outro caminho mais coerente e especial em começar esse capítulo, e principalmente por aqui falarmos de mulheres, sem mencionar a primeira mulher aceita e reconhecida como psicanalista, que proferiu uma conferência intitulada “A base do amor materno”, em 1911, na Sociedade Psicanalítica de Viena, para um público composto por 20 homens, incluindo, entre eles, Freud. É notável o fato de que poucos sabem desse trabalho e de sua importante colocação, pois além de nos ajudar a sustentar esta pesquisa, essa conferência também nos permite pensar o pouco prestígio que mulheres tiveram ao longo da história.

Ao nos depararmos com sua discussão e o quanto sua conferência foi pouco discutida no cenário psicanalítico, sendo publicada apenas em 2024 uma tradução brasileira, nos questionamos se o trabalho de Hilferding foi, por isso, silenciado. Por que os estudos e discussões feitos por mulheres na Psicanálise demoraram a serem reconhecidos? São questionamentos como esse que compõem nosso percurso neste trabalho. A conferência – publicada em livro – apresenta um material que expõe a transcrição de uma ata da reunião mencionada, sendo bem possível tratar-se de uma versão resumida. Em razão disso, usaremos aqui os textos complementares das psicanalistas Ana Cláudia Meira e Juliana Lang Lima, que agregam muito para uma análise do material de Hilferding.

Hilferding (1911/2024), em sua apresentação, vai tecendo discussões sobre o amor materno, afirmando que mães que esperam ansiosamente por um filho ficam desapontadas quando este nasce, e não sentem um verdadeiro sentimento de amor materno; e, quando sentem, são geralmente mães em círculos sociais mais esclarecidos, considerando que “não existe amor materno inato”. Nesta conferência, a psicanalista não deixa de lado os pilares da Psicanálise, mas os questiona, afirmando não ser possível aceitar o amor materno natural como uma total verdade.

Hilferding (1911/2024) conduz sua fala também se baseando na satisfação sexual e nos sentimentos de prazer que uma mãe pode sentir com seu primeiro filho depois de seu nascimento: “parece que o amor materno é desencadeado pela interação física entre o filho e a mãe” (p. 15) – o amor, então, apareça dessas trocas. As conexões entre mãe

e filho acontecem com o tempo. Ainda com o bebê na barriga, a mãe parece viver sensações de prazer com os primeiros movimentos; e, com a saída do bebê, ocorre uma perda dessas sensações e o início de uma aversão da mãe. Para o segundo filho, o amor materno talvez seja “inato”, pois a mãe se lembrará dos cuidados dispensados ao primeiro filho. O que nos leva a pensar se ele seria inato ou já teria sido previamente construído na relação da mãe com o primeiro filho e transmitido para o segundo?

Em 1911, Hilferding apresentou ideias avassaladoras para sua época e para o ambiente no qual se encontrava. Sua fala segue tão atual que muitos psicanalistas as estudam até os dias de hoje.

Permanece a ideia de Hilferding, de que a capacidade de amar é construída, primeiro, pelas trocas entre mãe e bebê. Em seu texto, a psicanalista descreve a necessidade da própria gestante de amar, ou seja, de um investimento narcísico como estruturante do sujeito. Hilferding (1911/2024) planta uma semente ao afirmar também que:

podemos dizer que as sensações sexuais do bebê devem encontrar um correlato nas sensações correspondentes da mãe” e concluiu que “em determinados períodos, o filho estaria a representar um objeto sexual natural da mãe; esse período coincide com a necessidade de cuidados pueris. Após esse período, o filho deve ceder espaço para o marido ou talvez para o próximo filho (p. 16).

Para a psicanalista, é necessário a renúncia primordialmente pela mãe, colocando em lugar um terceiro, com papel de desligar a criança de seu primeiro objeto de investimento. Essas observações feitas em 1911 confirmam a ideia de que o amor vai se consolidando na relação real e dual, à medida que as vivências com o filho vão acontecendo. Ou seja, ele não é inato.

Hilferding (1911/2024, p. 17) também aponta que “entre as mulheres, aquelas que sentem falta da satisfação sexual junto a seus maridos, poderiam se apegar a esse objeto sexual por mais tempo do que o recomendado”. A seu ver, é interessante também investigar o papel do pai nesse processo, podendo realmente pensar num Complexo de Édipo.

Além de todas essas construções, Hilferding (1911/2024) identifica a ausência do amor materno na falta de interação com o bebê, na recusa da amamentação ou na

intenção da adoção, refletindo sobre essa ausência. A psicanalista (1911/2024, p. 15) aponta: “a falta do amor materno, também pode se manifestar por atos diretamente hostis contra a criança.” E o destino mais dramático seria o “infanticídio”, deixando claro que este geralmente ocorre apenas com o primeiro filho – teoria que ainda não foi realmente concretizada por outros e outras psicanalistas.

Os caminhos que a mulher pode seguir são diversos, como, por exemplo: negar a regra romântica do amor materno, optar por ficar sozinha, vivenciar a aversão à maternidade ou até cometer o infanticídio – histórias que podemos observar tanto no trabalho clínico quanto na literatura, conforme propõe este trabalho, que busca evidenciar essas possibilidades.

Todas essas ideias presentes nesse texto, resultante de uma comunicação oral feita em 1911, são importantes para enxergar o caminho que a Psicanálise seguiu tanto para discutir a formação de um amor originário entre mãe e filho, quanto sobre as mulheres. E, acrescentamos aqui, importantes também para enaltecer esse trabalho de Hilferding, que pouco está presente hoje nas discussões psicanalíticas.

Meira, ao discutir a conferência de Hilferding, aponta:

pensarmos a capacidade de uma mãe maternar e amar como algo inato e, portanto, biológico seria reduzir – a meu ver, equivocadamente – algo que é por demais complexo e, de modo evidente, muito mais pertencente ao intrincado plano emocional do que à determinação previa de que uma mulher é aparelhada, no corpo, para gestar e parir, e preparada, na alma, para cuidar e amar (Hilferding apud Meira, 1911/2024, p. 31)¹.

Nesse sentido, a ideia inata de amor materno é reducionista, criando uma determinação de que aquelas que não encontram na maternidade uma experiência prazerosa, são desviantes de um percurso feminino. Existe um desconforto.

Como nos mostra Meira (1911/2024, p. 35), a decepção das mães é um dos pontos que merece destaque na teoria de Hilferding, momento em que lidará com os sentimentos ambivalentes do amar e odiar ao mesmo tempo aquele mesmo filho: “claro é que, mesmo aquelas mulheres que se prepararam, de todas as formas, para a maternidade sentem

¹ As citações de Meira e Lima referem-se à obra de Hilferding publicada no Brasil em 2024.

desconforto no final da gestação, dor na hora de amamentar, irritação com o bebê que chora por um tempo que parece interminável”. Também encontramos em seu discurso como o excesso de amor materno pode levar a um excesso de ansiedade e consequências bastante nocivas.

Meira (2010, p. 36) faz uma pontuação importante de que o filho tem um significado simbólico para a mãe, há uma ideia de quem ele representa e do que está projetado nele para essa mãe antes da sua chegada: “tais projeções já dão o colorido da relação, ou mesmo, em um extremo, determinam a possibilidade de essa mãe constituir (ou não) um vínculo de amor”. Outro significado diz respeito à forma como a criança vai se apresentando ao mundo, enquanto a mãe lida com a diferença entre suas expectativas e a realidade – e com sua capacidade, então, de continuar amando ou não esse filho.

Ao discorrer sobre o investimento amoroso, Meira (2024, p. 37 ,p.41) pontua: “de posse do conhecimento do que é melhor para seu filho, ela irá satisfazê-lo em todos os sentidos, a todo momento e de todas as formas possíveis”. Destacando que o prolongamento desse investimento sem separação pode ser nocivo para o filho, afinal, “se essa mãe não aceita desligar-se do bebê, quem paga o preço é o filho”

Lima (1911/2024, p. 48) também expõe suas afirmações e se indigna pelo fato de o trabalho de Hilferding ter ficado tão pouco conhecido até hoje:

se Elisabeth Badinter em 1985 promoveu gritos e sussurros ao livro no qual se dedicava a desbancar o mito do amor materno, podemos questionar por que esse trabalho pioneiro e inovador não recebeu o mesmo tratamento. Afinal, ali encontramos textualmente descrito: ‘não existe amor materno inato’ (Lima, 1911/2024, p. 50).

Considerando semelhanças da época desse trabalho com os dias atuais, Lima (1911/2024, p. 50) também levanta o aspecto das diferenças de classes sociais e como isso pode intervir nas expectativas diante das vivências da maternidade. Lima afirma que “na contemporaneidade, tais exigências aparecem a todo o momento, a ponto de esses deslocamentos atingirem até mesmo a via do parto, como se fosse medidora de maior dedicação à prole”. A autora considera que ao olharmos para a mulher em um contexto social precisamos estar atentos às possibilidades de maternar, visto que muitas mães

com dificuldades sociais e econômicas não possuem espaço para fantasiar, elaborar e viver algo mais romântico vinculado a esse momento.

A apresentação de Hilferding, como apontamos anteriormente, coloca em evidência elementos importantes para a reflexão sobre a maternidade hoje. Sua apresentação foi assistida por Freud, que considerou sua importância:

é louvável a palestrante ter abordado psicanaliticamente um assunto que havia sido retirado da pesquisa pelas convenções. Nas explicações, os entendimentos obtidos antes da abordagem psicanalítica pela palestrante foram os mais valiosos, por serem originais e independentes.

Apesar do reconhecimento de Freud sobre as colocações da autora, seu posicionamento na sociedade psicanalítica foi pouco valorizado, assim como as indagações sobre a maternidade que rompiam os padrões de maternidade exercidos naquela época. Portanto, essa louvável apresentação de 1911, deixa marcas, tornando possível, hoje, pensar o valor da voz da mulher e questionar por onde andou sua voz todos esses anos? Quais vozes femininas foram contempladas dentro da Psicanálise e dentro de uma Literatura que seja possível pensar e repensar as formas da maternidade?

Entendemos que, para a época, uma voz masculina tinha mais poder e estava mais envolvida em questões sociais e políticas devido à enorme diferença de gênero imposta na sociedade. Freud, então, além de toda importante bagagem teórica, teve o privilégio de ser um homem e de estar presente em estudos importantes. Desse modo, é importante retomar os trabalhos de estudiosos que compunham essas discussões psicanalíticas e entender o valor do trabalho de Hilferding, que faz dessa pesquisa mais justa e condizente quando pensamos nas inúmeras diferenças que as mulheres vivenciam.

O que fica evidente para nós até aqui é que a teoria proposta por Hilferding desvincula o amor inato da mãe pelo filho, revelando sensações que as mulheres podem sentir ao se deparar com a chegada do filho, como um “desapontamento”. E que o amor, quando existe, chega pela via das relações construídas, das interações físicas, e, assim, as possibilidades de vínculo, afeto e amor podem acontecer.

Visto que esta pesquisa tem a intenção de se basear e se debruçar sobre a teoria psicanalítica, na tentativa de estabelecer um diálogo, iremos caminhar junto a alguns

pontos dos quais Freud trabalhou, lançando luz a algumas diferenças das construções teóricas acerca das considerações sobre o feminino e a maternidade e do lugar da mãe.

2.2 A PSICANÁLISE FREUDIANA E SUAS INDAGAÇÕES

De saída, concordamos com Soler (2005, p. 9), para quem “Freud não teria inventado a Psicanálise sem a amável colaboração das histéricas”. E aqui – a fim de pensarmos também no nosso tema –, mesmo depois de se dedicar por três décadas à investigação da alma feminina, o próprio Freud acabou admitindo sua impotência em fornecer uma explicação que abarcasse toda complexidade existente nas mulheres. Teorizar essa questão é de extrema relevância para entendermos os espaços possíveis dentro da psicanálise para falar do feminino e do materno.

A essa altura, é importante também ressaltar a época em que Freud viveu e escreveu suas teorias, pois seu contexto foi pano de fundo para construção de seus pensamentos acerca das mulheres. Campos e Winograd (2023, p. 65), sobre a psicanálise de Freud, afirmam que ela “está enraizada numa história e cabe que se mantenha uma constante análise da teoria aproveitando esta incrível capacidade que ela tem de poder ser produto e agente questionadora da cultura e de si mesma”. Nessa época, podemos entender que:

As narrativas sobre as mulheres, do iluminismo à Idade Contemporânea vitoriana de Freud, que descreviam as mulheres como inferiores, indignas e perigosas passaram a considerá-las perfeitas em sua especificidade: a maternidade. A ideia de complementaridade entre os sexos baseados na morfologia dos corpos estabelece, definitivamente, a função materna como destino, não apenas biológico, mas moral das mulheres (Campos; Winograd, 2023, p. 52).

Freud iniciou uma investigação dos conteúdos inconscientes, a princípio, por meio da hipnose, tendo logo abandonado esse método e adotado o que conhecemos hoje como associação livre – a cura pela fala (Campos; Winograd, 2023). O que Freud fez foi algo importante e vitorioso, sobretudo se considerarmos uma época tão machista como a qual viveu, em que a mulher e seus sintomas eram vistos como algo demoníaco:

Freud conseguiu transcender seus mestres ao ampliar a noção de sexualidade para uma disposição psíquica primordial, a essência de toda atividade humana, não a considerando mais apenas como prazer genital e como função reprodutiva. Assim, ele desmoraliza a sexualidade humana e desdemoniza a feminina. Rompe com séculos de tradição filosófica e científica misógina ao apontar a causa da histeria não como um desregramento da sexualidade feminina, mas, pelo contrário, o adoecimento se daria a partir de sua repressão pela cultura patriarcal e conservadora (Campos; Winograd, 2023, p. 54).

A Psicanálise percebe que a problemática feminina refere-se ao vínculo primordial da menina com sua mãe. Em vários pontos dos textos de Freud, é possível constatar seu embaraço diante das questões sobre o gozo e sobre a sexualidade feminina, chegando até a nomear de “continente negro” (Eulálio, 2020). Esse continente negro se refere ao que? Podemos pensar que ele seria algo do inexplicável, daquilo que não se pode entender? Ou seria algo do qual não podemos falar, uma vez que os questionamentos tocariam na construção da identidade feminina vinculada a uma experiência de maternidade idealizada socialmente? Esses questionamentos nos possibilitam pensar no lugar que o feminino e a maternidade ocuparam/ocupam nas considerações psicanalíticas.

A expressão Complexo de Édipo só aparece nos escritos de Freud em 1910, e como diz Laplanche (2016), a descoberta do Complexo de Édipo concretiza-se, para Freud, no decorrer de sua auto-análise, levando-o a reconhecer em si o amor pela mãe; e, em relação ao pai, um ciúme em conflito com a afeição que lhe dedicara. Foi a partir de 1925, em alguns de seus textos, que Freud passou a descrever a sexualidade feminina e as relações entre mãe e pai, construindo uma correlação entre a experiência da sexualidade feminina e a maternidade.

Em seu texto “A Feminilidade”, de 1933, nos deparamos com a seguinte frase: “Corresponde à singularidade da Psicanálise não querer descrever o que a mulher é – isso seria para ela uma tarefa quase impossível de resolver – mas, sim, pesquisar como ela se torna mulher, como se desenvolve a partir da criança dotada de disposição bissexual” (Freud, 1933/2021, p. 318). Tal afirmação explicita o motivo pelo qual, ao longo de sua trajetória, o autor optou por dedicar mais atenção ao desenvolvimento sexual feminino na infância e, com isso, criar hipóteses de como, na vida adulta, a mulher faz escolhas amorosas e o que isso diz sobre sua feminilidade. Assim, é necessário salientar

o cenário em que o estudo da Psicanálise iniciou, a fim de percorrermos a trajetória com os escritos sobre o feminino e em quais textos do psicanalista é possível entender essa construção.

Em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, escrito em 1905, Freud inovou os estudos da época ao propor que, logo no início da vida, as crianças buscariam experimentar um prazer totalmente desvinculado da satisfação de qualquer necessidade fisiológica, tendo introduzido, portanto, a teoria de que as crianças seriam sexualizadas. Freud defendeu que a sexualidade infantil se distinguia por encontrar apoio em certas funções corporais, e durante a fase oral, obtinha prazer, por exemplo, a partir da sucção do seio da mãe mesmo quando não estivesse em causa o apaziguamento da fome.

Porém, no texto “A organização genital infantil”, de 1923, como apresenta Kehl (2008, p. 193), Freud teria dito que não só psiquismo humano é sexual, como a sexualidade humana é toda ela permeada pelo psíquico” e ainda, que “a passagem da sexualidade infantil para a adulta deixa de ter uma determinação puramente orgânica e passa ser marcada por uma mudança na interpretação da diferença sexual” (p. 194).

Sabemos que a teoria freudiana se diferenciou das outras teorias por várias razões, entre elas, por demonstrar que se pode ser sexualizado não apenas através de seus genitais, mas através de todo o corpo, em múltiplas possibilidades, onde as crianças começariam a prescindir do objeto exterior na medida em que se instalaria o autoerotismo (Freud, 1905/2016). Nesse momento, algumas das partes do corpo passariam a funcionar como zonas erógenas preponderantes. A esse respeito, cabe salientar que, posteriormente, Freud (1996/1914) defenderia – em “Sobre o narcisismo: uma introdução” – que o corpo humano como um todo pode se afigurar como zona erógena.

Acerca da comparação entre homem e mulher que sempre existiu na teoria freudiana, como nos mostra Pacheco (2017), houve a constatação de que as crianças criavam teorias sexuais, dentre as quais, a mais importante seria a de que todo mundo possui pênis; desconhecendo, portanto, a existência do orifício vaginal. Tornam-se reais as polêmicas acerca dessa afirmação, e é sobre ela que Freud se baseia para estabelecer sua primeira hipótese a respeito dessas diferenças. Pacheco (2017) coloca:

No caso do menino, o valor autoerótico atribuído ao pênis faz com que ele interprete a visão do órgão sexual feminino como se, ali, um pênis ainda

fosse crescer. Essa suposição curiosa só seria abandonada a partir do Complexo de castração, decorrente das ameaças reais sofridas pelas crianças diante da masturbação. Na menina, o clitóris constitui a sede dos estímulos que levam à atividade sexual feminina, que só se tornaria realmente mulher na puberdade, com o recalque desses impulsos. A menina compartilha, assim, do valor concedido ao pênis pelo menino, sucumbindo por esse motivo à inveja do pênis (p. 60).

Em Freud, essa percepção pode ser desmentida pela menina, fazendo com que ela permaneça no complexo de masculinidade. Em um texto intitulado “A dissolução do complexo de Édipo”, Freud (1996/1924) inova os conceitos em torno da sexualidade feminina, ao concluir que o desenvolvimento sexual de meninas, mesmo ainda tendo o fenômeno central na problemática edípica, não poderia simplesmente ser considerado equivalente ao desenvolvimento sexual de meninos. Nesse sentido, o psicanalista propôs que o estabelecimento de uma equação simbólica “pênis-bebê” seria, para as meninas, um fator essencial para a instalação do Complexo de Édipo. Por meio de tal equação simbólica, o desejo de ter um órgão sexual masculino seria substituído pelo desejo de receber um filho como presente da figura paterna, sendo esse desejo abandonado gradativamente.

No que diz respeito à psicanálise das mulheres, Kehl (2008) constrói a seguinte pergunta: “se o complexo de Édipo no menino sucumbe diante da angústia de castração, o que vai acontecer com a menina, cujo corpo já porta a mesma falta que a criança percebe, com horror, na mulher adulta?” (p. 196). Nos meninos é dado por resolvido quando ele desiste da mãe e se identifica com o pai; enquanto na menina é algo de uma ordem do impossível. Nos dizeres de Kehl (2008, p. 197) “ao constatar que “seu pequeno pênis” (o clitóris) nunca há de crescer, a menina vê fracassar sua ilusão de masculinidade e com isto seu amor pela mãe, que lhe parecerá inferior ao pai e aos homens em geral, sofre um abalo irreparável”. Para complementar esse raciocínio, Kehl expõe ainda que:

é a esperança da maternidade que lança a menina na segunda fase do Édipo, a do amor (passivo? feminino?) pelo pai, que poderá conduzi-la à descoberta da vagina e de sua função sexual; ao mesmo tempo, inaugura-se aqui a série de empreendimentos através dos quais ela vai tentar se identificar com o único atributo que ainda lhe interessa da figura materna: a feminilidade (Kehl, 2008, p. 198).

O termo “esperança da maternidade” diz muito sobre uma teoria que, para se descobrir um conceito do feminino, a maternidade é quem se encarrega dessa descoberta – sendo um possível e importante caminho a se seguir. É aqui, também, que se diferencia da teoria de Hilferding (1911/2024), pois a autora não considera esse caminho importante ou de satisfação para o feminino.

No texto “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1925), é possível perceber que Freud constrói toda uma especificidade nos dois sexos, sendo tratados como posições subjetivas. Disso, o que se evidencia é apenas o sexo fálico. Posteriormente, Freud amplia seus trabalhos acerca do feminino em textos como “A sexualidade feminina” (1931) e “A feminilidade” (1933), os quais abordaremos neste trabalho.

Emidio (2011) nos apresenta que, segundo Freud, as mulheres, ao se darem conta de que não têm um pênis, podem escolher diversos caminhos, como por exemplo: “uma menina pode recusar o fato de ser castrada e insistir em portar-se como um homem, como também pode desprezar o sexo feminino, por considerar ser inferior ao masculino e insistir em ser como um homem” (p. 64). Já em “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1925), é possível desvendar o enigma do feminino a partir da diferença psíquica que se estabelece entre menino e menina, a partir do complexo de Édipo – termo esse utilizado pela primeira vez em um texto de Freud de 1910 (Eulálio, 2020).

Antes, firmava-se a ideia de que o menino toma a mãe como objeto de amor e rivaliza com o pai, enquanto a menina tem uma ligação afetuosa com o pai e rivaliza com a mãe. A partir desse texto, Eulálio (2020) diz que ambos são tratados, masculino e feminino, como posições subjetivas. Sendo assim, notamos que o que se evidencia é apenas o sexo fálico em contraposição à realidade do biológico, sendo essa distinção entre sujeito e objeto o que diz respeito a algo mais amplo. Em “Sobre a sexualidade feminina” (1931/2021), Freud afirma que para as meninas, haveria uma maior dificuldade na resolução do complexo de Édipo do que para os meninos.

Os textos de Freud, junto de suas novas observações clínicas, foram abrindo caminhos para marcar as diferenças entre os complexos de Castração e de Édipo. Com isso, pudemos perceber consequências desses estudos durante longos anos de seu

trabalho, como no caso das meninas, de modo que o complexo de castração incentivaria a feminilidade, preparando-as para o papel que, na perspectiva freudiana, lhes caberia posteriormente: a maternidade. Importante assinalar que tal posicionamento tem sido alvo de objeções por parte de autores(as) contemporâneos, como iremos ver no próximo tópico.

Ainda sobre o texto do Freud de 1931, identificamos que certas complicações seriam inerentes ao desenvolvimento sexual feminino, na medida em que o complexo de castração, nas meninas, abriria três possibilidades. A primeira promoveria um afastamento geral da sexualidade. Já a segunda ensejaria uma “desafiadora super enfatização de sua masculinidade”, motivada pela persistente esperança de obter um órgão sexual masculino para si. E Somente a terceira possibilidade, por meio da qual as meninas passariam a ter a figura paterna como objeto de amor, levaria à emergência da feminilidade com a dissolução do Complexo de Édipo.

Freud (1931/2021) ainda complementa, afirmando que

portanto, o complexo de Édipo na mulher é o resultado final de um longo desenvolvimento; ele não é destruído pela influência da castração, mas criado por ele; ele escapa das intensas influências hostis que atuam no homem e, inclusive, muito frequentemente, não é absolutamente superado pela mulher. É por isso que os resultados culturais de sua destruição também são pequenos e de menos alcance. Provavelmente não estaremos em falta se afirmarmos que essa diferença na relação de oposição entre os complexos de Édipo e de castração imprime o caráter da mulher como ser social (p. 292).

Ou seja, Freud admitiu que não haveria um paralelismo entre o desenvolvimento sexual masculino e feminino, mas ainda concebeu que ambos gravitariam em torno da presença/ausência do falo. Como mostra as autoras Campos e Winograd (2023, p. 63), a maternidade entraria como uma resolução para a teoria do feminino, como uma solução ideal para a inferioridade, causada pela “inveja do pênis”, e assim seria “a relação maternal, para Freud, o destino do feminino”.

Em “A feminilidade” (1933/2021), Freud nos apresenta dois breves apontamentos sobre a sexualidade das mulheres na idade adulta. Primeiro, sugere que se observe nesse público uma alternância mais acentuada de períodos em que predominam a masculinidade ou a feminilidade, o que seria explicado por ele como “fenômenos

residuais do período masculino inicial” (p. 130), que ensejariam fixações na fase pré-edipiana. Em segundo lugar, relatou ter verificado maior inclinação ao narcisismo em mulheres do que em homens na idade adulta, o que atribuiu, em parte, a um resquício da inveja do pênis. E, como consequência de tal inclinação, defendeu que as mulheres geralmente necessitariam mais ser amadas do que amar, sugerindo também que tal característica estaria associada à “educação social”.

Para entendermos um pouco mais sobre o “ser mulher” e o que pode envolver a feminilidade, e a fim de ilustrar nossa pesquisa, é interessante refletir sobre a mudança de objeto de amor nas meninas, que passam a realizar movimentos hostis em relação à mãe, precisando se afastar desse amor – diferente dos meninos, cujo objeto de amor é necessariamente a mãe (Emidio, 2008). No texto de 1931, Freud chega à conclusão de que a posição hostil à mãe não é uma consequência da rivalidade do Complexo de Édipo, mas se origina na fase anterior e só se encontra reforço na situação do Édipo.

Freud afirma que o afastamento está ligado à questão da descoberta da castração. A menina culpa a mãe por não ter pênis e, por ser como ela, considera a mãe como a culpada de seu destino de inferioridade feminina. A castração é encarada como algo “único” com ela, mas com o tempo percebe essa semelhança em todos os outros. Quando passa a ter essa percepção, um novo significado pode ocorrer na construção da sua feminilidade; assim, a mãe passa a ser depreciada aos olhos da menina, a culpada por tudo o que ocorreu com ela. Os motivos de afastamento são considerados por Freud como decorrentes da natureza da sexualidade infantil, o que também pode ser entendido como uma racionalização.

O autor pontua a possibilidade de considerar que a relação da mãe com a filha seja um único caminho inconsciente pelo fato de ser a primeira – e a mais intensa – das relações na vida da menina, semelhante ao que se observa com frequência nos primeiros casamentos de mulheres jovens, vividos com muita paixão. Freud (1931/2021) deixa claro sobre a ambivalência dos sentimentos da “menininha” com a mãe, e com auxílio de outros fatores, ela precisa se afastar dessa mãe.

A partir de uma teoria construída em torno da relação da menina com a mãe, na qual Freud (1931/2021, p. 298) relata que as primeiras vivências sexuais ou de conotação sexual da criança com a mãe são de natureza passiva, o psicanalista também se

questiona de algo importante e muito potente – de modo que podemos considerar essa pergunta ainda tão atual e necessária: “O que a menininha demanda da mãe? De que tipo são suas metas sexuais nessa época de ligação exclusiva com a mãe?”. Pergunta tão necessária que diz sobre como a mulher se movimentará diante da vida, de acordo com suas primeiras experiências – e experiências essas com a mãe, direcionadas para outras relações ao longo da vida.

Eulálio (2020) desenvolve também essa questão:

a menina vinha vivendo, até então de modo masculino, no que diz respeito a seus desejos sexuais ativos e dirigidos à mãe. O reconhecimento da distinção anatômica entre os sexos força a menina, logo aos primeiros sinais de inveja do pênis, a se afastar da masculinidade e da masturbação masculina, para novas linhas que conduzem ao desenvolvimento da feminilidade. A menina se volta para o pai, caminho que dá acesso à feminilidade (pp.40-41).

Esse acesso à feminilidade é observado por Freud (1931/2021, p. 302), como “a transição para o objeto paterno é realizada com o auxílio das tendências passivas, na medida em que escaparam à catástrofe”. Palavra que Freud conseguiu descrever com a impossibilidade de separação da mãe: *catástrofe*; e que vemos hoje de inúmeras formas na clínica, nas vivências, nas histórias e, também, na literatura.

O pai, que parece fazer um papel de primeira importância na vida da menina, revela-se um “segundo” nessa transferência de amor. Eulálio (2020) diz que o amor e o desejo voltados inicialmente para a mãe são transferidos com a mesma intensidade para o pai. E, para alcançar a feminilidade, é preciso passar também pelo pai e não somente pela mãe. É curioso pensar nessas teorias freudianas e ainda assim imaginar uma satisfação através da maternidade, como o autor propõe.

Eis que toda essa passagem de amor para mãe – pai, nunca acontece de forma completa da menina, pois permanece sempre um “resto”. O que será que as mulheres fazem com esse resto? Será a maternidade uma parte dele? Com satisfação ou não, é a maternidade que sempre está rodeando as fantasias das mulheres, tanto como um desejo maior ou como um resto. Porém, sempre há nisso tudo um custo, como Hilferding (1911/2024) deixou claro sobre as atitudes hostis que uma mãe pode ter caso não crie um vínculo com o filho.

Percebemos que toda a construção feita pelo psicanalista acerca do feminino atravessa uma ordem fálica, na qual a anatomia é o destino; sendo a diferença o motivo principal de suas reflexões, como relação da menina com a mãe; relação da menina com o pai e como isso pode acarretar na vida adulta e na maternidade. Ora, a teoria freudiana começou a ser escrita há mais de um século, e foi precursora ao ouvir sintomas das mulheres. Hoje, depois de anos, quando escrevemos sobre o que já foi construído por Freud, percebemos que algo “resta”.

Como visto no capítulo anterior, em algum momento da história a mulher deixa de ser amaldiçoada e a mãe se torna a principal responsável pelos cuidados da criança, de um lugar de privilégios. É nesse contexto que a biologia e a medicina enalteceram – e ainda enaltecem – a função materna. Assim como Freud estabelece uma importância dessa função na vida da criança e na da mulher adulta, ele também aponta a maternidade como um caminho para a satisfação feminina; diferentemente de Hilferding, por exemplo, em que essa questão é um cenário real da falta do amor materno, longe de uma satisfação feminina.

Assim, quais são as outras formas das mulheres se satisfazerem? E se não for a maternidade, quais outras formas de sublimação? Como pensar essas questões em sociedade e fazer diferença na vida das mulheres? Além do que resta, como nos mostra Campos e Winograd (2023), a psicanálise freudiana segue viva e precisa ser constantemente pensada de acordo com o mundo moderno e suas adaptações.

Depois de percorrer um caminho sobre a teoria de Margarete Hilferding, vamos ver no próximo tópico o que mais a Psicanálise, agora pós-freudiana, tem a elencar sobre o feminino e o materno.

2.3 “A PSICANÁLISE DA MATERNIDADE” – NANCY CHODOROW

Como vimos, a ideia deste capítulo foca nas propostas da Psicanálise em pensar o feminino e o materno, sendo necessário e urgente debater as questões e pensar sobre elas além de uma teoria relacional e das diferenças de gênero. Hoje, os papéis femininos se estendem a vários campos (graças aos movimentos históricos dos quais já falamos

neste texto), de modo que permanecer apenas nas ideias da diferença sexual e da relação mãe e bebê seria um equívoco.

Como nos lembra Iaconelli (2023), desde Freud, se entende que o que rege o ser humano em todas as suas ações é o inconsciente, e não o consciente, como deseja o homem moderno. Na perspectiva do inconsciente, portanto, esta pesquisa continua por aqui, mas agora com o objetivo de pensar em uma Psicanálise que possa ser mais aberta à pluralidade da maternidade.

Além da Psicanálise freudiana, hoje contamos com inúmeras teorias que, mesmo embasadas na psicanálise, estudam formas diferentes de olhar para a construção do psiquismo e da feminilidade. Nesse contexto, damos destaque aqui à teoria de Nancy Chodorow – psicanalista norte-americana que dedicou seu trabalho a um diálogo entre Psicanálise, feminismo e maternidade. Vale esclarecer que a teoria de Chodorow não nega as formulações clínicas da psicanálise, mas foca nas questões sobre sexo, gênero e impulsos determinantes inatos – também focos deste trabalho.

A primeira publicação do livro *Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher* foi em 1978, mas aqui iremos usar a versão de 1990. Chodorow (1990) já começa com uma pauta importantíssima: “Quando as mães biológicas não proporcionam os cuidados iniciais, outras mulheres, e não homens, virtualmente sempre assumem o seu lugar” (p. 17). É em torno desse tema que a autora deixa sua mensagem, analisando a reprodução da maternação como elemento central e constituinte na organização e reprodução social do gênero.

Em um mundo onde a mulher conquistou espaços na sociedade – como profissão, área acadêmica –, fica difícil pensar os cuidados dos filhos unicamente através da mulher, por mais que isso insista em acontecer. Chodorow (1990) exalta uma crítica a algumas teorias, tanto da Psicanálise como das Ciências Médicas, em que enaltecem o “instinto maternizante”. De acordo com a autora, “essas explicações às vezes admitem que as mães cuidarão melhor dos filhos que os pais ou homens por razões biológicas” (p. 40), produzindo a teoria que as mulheres precisam maternar.

A divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero, como aponta Chodorow (1990), produz nas filhas e filhos uma divisão das capacidades psicológicas

que os leva a reproduzir essa divisão do trabalho tanto dentro de casa, quanto na autonomia sexual.

Em seu livro, Chodorow (1990) reforça as construções acerca da razão instintual pela qual as mulheres executam os cuidados com os filhos, indicando que:

Nem há qualquer coisa biológica ou hormonal para diferenciar uma 'mãe substituta' masculina de uma feminina. O argumento biológico em favor da maternalidade das mulheres baseia-se em fatos que decorrem não do nosso conhecimento biológico, mas de nossa definição da situação natural tal qual ela surge de nossa participação em certos arranjos sociais. O fato de que as mulheres tenham um intenso e quase exclusivo papel materno deve-se a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar. Não é assegurado ou causado por essas próprias capacidades (p. 50).

Também nos deparamos com o argumento da educação, do qual Chodorow (1990) vai relatando sobre o preparo para as funções, de que “as meninas são ensinadas a serem mães, preparadas para os cuidados maternos, e aprendem que devem ser mães” (p. 51). Assim, as filhas se identificam com as mães quando crescem, e passam a preferir “coisas de menina”, como o caso da maternidade. Parafraseando a autora, “o que está oculto na maioria das teorizações sobre a família é que as mulheres reproduzem-se a si mesmas através das suas tarefas domésticas diárias” (p. 57).

Sobre a teoria psicanalítica, Chodorow (1990) ressalta que, por se apoiar na intenção individual, não explica satisfatoriamente a maternação das mulheres. Ela conduz sua crítica, afirmando que “esse modo de atribuição de gêneros de homens e mulheres com personalidades, necessidades, defesas e capacidades particulares, cria a condição e contribui para a reprodução dessa mesma divisão do trabalho” (p. 61).

No final da parte I de seu livro, Chodorow já deixa evidente o caminho que está seguindo, criando contornos próprios à sua teoria e se distanciando da ideia de que a família nuclear necessita do cuidado materno (feminino) para um desenvolvimento adequado da criança. A autora apresenta a discussão de que o cuidado vinculado ao materno foi construído socialmente, passando a compor a educação das mulheres. A seu ver, o cuidado exercido por uma figura masculina não é danoso ou prejudicial para a criança, ele apenas não compõe – ainda compõe muito pouco – o percurso masculino na sociedade, ficando essencialmente restrito às mulheres.

Chodorow (1990) analisa que na época de Freud, presumia-se uma família patriarcal, fortemente liderada pela autoridade do pai. Essa autoridade foi perdendo força, a tal ponto que “não temos evidência alguma de que a família patriarcal vienense da virada do século seja universal” (p. 78). Ainda assim, os psicanalistas seguem a ideia de uma base biológica e instintual para a divisão do trabalho por sexos, com escritos sobre as orientações sexuais através do complexo de Édipo.

Acompanhamos uma preocupação dos debates feministas com o fato de a maternidade ser um único caminho para a mulher, como algo inerente e, ao mesmo tempo, uma armadilha. É nesse âmbito que a autora também critica a psicanálise tradicional. Em torno dessas críticas, Chodorow (1990) persiste que a ideia da necessidade extrema mãe-filho tende a criar arranjos em nossa sociedade, assegurando que mulheres sejam as responsáveis [quase] exclusivas pelo cuidado infantil. Essa forma de cuidar das crianças também facilitou outras tendências na família moderna, como: “a nuclearização e isolamento do lar, a crença que a comunidade política, ou a sociedade, não tem responsabilidade alguma pelas crianças pequenas” (p. 103); tanto quanto na qualidade que esse cuidado exclusivo exige, por exemplo, crianças num berço com grades, dormindo sozinhas devido ao cansaço extremo dessa cuidadora, sendo desmamadas precocemente – questões que, entre outras, são pouco tratadas na psicanálise.

A nova ciência inaugurada por Freud, no entendimento de Chodorow (1990), trata-se de uma conservação moral e psíquica. Iaconelli (2023) também ressalta que a “boa mãe aleita, zela pela criança mantendo-a junto de si e evita que este se torne um psicótico, ou no mínimo, um infeliz” (p. 61). A mãe é, portanto, um alvo privilegiado de um suposto saber dos cuidados de um bebê, o que leva à criação da expressão “função materna”. Iaconelli propõe o uso de “funções constituintes da subjetividade” no lugar desses termos para dar contorno à suposição de que haveria um gênero ou uma orientação sexual necessários para os cuidados.

Dialogando com os cuidados e função materna, Chodorow (1990) diz que as expectativas fundamentais das mulheres como mães surgem durante a experiência com a criança, e as bases das capacidades do cuidado, por sua vez, surgem após essa experiência, podendo afetar profundamente os sentimentos sobre sua mãe e as mulheres

em geral. Além disso, a noção de que as mulheres sentem satisfação com o papel materno ainda persiste – resultado da teoria do instinto materno, ainda sustentada fortemente pela sociedade.

O que mais dessa teoria persiste em nossa sociedade e que leva mulheres a enfrentarem decisões tão difíceis? Chodorow (1990) levanta a seguinte questão:

Todas as pessoas têm a base relacional para cuidar de crianças se elas mesmas foram cuidadas. Contudo, apesar disso, as mulheres – e não os homens – continuam a cuidar de crianças (o que chamamos de cuidados maternos). Que acontece com as capacidades dos homens de cuidar de crianças? (p. 118).

Para a autora, a fisiologia já não responde mais essa questão; emerge disso a hipótese de identificação da filha menina pelo cuidado materno feito pela mulher, sendo então um fenômeno de aprendizado. Seguindo sobre as experiências dentro das relações, Chodorow (1990, p. 121) inclui que o desenvolvimento no período infantil – resolução do complexo de Édipo – provoca reações psicológicas e experiências diferentes, como no caso das meninas, que mantêm abertas as possibilidades relacionais para o cuidado materno, enquanto os meninos eliminam ou reduzem essas possibilidades para o cuidado paterno.

Sobre a identificação, a autora também afirma que as mulheres são responsáveis pelos primeiros cuidados e pela maior parte deles, enquanto os pais estão mais ausentes do lar. Os meninos têm dificuldade em atingir uma estável identificação do papel masculino, possibilitando uma fantasia e idealização do papel desejável para um homem.

Em análise realizada por Santos, Miranda e Belo (2020) sobre Chodorow, os autores apontam que um dos resultados das vivências pré-edípicas e edípicas é a aquisição, por parte das meninas, de um mundo objetal interno mais rico do que o dos meninos. Por terem se definido em relação nos períodos iniciais do desenvolvimento, elas teriam mais necessidades relacionais de intimidade e afeto. Enquanto os meninos teriam suas capacidades e necessidades emocionais diminuídas e suprimidas. Nesse cenário, os relacionamentos heterossexuais seriam permeados pelas mulheres com tendência a direcionar aos homens demandas relacionais, de afeto e intimidade que estes não seriam capazes de responder de forma satisfatória.

Azeredo (1991) apresenta uma resenha interessante sobre o título do livro da psicanalista Chodorow, *Uma Psicanálise da Maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher*. O autor já traz questões relacionadas à própria tradução e aos problemas por ela gerados, de que seria uma possível “psicanálise da maternidade”. Como ele mesmo coloca, o título correto seria “A reprodução da maternagem: psicanálise e a sociologia do gênero. Azeredo (1991) critica isso fielmente, pois carrega “uma série de contradições que a teoria feminista tem que enfrentar” (p. 81). Também caminha pela ideia de Chodorow (1990), ao dizer que a psicanálise não sustentaria a discussão do gênero e que seria um complemento das ciências sociais.

De acordo com Santos et al. (2020, p. 5), “a construção da identidade de gênero e escolha de objeto se baseiam na norma heterossexual contida no modelo edípico tradicional”. Tal fato deve ser pensado também nos dias atuais, pois novos modelos de relacionamentos existem e precisam ser respeitados e considerados em novas teorias.

Chodorow (1990) finaliza sua teoria sugerindo que numa criança o complexo de Édipo não é principalmente produto dos efeitos das zonas erógenas, e sim de uma estrutura social e das relações familiares, sendo estas modeladas pelo superego e pelos conflitos psíquicos dos pais. A autora complementa seu argumento, afirmando que a instância edípica final é concebida num período de grande desamparo pela criança, e que continua exercendo poderosa influência na vida adulta. Para entendermos seu pensamento, elencamos o trecho abaixo:

Sejam ou não heterossexuais, essa fixação e esses relacionamentos internos, centrados na masculinidade ou feminilidade, peculiarmente com o amor de um dos pais do sexo oposto, ou rivalidade com um dos pais do mesmo sexo, dependerá da qualidade das relações objetais da criança (...) Dependerá também das normas sociais, personalidade dos pais e do mundo objetal íntimo, repressões, divisões do ego, conflitos, e defesas do ego que uma criança carrega consigo e durante o período edípico (p. 207).

Notamos que, independente dos gêneros, a autora vai construindo sua teoria, afirmando que a maior importância do Édipo não consiste no desenvolvimento da identidade de gênero, mas na constituição de diferentes formas de potencial relacional em pessoas de gêneros diferentes. Azeredo (1991) aponta que uma das críticas feitas por Chodorow a Freud foi pelo fato de não ter dado importância suficiente aos anos

anteriores ao Édipo, e também pela diferença sexual firmada a partir do Complexo de castração; sendo essa uma grande transição da teoria freudiana para a da psicanalista Chodorow, na qual sustenta os papéis exercidos além da questão de gênero.

Além dessa diferença entre meninos e meninas, a divisão das tarefas de cuidado também aparece como uma produção. Nas palavras de Chodorow (1990, p. 223), “as mulheres estão posicionadas primeiro no sistema sexo-gênero, e os homens primeiro na organização da produção”. A proposta do cuidado materno, nesse sentido, possibilitaria um maior *status* do homem no âmbito profissional, aumentando a desigualdade de gênero fortalecendo a permanência das hierarquias de gênero (Santos et al., 2020).

A almejada igualdade na divisão de tarefas baseada numa responsabilização conjunta (Estado, família e sociedade), como apresenta Iaconelli (2023), esbarra em uma dificuldade; e gestar, parir e o ciclo da gravidez “elimina[m] qualquer pretensão de divisão igualitária”. A maternação, para Chodorow (1990), é outra história, pois trata-se de uma construção social, política e histórica: “as mulheres vêm a maternar porque foram maternadas por mulheres” (p. 261).

Uma das principais críticas de Nancy Chodorow voltou-se à necessidade de se discutir sobre uma nova teoria, não apenas sobre a maternação, mas também sobre a infância e o desenvolvimento infantil. A psicanalista reiterava em seu discurso a importância de novas elaborações sobre como as construções idealizadas e naturalizadas acerca da mãe enquanto única ou preferencial cuidadora podem influenciar no desenvolvimento do filho. Assim como Santos, Miranda e Belo (2020, p. 11),

Defendemos que, em primeiro lugar, um bebê necessita de um cuidador ou cuidadores que possam lhe fornecer amor, carinho e se ocupar de suas necessidades físicas, não importando o gênero ou a existência de laços de sangue entre eles.

Eis a grande luta das teorias feministas e o quão necessário é discutir e se apoiar nessa causa.

Tal como Chodorow (1990) tentou demonstrar em sua teorização sobre a reprodução da maternação, ser criado em uma cultura específica com suas normas, ideais e imperativos, implica em consequências psíquicas conscientes e inconscientes,

sendo ainda necessário levar em consideração as infinitas variações que estarão presentes na história libidinal de cada sujeito.

A feminilidade surge no plano imaginário – palco no qual desfilam as identificações que estruturam o eu e as estratégias singulares de cada sujeito. A esse respeito, podemos dizer que uma das contribuições freudianas de maior importância para a compreensão do tornar-se mulher foi a formulação de que a diferença anatômica entre os sexos não corresponde necessariamente a uma divisão no aspecto inconsciente.

Pacheco (2017, p. 38) apresenta uma crítica às ideias feministas, afirmando que “o feminismo cometeu o engano de tentar reduzir a vida feminina às conquistas profissionais (...) questões pessoais são de uma natureza diferente das profissionais: tem a ver com sexo, procriação e viver a vida”. Pacheco ainda ressalta a importância de a mulher ter uma vida ambiciosa, mas também se adaptar para ser desejada sexualmente.

A psicanálise tem um papel fundamental no atual momento histórico, contribuindo sobremaneira com questões relacionadas à cultura e à sociedade. Conforme Pacheco (2017, p. 35), “em tempos de transtornos mais variados, e de psicotrópicos espetaculares, muitos psicanalistas têm chamado atenção para a proposta ímpar da Psicanálise para se lidar com o mal-estar da civilização”.

São várias posições que geram mais conhecimento e, ao mesmo tempo, também mais dúvidas sobre o papel da mulher na sociedade e a função materna. A mulher está sempre em pauta, “*pode isso, não pode aquilo*”, com suas posições em discussões. Todavia, hoje, o que se faz necessário é pensar, assim como propõe Iaconelli (2023, p. 221), que “o antimaternismo é uma das condições para que as políticas públicas voltadas ao cuidado com as próximas gerações não perpetuem as injustiças.”

À vista disso, o encerramento deste capítulo delineará o que mais podemos aprender com os conceitos da psicanalista que ousou escrever um livro com o viés de criticar a teoria da psicanálise tradicional, principalmente de Freud. Chodorow (1990) aceita a psicanálise como uma teoria do desenvolvimento psicológico, mas não como uma teoria das origens da civilização e da natureza da cultura.

Com a ideia fortemente sustentada de que o papel das mulheres é um produto histórico, a psicanalista foi capaz de abrir espaço para novas ideias e certa esperança com o futuro. Como a biologia e o instinto não oferecem boas explicações para a

maternidade das mulheres, o que passa a oferecer uma chave de compreensão é o modo como a estrutura social se organiza e como as mulheres se inserem nessa estrutura. As mulheres, por terem sido cuidadas por outras mulheres, vão se identificando com o sexo feminino, com os cuidados dos filhos e com a expectativa “de que as mulheres naturalmente cuidam de crianças”. Para compor essa ideia, Chodorow (1990) explica que

É um aspecto organizacional fundamental do sistema sexo-gênero que as mulheres maternem: é básico para a divisão do trabalho por sexos e gera uma psicologia e ideologia da dominação masculina, assim como uma ideologia sobre as capacidades e natureza das mulheres. As mulheres, como esposas e mães, contribuem também para a reprodução diária e através das gerações, física e psicológica de trabalhadores masculinos, e assim para a reprodução da produção capitalista (p. 259).

Dessa produção capitalista também acarreta uma dominação masculina, que mantém posições nas quais os homens agem como superiores às mulheres e dedicam boa parte de sua energia no trabalho – e não para cuidar de filhos, por exemplo. Sobre a reprodução social, as mulheres permanecem na função doméstica como “trabalhadora(s) do lar”, contribuindo para a perpetuação dos papéis sociais e de gênero (Chodorow, 1990).

A respeito da feminilidade revelada por Freud em inúmeros textos, Nancy Chodorow (1990) traz diferenças sobre a masculinidade e feminilidade, principalmente por essas funções serem definidas pelos cuidados exercidos exclusivamente por mulheres. O senso de masculinidade cresce para os meninos em comparação com a mulher que o criou, a qual, tendo uma falta de autonomia dentro de casa, afasta o filho, levando-o a “rejeitar e desvalorizar as mulheres e tudo o que considera ser feminino no mundo social” (p. 227).

A psicanalista pondera que a família está cada vez mais composta por pai ausente e mãe envolvida, o que produz homens mais machistas e fortalece a ideologia desigual de gênero. Segundo Chodorow (1990, p. 237), “essa estrutura de produção e reprodução exige e pressupõe aqueles modos relacionais específicos entre marido e mulher, e mãe e filhos, que formam o centro da família na sociedade contemporânea.”

Ainda no século XX, Chodorow (1990, p. 271) manifesta sua inquietação dizendo que as exigências dos papéis definidos pelo gênero têm criado um mal-estar

generalizado, e que aspectos desse sistema estão em crise gerando conflitos com as tendências econômicas, como observamos ainda hoje no século XXI. Ademais, elucida que “a eliminação da atual organização do cuidado de filhos em favor de um sistema no qual tanto homens como mulheres sejam responsáveis seria um enorme avanço social.”

Chodorow (1990) discursa sobre nosso dever em separar a palavra “maternação” das atividades do cuidado infantil; e também sobre a psicanálise como poder em explicar e superar suas limitações. Seu pensamento implica que as qualidades necessárias para cuidar de crianças podem ser desenvolvidas também por homens, e que o cuidado exclusivamente materno pode ser prejudicial tanto para a mãe quanto para a criança.

A proposta da autora sustenta o fato de que as crianças podem ser dependentes de pessoas de ambos os gêneros; “a masculinidade não se tornaria vinculada à negação de dependência e à desvalorização das mulheres. A personalidade feminina seria menos preocupada com a individuação” (Chodorow, 1990, p. 269). Sendo por fim, a esperança de que não exista a onipotência materna, não gerando a grande expectativa das qualidades das mulheres. Uma mulher menos preocupada com os cuidados, acaba sendo mais preocupada com sua subjetividade, resultando em escolhas mais saudáveis e cada vez mais próximas de seu desejo, que não se vincula apenas ao desejo capitalista.

É exatamente nesse entendimento que este trabalho aposta. Chodorow (1990) também deixa claro que esses avanços dependem de uma consciência geral, devendo reconhecer que seus interesses se encontram em uma transformação da organização social do gênero, que possibilita acabar com a desigualdade dos sexos.

A ideia de Chodorow por uma igualdade dos cuidados infantis segue preciosa; se continuarmos com as repetições de valores machistas, sem críticas às posições de gênero, teremos poucas chances de mudar tal cenário. Concordamos com a afirmativa de Chodorow (1990, p. 271), cuja “mudança sem dúvida ocorrerá, mas o resultado ainda não está; nem de longe, garantido. A eliminação da atual organização do cuidado de filhos em favor de um sistema no qual tanto homens como mulheres sejam responsáveis seria um enorme avanço social”.

Diante de tantas indagações e comparada ao processo psíquico e social do indivíduo, a feminilidade segue nas discussões, tirando fôlego de quem tenta desbravar um pouco mais. Percebemos que todas as teorias aqui apresentadas são importantes,

mas poder relacioná-las às pluralidades e singularidades é algo que a Psicanálise tem tentado construir e que se faz urgente. Essa relação é o que poderá nos possibilitar pensar diferentes percursos femininos em nossa sociedade, estando presente o desejo pela maternidade ou não.

CAPÍTULO 3- A PESQUISA

Na escrita, tudo tem uma longa história atrás de si
(Ferrante, 2023)

3.1 OBJETIVOS

Objetivo Geral: Compreender o que a Psicanálise – a partir de Freud – apresenta sobre a maternidade e como essas ideias compõem o ideal de maternidade presente na sociedade atual, a partir de uma interlocução entre Psicanálise e Literatura.

Objetivos Específicos:

- a) retomar o percurso histórico de construção da maternidade como um valor pessoal e social em nossa sociedade;
- b) estudar o olhar da Psicanálise para a maternidade, partindo de Freud, percorrendo a conferência de Margarete Hilferding, até chegar aos(as) autores(as) contemporâneos, como Nancy Chodorow.
- c) apresentar uma revisão sobre a interlocução construída entre Psicanálise e Literatura.
- d) Discutir o livro *Casas Vazias*, da escritora mexicana Brenda Navarro, em que a autora apresenta vivências de maternidade e questiona o amor de mãe naturalizado em nossa sociedade.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Diante de todas essas indagações necessárias, se faz urgente nesta pesquisa a utilização da psicanálise como base na escrita, no sentir, no falar, no analisar e, de igual forma, como um método de investigação.

Como aponta Maria Rita Kehl (2016, p. 255), “a psicanálise talvez tenha se tornado o último dos discursos modernos que atribui um lugar à mulher”. Para pensar e trabalhar algum desses discursos, esta pesquisa traz como método a psicanálise para a investigação. Freud, em um dos seus textos, “Dois verbetes de enciclopédia”,

de 1922, afirma que a Psicanálise:

1. Um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; 2. Um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos; e 3. Uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo destas linhas, e, que, gradualmente, se acumula numa nova disciplina científica (p. 287).

Para Emidio (2011), pensar a Psicanálise como método de investigação possibilita a busca dos referenciais de construção do caminho que será percorrido. Em Freud, é na investigação dos processos inconscientes que está o sentido mais importante da construção do saber psicanalítico.

Desse modo, esta investigação se configura como uma pesquisa teórica em psicanálise, pela qual conseguimos extrair uma ideia daquilo que o inconsciente grita. Como expõe Kobori (2013, p. 77), “uma pesquisa em psicanálise possui como objetivo a investigação do fenômeno, a busca pelo sentido oculto, velado, inconsciente, que revela a mensagem do sintoma ou a estrutura psíquica do sujeito”.

Não podemos nos debruçar sobre a pesquisa em Psicanálise sem dialogar com a proposta discutida por Mezan (1998). O autor se refere ao exercício de uma Psicanálise Extramuros, cabendo ao pesquisador desvelar o universal não por meio de uma escuta qualquer, mas da escuta psicanalítica que se dedica a compreender o humano não necessariamente pelo olhar e escuta clínica, mas pelas discussões de obras de arte, textos literários e experiências da vida cultural que são um convite à reflexão. Conforme Mezan (2002),

Muitas vezes, é mais fácil de identificar algo de interesse clínico num romance, num filme, num fenômeno social, numa exposição de arte, e isso por uma razão muito simples: é que essas obras da vida cultural foram construídas de forma a ressaltar certas características. O analista dispõe, portanto, de um material análogo ao in vivo, porém menos complexo, construído por assim dizer como um grupo de controle de um experimento. Para o próprio analista aprender a manejar seu instrumento, é um bom exercício se debruçar sobre um filme, uma peça, um fenômeno coletivo de importância (p. 319).

Nesta pesquisa, a Psicanálise será também a base teórica da discussão de um fenômeno social; pretendemos, mesmo não estando no *setting* terapêutico, aplicá-la a

uma esfera maior – a da vida social, da cultura. A cultura, para Mezan (1998), quando

(...) tomada em seu sentido mais amplo não é estranha à esfera da psicanálise, porque esta não se reduz a um método terapêutico, mas assenta tal método sobre uma teoria da gênese e do funcionamento do psiquismo em geral (p. 62).

Caminhando junto com a psicanálise, é a pesquisa qualitativa que se faz presente também como campo para este estudo, em que entende-se o valor do olhar subjetivo e particular das relações humanas. De acordo com Martins e Bicudo (1989), a pesquisa qualitativa busca uma compreensão do que se estuda. Nesse modelo de estudo, as correlações estatísticas são substituídas pelas descrições individuais, e assim surgem as interpretações subjetivas oriundas de experiências vividas.

Como sugere Minayo (2001), o método qualitativo

(...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (pp. 21-22).

Este método, segundo Lakatos e Marconi (2003), permite “(...) investigar acontecimentos e processos do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (p. 107). Emidio (2011) também enfatiza a importância de seu uso, quando diz que:

a pesquisa qualitativa valoriza a produção de subjetividade, e podemos considerar que esta nos leva à possibilidade de utilização da psicanálise enquanto método de pesquisa e ao uso do método psicanalítico como método de investigação em pesquisa (p. 23).

Por meio de uma interlocução entre Psicanálise e Literatura, e a partir da discussão de um romance da literatura contemporânea, buscamos compreender como as questões referentes à maternidade e ao ideal social de maternidade chegam à sociedade, e como essas vozes literárias podem nos ajudar a refletir sobre nossas questões e problematizações sobre a maternidade.

Essas problematizações importantes que nos incomodam e nos levam a ouvir o

desejo de chegar a interpretações singulares desses contextos. Tal como Mezan (2002), também concordamos que “este é o princípio que organiza as pesquisas da psicanálise aplicada: ela é capaz de ler, nas maiúsculas da cultura, coisas que podem ter validade também nas minúsculas da vida psíquica individual” (p. 292).

Além de que, estima-se que a psicanálise, enquanto teoria do inconsciente e método de investigação, possa fornecer elementos importantes para o entendimento de temas tão singulares como o deste estudo, funcionando também como legitimação para o lugar do feminino e do materno (Zornig, 2010).

Em busca de uma interlocução entre Psicanálise e Literatura, e na tentativa de trazer um olhar digno de toda teoria aqui já construída, escolhemos realizar a leitura de partes de uma obra de ficção, *Casas Vazias*, de Brenda Navarro – escritora mexicana, atuante dos direitos humanos, com destaque para seu envolvimento com a escrita de mulheres e sobre mulheres. Elegemos este livro como fonte de reflexão com o objetivo de enriquecer este estudo, afinal, como aponta Emídio (2010), o estudo psicanalítico de manifestações artísticas justifica-se por permitir a análise e compreensão das mais variadas produções humanas.

É por esse caminho, isto é, do encontro entre a forma da escrita e a contribuição da Psicanálise, que nos alongamos daqui em diante, na intenção de detalhar uma série de transformações no campo das relações sociais e das ideias, pensando diretamente a literatura como forma de diálogo. Como elucida Ferrante (2023, p. 87),

a escrita deve lidar inevitavelmente com outra escrita, e é do terreno do que já foi escrito que surge, por acaso, a frase que põe em movimento um livrinho agradável ou um grande livro que mostra a direção e constrói um universo único de palavras, figuras e conflitos.

Mezan (2002) afirma que nada é mais natural do que o que encontrarmos na vida emocional dos personagens de uma história, ou seja, as leis que regem o psiquismo humano. O artista coloca em sua obra aspectos de sua personalidade e também aspectos gerais do psiquismo humano. Nesse sentido, é possível fundamentar as teorias apresentadas e criar uma conexão com a obra literária, sustentando o nosso principal objetivo.

3.3 PSICANÁLISE E LITERATURA

O que sustenta esta pesquisa e carrega um grande valor é a interlocução da Literatura e Psicanálise. Assim como tudo que se fala sobre Psicanálise é sobre amor, a Literatura também se encaixa aqui como um instrumento poderoso para narrar a intencionalidade e trazer para o mundo gritos de sobrevivência. Esse laço existe desde o começo das discussões teóricas de Sigmund Freud, pois ele mesmo se utilizava as narrativas literárias para exemplificar e ilustrar suas descobertas.

Birman (2019) discorre sobre a escrita e a Psicanálise, trazendo um recorte sobre o estilo da escrita de Freud. A seu ver, as narrativas clínicas tinham como pauta o registro do sujeito, como igual na escrita literária, de modo que o saber psicanalítico e a criação literária são tópicos fundamentais. Por isso, a maioria dos textos de Freud trazem como título nomes dos sujeitos, como se fossem personagens de um romance. Por meio de seus escritos literários, a Psicanálise se tornou mais disponível para o século XX até os dias de hoje.

Além disso, é curioso registrar aquilo que Birman (2019) elucida a esse respeito,

Freud destaca a diferença de sua escrita em relação ao que se realizava então no campo dos saberes psíquico e da medicina. Dizia, assim, que escrevia as suas histórias clínicas como se estivesse escrevendo efetivamente um romance (...) Vale dizer, na narrativa de suas curas psicanalíticas, pautadas pelo deciframento das reminiscências e pelo destino outro que era oferecido aos afetos estrangulados, Freud interpretava a história de uma subjetividade e dos seus percalços (p. 346).

Alguns textos importantes de Freud nos revelam sua aproximação com a arte e com os escritos. Em seu texto “O Moisés, de Michelangelo” (1914), observamos um trecho sobre esse seu interesse:

Percebi com frequência que o conteúdo de uma obra de arte me atrai mais fortemente do que suas qualidades formais e técnicas, às quais, de fato, o artista atribui valor em primeira linha. Para muitos meios e efeitos da arte, me falta, realmente um entendimento correto. Mas obras de arte exercem um forte efeito sobre mim, em especial obras literárias e esculturas, raramente pinturas (Freud, 1914/2021, p. 183).

O caso da tragédia grega antiga *Édipo Rei*, de Sófocles, é um grande exemplo da literatura no campo psicanalítico. Como traz Santos (2019), esta obra foi utilizada para exemplificar a teoria freudiana do Complexo de Édipo. Em suas palavras,

Alguns desses textos ficcionais da tradição oral, como os mitos gregos, ao falarem sobre o homem e sua relação com o meio externo e interno – ilustram as ações humanas, permitiram a Freud demonstrar na prática e conceituar suas ideias a respeito da organização psíquica dos sujeitos. Alguns dos mais conhecidos conceitos da psicanálise freudiana são o complexo de Édipo e o Narcisismo e ambos se respaldam nos mitos de Édipo Rei e de Narciso, respectivamente (Santos, 2019, p. 60).

Teixeira (2005) também elucida essa criação da teoria de Freud, apontando que os mitos dizem respeito ao alicerce de sua obra. Ele expõe que o mito, ao fundar-se “(...) no âmago de sua perspectiva ao considerá-lo um modo privilegiado de acessar o real (...), constitui uma dimensão subjetiva que dá conta do que escapa à análise científica” (p. 5). Em outros de seus textos, Freud descreve essa aproximação com o criar, como no “Poeta e o Fantasiar” (1908/2021), quando afirma que:

O poeta faz algo semelhante à criança que brinca; ele cria um mundo de fantasia que leva à sério, ou seja, um mundo formado por grande mobilização afetiva, na medida em que se distingue rigidamente da realidade (p. 54).

O autor também compara de maneira admirável o brincar da criança com o poeta: “o poeta faz algo semelhante à criança que brinca; ele cria um mundo formado por grande mobilização afetiva” (Freud, 1908/2021, pp. 54-55). No entendimento de Freud, o sujeito quando cresce, troca uma coisa pela outra: “assim, quando alguém que está crescendo deixa de brincar, nada mais faz a não ser esse empréstimo aos objetos reais; em vez de brincar, agora fantasia”

Essa fantasia, quando adulto, também é regida pelas leis e normas sociais. Santos (2019) elucida que no encontro com as regras da civilização, os adultos possuem vergonha de suas fantasias – momento no qual vemos a repressão de desejos, anulação da felicidade. Diante disso, esse adulto encontra um caminho:

Para satisfazer-se, o sujeito direciona suas energias libidinais para

atividades do seu cotidiano, redirecionando o foco, ou seja, realizando sublimações. Percebemos que a vida passa a ser dolorosa, por isso, passamos a buscar gratificações substitutivas, como a arte (Santos, 2019, p. 62).

O poeta, então, seria aquele sujeito sensível que consegue enxergar além do que aparentemente as coisas são, brincando com as palavras. Teixeira (2005) ressalta que:

a arte de reconhecer para além das aparências, não se contentando com ela, é preconizada por Freud como um recurso não só importante, como necessário, mesmo para a pesquisa psicanalítica da realidade psíquica (p. 119).

Por meio de sua escrita pela observação, da narrativa e da interpretação, Freud produziu potentes seres.

Há um texto belíssimo de Freud, escrito em 1916, e que não poderia deixar de mencionar aqui, chamado “Transitoriedade”. Neste, o psicanalista realça a sensibilidade dos poetas, que mesmo admirando a beleza da natureza, se incomodavam com o fato de que toda essa beleza iria se desaparecer em algum momento: “até mesmo tudo o que ele amara e admirara parecia-lhe desvalorizado pelo destino determinante da transitoriedade” (Freud, 1916/2021, p. 221). Isso nos permite uma reflexão de que as obras e as artes em si são contempladas rapidamente, mas continuam sendo admiradas em algum momento e trazendo reflexões sobre seu próprio contexto.

Em suas discussões, Freud também salienta que nos textos literários normalmente há temas universais e fragmentos do inconsciente que [quase sempre] estiveram lá. Esses fragmentos/temas, no ato de leitura, comovem o leitor por haver um “reencontro” entre o texto e as suas experiências. Assim, “(...) as narrativas são sobre as experiências humanas, nascem do incômodo, dos afetos, e na tentativa de nomear o inominável, visto que o artista projeta, na arte, de forma sublimada, seus conflitos psíquicos” (Santos, 2019, p. 65).

Além das fantasias, como já vimos aqui, um termo importante para se pensar a criação artística é a sublimação. Para Laplanche (2016), Freud criou esse conceito a fim de explicar atividades humanas por um desejo que não visa um objetivo sexual:

“por exemplo, a criação artística, a investigação intelectual e, em geral, atividades a que uma dada sociedade confere grande valor” (p. 495).

Birman (2019) esboça que o sublime (a sublimação), para Freud, é a manutenção de um investimento sexual do objeto, mas que assume uma outra materialidade. Birman (2019) também retrata a transformação na forma de compreender esse conceito, a qual exigiu mudanças nas construções teóricas de Freud, como por exemplo: “Se na versão inicial a sublimação era pensada pelo paradigma da ciência, na versão final era concebida pelo paradigma da literatura e da arte” (p. 333).

Discorrendo sobre esse assunto, Birman (2019) ainda coloca que: “queria formular que a sublimação em psicanálise é a operação psíquica que visa não apenas a dominar, mas principalmente a dar um destino (...) este destino se plasmaria como um ato de criação” (p. 335). Nesse sentido, a articulação da psicanálise com a arte em geral e com a literatura, implica pensar em uma estilística da existência, criando um estilo singular que não o confunda com qualquer outro, a começar pelo grande fundador da psicanálise. Como salienta Birman (2019, p. 345): “vale dizer, a forma da escrita de Freud seria o signo mais infalível da presença fundante da literatura na construção da psicanálise”.

Para não desviar muito da nossa questão, pois descrever sobre psicanálise e literatura demandaria várias vertentes e caminhos, iremos centralizar a pesquisa pensando um laço entre essas teorias; tal qual um destino para nosso objetivo – a obra literária *Casas Vazias* – que nos permitirá um olhar para essas narrativas humanas, gerando incômodos e traduzindo muitos afetos.

Esse é o movimento que nos últimos anos se apresentou como relevante, o da literatura, no qual vemos muitas escritoras tomando posse de suas escritas, com muitos livros acerca da maternidade e das dificuldades que mulheres enfrentam. Muitas dessas obras apresentam formas de questionamento do patriarcado, dos valores sociais vigentes e da idealização da maternidade, propiciando reflexões às suas leitoras(es), a exemplo dos questionamentos sobre os lugares socialmente construídos para a mulher.

A literatura – assim como outros modos de criação como a música, a arte, os

grupos e coletivos de resistência – foi se fortalecendo (e não somente) a partir dos modos de questionar os lugares socialmente construídos para a mulher, constituindo-se como dispositivos de reflexão e transformação.

Teixeira (2005) apresenta:

A literatura dá suporte ao silêncio, fazendo deste a expressão escrita, capaz de obturar a cada momento respostas inconclusas às suas interrogações e àquelas da própria consistência histórica, podendo o sujeito significar aquilo que remete à sua carência a partir do permitir ao outro tomar existência: é este movimento de fundação de si pela alteridade que torna possível qualquer significação (p. 125)

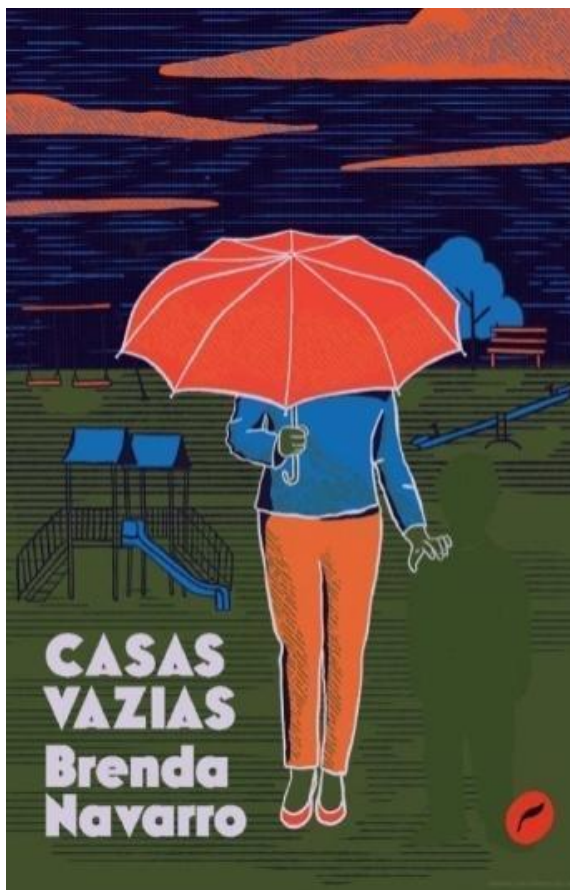
Com esse intuito, a literatura possibilita um mergulho na subjetividade, trazendo uma significação para nossos objetivos. Através do método psicanalítico, como mencionado anteriormente, buscamos dar voz àquilo que está em silêncio para tantas mulheres e mães. Na sequência, apresentamos uma breve descrição do romance *Casas Vazias* para entender melhor de que forma iremos trabalhar.

3.4 O ROMANCE CASAS VAZIAS, DE BRENDA NAVARRO

Casas Vazias. O título do livro já desperta curiosidade. Digamos que o principal enredo já é escancarado pela autora logo no início: *uma criança desaparece*. Todavia, o que vem após esse acontecimento, como de quais modos as mulheres conseguem lidar com isso, é o que carrega a história. O desaparecimento aparece de várias formas, tanto na subjetividade das mulheres quanto na própria criança para as duas mães.

A capa do livro também gera curiosidade e um suspense, como vemos na figura 1 abaixo.

Figura 1- Capa do livro *Casas Vazia*



Fonte: Ilustração de Luísa Zardo (Navarro, 2022).

Uma mulher segurando um guarda-chuva vermelho, em um parquinho infantil, sem mostrar seu rosto, e quase imperceptível uma criança ao seu lado, o que nos causa incerteza e mais interesse pelo que a trama tem a apresentar.

A escolha dessa obra se deu pela observação de um movimento contemporâneo crescente de livros escritos por mulheres, do qual notamos que a maioria tem como objetivo retratar a maternidade e suas nuances. Uma dessas nuances observadas é a mais importante para nossa pesquisa: o mito do amor materno. Navarro (2022) já escancara logo no começo de seu livro: “Não parir, não gerar, não dar motivo às células que criam a existência. Não ser vida, não ser fonte, não deixar que o mito da maternidade se estendesse em mim” (p. 18)

Narrado em primeira pessoa, Brenda Navarro faz algo interessante, pois as personagens do livro não possuem nomes, deixando claro que as histórias presentes

podem acontecer com qualquer mulher, com qualquer mãe, independente de seu contexto social e político. Não existe nome próprio quando se trata do universal.

Para facilitar nosso entendimento e a análise para o próximo capítulo, iremos usar “Mulher 1” e “Mulher 2” para identificar as personagens. O romance é escrito em três partes e dividido em duas histórias que de alguma forma se entrelaçam. Mulher 1, Mulher 2 e um menino entre elas que desperta sentimentos tão opostos, mas carregados de culpa, ódio, raiva, tristeza, dor e amor. Na tentativa de relatar esse laço entre as duas personagens, a análise contará com passagens valiosas da história, trazendo valor tanto à teoria já construída como às vozes femininas.

Casas Vazias conta a história dessas duas mulheres. Nas duas primeiras partes, a partir do sequestro da criança de 3 anos, de um lado temos a Mulher 1, que nunca desejou ser mãe, e se distraiu alguns minutos vendo o celular no parque com o filho, e de repente não o vê mais. Mulher 1 é mexicana, casada com Fran, e eles não queriam ter um filho, não planejavam, nem sonhavam com isso, achavam não ser a hora e evitavam que acontecesse. Até que uma tragédia acontece com a irmã de Fran e eles viajam à Espanha para apoiar a família. Como consequência, eles ganham uma filha adotiva, que era a sobrinha de Fran, e assim, ao mesmo tempo, uma gravidez indesejada é descoberta.

Mulher 1 e Fran ainda vivem um tempo na Espanha, na casa da família dele, convivendo com Nagore (sobrinha de Fran); e Daniel também nasce nesse período, convivendo com a família do marido, que está enlutada e traumatizada, presa em um clima pesado. Alguns meses depois voltam para o México, e Mulher 1 precisa agora, de várias formas, lidar com a maternidade, um casamento arruinado e com a decepção de sua escolha. Uma dessas formas de lidar foi a de ter um amante, quase como um ato desesperado de sentir alguma coisa. Mas o caso não deu certo e o amante terminou com ela por mensagem. Assim, ela resolve sair para dar uma volta e respirar, quando seu filho, Daniel, é raptado no segundo que ela se dedica ao celular.

De outro lado, há o relato da vida da Mulher 2, responsável por sequestrar Daniel e nomeá-lo, na sequência, de Leonel. Uma mulher jovem e pobre, cuja mãe, após sofrer abusos em casa, criou a filha sozinha de uma forma totalmente autoritária, sem afeto, bondade – fatos esses que permanecem ao longo de sua vida. A mãe ainda teve outro

filho, o irmão mais novo da Mulher 2, que morreu de forma trágica ainda jovem, acumulando mais um trauma à família.

Depois de viver lidando com as falhas de sua mãe, Mulher 2 decide não mais estudar e se dedicar apenas ao trabalho, para ter condições de viver uma vida melhor. Junto disso, crescia também a idealização da maternidade e de um casamento feliz; mas arranjou um namorado abusivo e violento, vendo-se forçada a permanecer no ciclo de violência de sua família.

Rafael, seu namorado, cumpre o papel de abusivo, permanecendo em torno da fantasia da família feliz e Mulher 2 aceita suas migalhas, persistindo ainda com o desejo de ser mãe. Ele, por sua vez, não queria um filho, dizia que ela era louca por querer isso e passava mais tempo fora de casa, trabalhando de forma irresponsável, não ajudando-a financeiramente. Entre brigas, sexo, violência e traições, somados a uma péssima convivência com a sogra e com sua própria mãe, Mulher 2 vive uma solidão totalmente desamparada psiquicamente. Em algum momento engravida, mas só toma conhecimento disso no hospital, quando vive um aborto espontâneo. Nesse contexto de desamparo, Leonel é sequestrado, trazendo ainda mais drama para a vida de Mulher 2, que pensou em resolver seus problemas com a chegada da criança em casa.

Já na terceira e última parte, algumas resoluções do drama aparecem, e desvendam o que era mistério e suspense. O que aconteceu com Leonel? Como a mãe de Daniel foi sustentando seu sumiço? Percebemos o sentimento de culpa dos dois lados, com Mulher 2, em ter sequestrado uma criança e não conseguir criar um vínculo digno; e Mulher 1, em ficar usando o celular enquanto não vê seu filho brincando no parquinho.

A história acaba e deixa muitos desconfortos. Quase no final do livro, a mãe de Mulher 2 lhe faz uma visita, e vemos até um momento que parece tratar-se de um momento de compaixão, um carinho entre mãe e filha, mas como toda a vida de Mulher 2, esse momento também é uma ilusão. Sua mãe leva Leonel embora, e sem apresentar uma conclusão explícita, fica entendido que um assassinato coloca fim nessa história de violência.

O livro vai se desenrolando em torno das questões brevemente apresentadas, como: a culpa, o arrependimento, a raiva, a violência. Isso deve-se muito ao olhar atento

da escritora para as questões relativas ao feminino, abordando problemáticas sociais e trazendo ainda mais potência para nossa análise.

CAPÍTULO 4- CASAS VAZIAS E OS OLHARES PARA A MATERNIDADE NA ATUALIDADE

“Antes Leonel não tivesse chegado nas nossas vidas”
(Navarro, 2022)

Neste capítulo pretendemos realizar uma análise do romance *Casas Vazias*, de Brenda Navarro, levantando elementos disparadores de reflexão sobre a maternidade na atualidade em articulação com as discussões psicanalíticas anteriormente apresentadas. A leitura do livro em 2022 me causou diversos sentimentos acerca da construção da maternidade de forma idealizada em nossa sociedade, apontando para o fato de que mesmo em contextos de diferenças culturais, sociais e políticas, essa idealização insiste em aparecer, apontando para as mulheres lugares socialmente instituídos.

Em *Casas Vazias*, Brenda Navarro escreve um romance ambientado no México, e nos convoca a refletir sobre essas diferenças, propondo um desconforto com tantas verdades que, na realidade, são muitas vezes silenciadas. Buscaremos, então, a partir da construção de categorias e agrupamentos temáticos, construir uma articulação entre esses elementos e as discussões psicanalíticas sobre a maternidade.

Como indicado no capítulo anterior, organizamos algumas categorias temáticas para a análise do material: idealização da maternidade; ambivalência e maternidade e possibilidades de olhar a maternidade na atualidade; as quais encontram-se apresentadas a seguir.

4.1 PERSONAGENS

A fim de facilitar nossa leitura da análise e contribuir para uma visão mais esclarecedora da obra, organizamos um pequeno índice com as referências sobre as personagens e o lugar ocupado por elas na narrativa.

Mulher 1 - mãe de Daniel

Mulher 2 - mãe de Leonel

Nagore - sobrinha de Fran

Amara - mãe de Nagore

Daniel - filho de Mulher 1/ “desaparecido”

Leonel - filho de mulher 2/ “sequestrado”

Fran - marido de Mulher 1

Rafael - marido de Mulher 2

Vladimir - homem pertencente à paixão de Mulher 1

Xavi - marido/ assassino de Amara

Obs: Daniel e Leonel são a mesma criança.

4.2 IDEALIZAÇÃO DA MATERNIDADE

A ideia de uma maternidade pura, sem defeitos e totalmente entregue para os cuidados infantis, compõe a história do feminino em nossa sociedade. Assim, o desejo pela maternidade – estruturado a partir de uma construção social e política – foi tido como sendo o único caminho possível de satisfação feminina. Na obra de Brenda Navarro, o desejo pela maternidade é vivenciado pelas duas personagens principais, mas de formas distintas, e os seus desejos são narrados a partir de limites apresentados ao longo do romance.

Quando pensamos nessa busca e no desejo pela maternidade, apresenta-se a questão: Para onde a idealização de uma maternidade pode levar uma mulher? Em *Casas Vazias*, o desejo pela maternidade se apresenta de diferentes formas, pela sensação de não desejo, da aversão à maternidade e a culpa por isso, como na Mulher 1; e para a Mulher 2, de forma irracional, através do sequestro de uma criança e pela idealização de construir uma família na qual pudesse se sentir amada e completa.

O sequestro de Leonel se apresenta como o fio condutor da experiência da maternidade da mulher 2, como presente no trecho abaixo:

(...) Me aproximei mais. Queria quase sentir o cheiro dele. Aí abri a sombrinha vermelha e não sei como, nem com que força, nem com que tipo de impulso, mas peguei Leonel no colo e fui rápido pra avenida onde peguei o primeiro táxi que passou pela minha frente e fui embora com o menino, que começou a chorar. Eu ficava me virando para trás, mas o táxi continuou avançando. Foi assim que tudo começou (Navarro, 2022, p. 101).

Assim, o desejo pelo cheiro, por pegar no colo e o impulso por obter essa satisfação coloca a maternidade como meta e o menino como um objeto, um objetivo a ser atingido, encontrando na posse do objeto a satisfação vinculada à essa idealização. A ideia do cheiro, do colo, passa pela narrativa também como uma ideia socialmente construída de um amor instintual, algo inato, inerente à condição feminina, como apontado por Badinter (1985).

A Mulher 2 sente um desejo excessivo que beira a ilusão, e que com o tempo escapa da realidade, ocasionando no impulso de sentir a maternidade de qualquer forma. Porém, ao longo da história, a personagem se depara com os efeitos desse “tipo de impulso”, como lidar com seu parceiro amoroso em uma relação abusiva, com sua mãe e com uma dificuldade financeira que se arrasta diante desse desejo de ser mãe. Então, se confronta em toda a história com a realidade vivida por ela, apresentando impasses com sua mãe e trazendo um olhar romantizado para a maternidade. Além disso, essa personagem apresenta uma outra nuance sobre a experiência de maternidade para as mulheres, sobretudo ao indicar que a maternidade pode ocupar um lugar de salvação diante de uma realidade difícil.

No entanto, esse lugar de salvação não está ligado à experiência em si, à realidade, mas à idealização que permeia o imaginário social sobre essa experiência. Badinter (1985) indica que a busca pela maternidade está envolvida nesse cenário de construção conectada a um lugar de santificação da mulher, um lugar de salvação que se articula também às discussões psicanalíticas, quando estas apontam que o filho pode ocupar o lugar de objeto fálico, possibilitando a essa mulher uma experiência de satisfação, tal qual proposto por Freud (1933/2021).

Acerca da idealização, Emidio e Okamoto (2023) relatam que as mulheres podem ficar presas nesse ideal do amor materno, e gerar um bloqueio para que possam olhar para as ambivalências existentes. Assim, buscam caminhos na vida que as façam permanecer nessa ideia ilusória, abandonando outras opções de vida. Vemos, na história da Mulher 2, uma persistência em ser mãe, em “alcançar” a maternidade. Com uma realidade econômica e social mais difícil de sustentar, lidando com impasses com sua mãe, Mulher 2 é a personagem que carrega uma idealização da maternidade mais

romântica, e com o passar da leitura percebemos que essa ideia atravessa um lugar de salvação daquela conturbada realidade.

Historicamente, a partir do discurso religioso, notamos o quanto a ideia da mãe santa e protetora construiu destinos para as mulheres existentes até hoje em nossa sociedade. Vásquez (2014) afirma que assim se consolida a imagem da maternidade e do feminino, como um exemplo de mãe, de mulher que tudo suporta, do acolhimento e de bons costumes. Mulher 2 vive em busca dessa ideia, na qual Navarro (2022) constrói cenas como essa:

Eu só não conseguia viver sem ser mãe. Por que essa obsessão? Porque sim; o que tem de mau em querer ser mãe, o que tem de mau em querer dar amor? Eu queria educar uma menina que fosse diferente de mim, da minha mãe, da mãe de Rafael, das minhas primas. Uma mulherzinha diferente, que não dependesse de ninguém, mas que fosse amorosa; por que isso era ruim? (p. 90).

Esse relato tem muito significado; e um deles pode ser traduzido como o desejo de fazer diferente do que aprendeu, do que viveu junto de sua mãe e em seu contexto social. Emidio e Okamoto (2023) apontam que “as mulheres são inseridas na instituição da maternidade por suas próprias mães e são socializadas através de conteúdos discursivos que exaltam a mãe como única figura feminina confiável” (p. 90). Para a Mulher 2, a mãe era a pessoa com quem não podia confiar, mesmo lamentando muito por isso. Ela aprendeu, então, a não confiar nem na própria mãe: “‘nunca confie nem na sua própria mãe’ era a frase que a minha mãe repetia pro meu irmão e pra mim cada vez que podia. Mas se não se pode confiar na mãe, em quem se pode confiar?” (Navarro, 2022, p. 133).

Dessa forma, “eu queria educar uma menina que fosse diferente de mim”, também traz outro sentido para a vivência da idealização, além da busca de uma ruptura com essa herança feminina ligada à maternidade, pois ela desejava uma menina que não dependesse de ninguém. Mas o que ela sente é ódio, ódio de não engravidar de sua menina, e ódio por sua mãe, pela dificuldade de confiança nela. O que persiste em Mulher 2 é sua busca por transformação desse ódio pela mãe, pela via da construção de uma vida que se pautasse nos ideais socialmente construídos. Talvez, por isso, há esse

movimento constante, em todo discurso da Mulher 2, do desejo de engravidar; e o ódio aparece toda vez que ela é confrontada e tem esse desejo negado.

Podemos pensar que a idealização da maternidade para Mulher 2 foi sendo construída como uma opção diferente de sua realidade, tanto de um contexto social ao qual era submetida, quanto para desviar do caminho que sua mãe viveu. Resende (2017) aponta que o mito do amor materno foi inscrito na memória familiar dos indivíduos e transmitido entre as gerações como uma crença irrefutável. No entanto, Badinter (1985) diz que a mulher é um ser histórico, cujo desejo é particular; ou seja, não podemos deixar esse desejo de lado, pois toda idealização também tem um subjetivo que comanda por trás.

Navarro (2022) relata que a relação da Mulher 2 com sua mãe é muito difícil, permeada de muitas desavenças. Foi após uma briga, na qual sua mãe bateu no seu irmão durante o café da manhã, que o irmão saiu de casa e não voltou mais. Mulher 2 fica revoltada com o tapa desnecessário; e a partir do descaso da mãe com essa história, relata: “então ficou impossível pra mim continuar perto da minha mãe. Peguei muito ódio dela. Por que bateu no meu irmão só porque ele tinha derramado leite?”. A Mulher 2 acredita que foi esse motivo que a fez sair de casa para morar com Rafael, e então constituir sua família a partir da busca pela maternidade.

Quando voltamos para o trecho acima, podemos pensar no significado dessa pergunta que Mulher 2 exata: “porque isso era ruim?”. O “ruim”, escrito pela autora, é pelo fato de que a Mulher 2 vive violência dentro de casa, como o marido que nega ter um filho com ela, iludindo-a e instigando sua idealização, colaborando para que a personagem idealizasse ainda mais viver a maternidade. Como mostra Navarro (2022, p. 41), “Você vai fazer minha filha?, perguntei, mas ele só abriu os olhos e sorriu zombeteiro”.

Ao longo da história contada por Brenda Navarro, percebemos que Mulher 2 vai fantasiando sua vida, almejando algo melhor, mas sempre debruçada em Rafael, ou na ideia de como seria quando o filho chegasse:

Queria ser mãe dos filhos de Rafael, que, naqueles dias, quem sabe o que aconteceu com ele tempos atrás, e mesmo que eu perguntasse ele não dizia nada, porque ele era assim, que porra ele tinha o quê, pois algo

você tem, não diga que não, eu dizia, mas ele nunca falou oha, eu tenho isso, ou sinto que, sei lá, alguma coisa, ou olha, é que se eu te contasse, mas nada, e acho que ainda que eu não aceite, sou dessas mulheres que preferem estar com um homem mesmo que ele não goste delas e que sempre dizem então amanhã será outro dia, porque tem que se fazer alguma coisa para melhorar; muito otimista ou muito entusiasmada; por isso achei que Leonel ia chegar e deixar tudo melhor, mas não passou de tapar o sol com uma peneira, o que está estragado está estragado, não tem jeito (Navarro, 222, p. 36).

A ideia de um filho presente em sua vida a fez permanecer no sonho, e construir ideias ilusórias, como quando se lamenta por Rafael não compactuar com sua ideia: “mas não disse nada porque tinha como que uma tristeza por ele não querer fazer a minha filha em mim, pois eu achava que para isso era que a gente se deitava com um homem, pra fazer filhos” (Navarro, 2022, p. 41). Mesmo assim vivia essa relação baseada numa esperança. Badinter (1985) afirma que além da construção da função *mãe* ser a melhor escolha para a mulher, ainda observa que a sociedade assegurava à boa mãe que seu marido lhe seria mais fiel, e que viveriam uma união mais pacífica por ela ser uma boa mãe.

Mas se você não gosta mais, larga ele, daqui a pouco vira uma merda viver junto e cuidar dos malditos filhos dele, ela dizia, desanimada. Mas eu achei aquilo errado; como assim os malditos filhos dele? Eu com tanta vontade de ter uma filha, e ela reclamando. Aí percebi que ninguém tinha o que queria, por isso fiquei com Rafael (Navarro, 2022, p. 46).

Nesse caminho, como apontado no trecho acima, a Mulher 2 fica com Rafael mesmo ele sendo violento, pois sonha em ter com ele uma família e maternar os “malditos filhos dele”. Considerando o que Badinter (2024, p. 77) coloca, “a mãe que sonha com o filho perfeito vai ter de pagar por isso”; podemos refletir sobre como foi o encontro da Mulher 2 com a experiência da maternidade.

Quando a Mulher 2 começa a viver uma vida em casa com Leonel e Rafael, ela se depara com o real da maternidade e com a necessidade de construir um vínculo com o menino. Lima (2024) expõe que, para a teoria de Hilferding, o que assenta o amor materno seria uma espécie de ruptura entre gravidez e maternidade. Percebemos isso na narrativa de Navarro (2022) sobre o encontro das mulheres principais da história com seus filhos, após o nascimento/sequestro de Daniel/Leonel.

Navarro (2022, p. 40) escreve: “o problema é que pensei que, já com Leonel em casa, os tempos ruins iam se acabar, porque a gente aprende a ser mãe conforme as coisas vão acontecendo”. Essa passagem poderia explicar e confirmar toda nossa construção teórica acerca da maternidade e todas as questões vivenciadas pelas mães quando vivem a ruptura da gestação com a maternidade.

Hilferding (1911/2024) elucida que o amor materno aparece nas trocas entre mãe e bebê, mas também pode gerar uma frustração quando esse amor não acontece, como quando a Mulher 2 continua seu relato:

Mas as coisas não melhoraram, eu me sentia mais sozinha do que quando não estava com Leonel (...) não havia descanso para mim, nem uma filha para abraçar ou papear, apenas Leonel, que passava o tempo cagando nas calças e Rafael, que, quando chegava era só para encher o saco (Navarro, 2022, p. 41).

Chodorow (1990), em sua teoria, reflete sobre o intenso papel exclusivo do papel materno em mulheres, e do cansaço que pode acarretar toda essa função. Dessa forma, Mulher 2 vai nos mostrando, além da frustração com a realidade, o esforço em manter o que tanto desejou no campo social e no psíquico. Além do desejo de ter uma filha menina, fruto também de uma idealização, ela achava que seria mais prazeroso. Em pouco tempo, Leonel vai mostrando suas características singulares, como não parar quieto, babar, morder, ser agressivo, e Mulher 2 encara uma realidade ainda mais difícil: “então no dia seguinte levei ele ao médico e me confirmaram que sim, minha sogra tinha razão, Leonel tinha autismo” (Navarro, 2022, p. 45).

Mais um recorte de desencantamento com a maternidade, lidar com o que mais uma vez não é dizível. Leonel balbuciava “ore”, o que causava ainda mais angústia na Mulher 2, especialmente por não entender e não saber lidar com esse desconhecido. Em alguns momentos, sentia que Leonel estava menos resistente com ela, o que traz a ideia bonita de uma maternidade voltar a aparecer: “eu pedia pra ele por favor me dizer alguma coisa, pra ele olhar pra mim, pra me responder alguma coisa: diz mamãe!” (Navarro, 2022, p. 53). Poderíamos pensar que, inconscientemente, Mulher 2 sequestra uma criança que possui um outro tipo de linguagem, dificultando a comunicação entre eles, e permanece assim a herança psíquica de relações difíceis? Que mesmo pela via da

maternidade que ela acreditava que iria resolver todos os seus problemas houve uma manutenção desse ciclo de dificuldades de comunicação e de contato com o outro?

Entendemos que permanece na herança psíquica o modo como são construídas as formas de se relacionar para Mulher 2. Em outros momentos da trama esse confronto entre o ideal e o real também se apresenta, como no aniversário de Leonel, quando Mulher 2 inventou uma data e quis fazer uma comemoração para poder viver algo que acreditou que seria bom, mesmo dentro do caos que estava vivendo, e novamente vivenciou essa experiência fora dos ideais de família e maternidade, pois sentiu-se sozinha e Rafael não apareceu na festa programada:

Ficamos sozinhos, meu filho e eu. Leonel colocando os balões na boca, todo entretido, como se fosse feliz, eu enxugando as lágrimas, que escorriam sozinhas. Assim eu começava o ano, desejando que, naquela tarde, eu não tivesse tido o impulso de abrir a sombrinha vermelha e passear pelo parque como quem não quer nada e levar o menino mais bonito que já vi na vida (Navarro, 2022, p. 55).

Ou também “Depois da chegada de Leonel, tudo foi difícil, de uma hora pra outra comecei a ficar sozinha” (2022, p. 134). O sentimento de solidão presente nos relatos da personagem nos permite refletir: a solidão se instalou a partir da chegada de Leonel e então os cuidados femininos ficam intensos e exclusivos, ou de fato isso já existia? A solidão da Mulher 2 é uma solidão das mulheres diante do confronto entre o ideal e a realidade da experiência da maternidade?

Ferrari (2022) salienta que fica muito mais difícil exercer as funções parentais na solidão, isto é, sem uma rede de apoio e na ausência de modelos identificatórios. Sabemos o que a Mulher 2 mais queria era não se sentir mais sozinha, que a sua maternidade fosse diferente da de sua mãe, e que ela pudesse também ser amada por um filho. Rafael não oferece nenhum suporte para ela, e nem para Leonel, o que a faz passar por muitas situações desgastantes. Chodorow (1990), sobre o complexo de Édipo, salienta que “as mulheres querem amor e confirmação narcisística e podem dispor-se a suportar limitações de seu amante” (p. 244). Mulher 2 não queria nada além de amor, a idealização do filho, a chegada de Leonel e todas as suas fantasias com uma família eram uma súplica para ser amada.

Em cada linha, Navarro (2022) carrega a potência do sentir, como Mulher 2 exalta “não era possível que ele não percebesse que eu tinha trazido Leonel pra nossa vida pra gente ser uma família, pra ele ser amado, pra ele também fazer parte dos seus cuidados” (p. 42). Chodorow (1990) afirma que a “maternidade pode ser um empenho (fantasia) de reparação dos males que a mãe cometeu (também fantasiosamente) aos filhos (seus rivais). Por outro lado, pode ser um modo de voltar à sua mãe por males (fantasiosos) que ela lhe causou” (p. 120). Assim, o grande mal que Mulher 2 causou foi para ela mesmo, nessa tentativa de reparar o que já estava construído inconscientemente.

Era possível Rafael não perceber mesmo, pois quem idealizava uma família, um amor e um filho era Mulher 2. Entendemos até aqui que as ideias almejadas permeiam uma construção social, mas também um ideal construído a partir da vivência de cada uma. Pacheco (2017) marca uma diferença ao pensar que a mulher oscila entre “escrava e grevista”, indicando sua posição à sua própria condição de vida, mas sem desviar de uma dificuldade, independente de sua escolha.

Dentro da história escolhida aqui, as personagens lamentam muitas dificuldades encontradas e muito por conta de uma noção criada acerca da maternidade. Tal projeto identitário, como trazem Emidio e Okamoto (2023, p. 45), “precede a mulher e a maternidade ocupa o ponto central de tal projeto, definindo a subjetividade feminina seja pela sua realização ou negação”.

Outras cenas que podemos observar a questão da não idealização materna e a grande complexidade em vivenciar uma realidade sob outro recorte, é a experiência da maternidade da Mulher 1, que também nos leva a uma trama profunda.

Se pensarmos em uma tradução para o sentimento que envolve Mulher 1 em todo o romance, podemos trazer o que ela mesmo coloca: “A mãe que é uma fraude” (Navarro, 2022, p. 11); ela se intitula assim logo no começo, argumentando o fato de ter levado o filho em um parque para passear, ter se distraído com mensagens no celular e acabou não vendo quando perdeu Daniel, seu filho.

Mulher 1, ao contrário da Mulher 2, vivenciou a maternidade de duas formas: Daniel, seu filho biológico que nunca desejou, e Nagore, sobrinha de seu marido que morava com eles, cuja irmã morreu pelas mãos do marido. Navarro (2022) narra as sensações das personagens de forma tão presente e viva como: “eu me tornei mãe de

uma menina de seis anos enquanto concebia Daniel no meu ventre. Só que eu não me tornei mãe, e esse foi o problema. O problema é que eu continuei viva por muito tempo” (p. 17). Continuar viva enquanto o filho estava desaparecido, e Nagore exigindo uma maternidade de Mulher 1 nada fácil de digerir.

Como é possível digerir tanta verdade? A autora consegue traduzir a maternidade através de muita infelicidade, destruindo a ingenuidade desse sentir e sem ter medo das palavras. Mulher 1 manifesta sua idealização de forma ora mais amena, ora mais raivosa, quando se imaginava existir em um modelo de mãe que sairia para procurar Daniel todas as horas, e também ser mãe de Nagore, desejando cuidá-la. Outras vezes também desejava ser Amara, a mãe de Nagore que foi assassinada, e nunca ter vivido essa maternidade cruel.

Navarro (2022, p. 18) sobre Mulher 1: “não parir. Não gerar, não dar motivos às células que criam a existência. Não ser vida, não ser fonte, não deixar que o mito da maternidade se estendesse em mim”. O mito já tão falado aqui teoricamente, e agora representado sem rodeios, continua em todo o discurso dessa personagem, que sem nenhum desejo na maternidade diz:

Nunca quis ser mãe, ser mãe é o pior capricho que uma mulher pode ter.” e continua “Quando pensamos no futuro, geralmente nos vemos bem. Todos nós queremos o futuro, porque é uma promessa de que, em algum momento, você ficará livre da estupidez. Meu futuro não existe, Daniel o levou embora (Navarro, 2022, p. 26).

A idealização de um futuro, é rompido quando começa a viver com a criança, sobre isso Badinter (2024, p. 129) aponta que “a criança desabrochada com que todos sonham exige uma mãe disponível, que organize sua vida em função dela”. E quando não se sonha mas mesmo assim exige uma mãe disponível? É nesse contexto que Mulher 1 enfrenta sua realidade na obra de Navarro.

O desaparecimento de Daniel desperta também muitos sentimentos e traz à tona realidades, como do casamento de Mulher 1 e a relação com Fran, um marido que se faz tão presente a ponto de uma das queixas da personagem ser a de ter nada para reclamar. Se queixa da imbecilidade em ter feito uma criança com alguém que pouco conhece, tão pouco sabia dele e ele dela, “Fran, o estoico, o forte, o duro, o relóginho preciso, o

mensurável. O mensurável. O imbecil. Existem pessoas, como eu e como Fran, que deveriam morrer assim que se demonstra que não sabem ser pais. Por seleção natural” (Navaro, 2022, p. 19).

Sutilmente, Mulher 1 vai descrevendo Fran, principalmente nos relatos de quando estava grávida e sobre a relação com Daniel e Nagore. Quando se queixa de seus incômodos e perguntam se a gravidez é de alto risco, Mulher 1 se rebela:

Toda gravidez é de alto risco, eu respondia para justificar a indisposição que todos minimizavam: risco de se matar porque já não dá mais para aguentar, risco de matar Fran por disfarçar as minhas queixas físicas com afagos cafonas de um futuro melhor, risco de tirar Daniel com as mãos, com uma faca ou um gancho e morrer de culpa e tristeza (p. 19).

Um risco que ficou beirando o acontecimento. Não precisou tirar Daniel com as mãos ou com o gancho, mas morreu de culpa e tristeza também pelo seu desaparecimento e precisou lidar com a idealização quebrada de uma mãe que não sofre pela ausência, mas sofre por não sofrer, por não ser a mãe derrotada.

Outras queixas que atravessam o feminino e podem ser observadas nos relatos da Mulher 1 referem-se aos estigmas que surgem dentro da idealização: “tão desleixada comigo mesma, tão sem rumo, tanto redemoinho para pouco vento, era possível que eu parecesse não ser capaz de ser matéria fértil, nem servisse para o trabalho materno” (Navarro, 2022, p. 72). Inúmeros podem ser os atravessamentos que a mulher vivencia. Cordeiro (2021) faz uma diferenciação sobre o gênero feminino e sobre a mulher materna:

ela volta a ter de se apoderar de noções primárias da biologia e da fisiologia de seu corpo. Logo, o gênero feminino continua a ser uma representação construída que quando associada à sua forma derivada, aqui no caso a maternidade, ele precisa ser desconstruído e reconstruído histórica, social e culturalmente. A experiência da maternidade não permite que a mulher, logo depois do nascimento de seu filho, volte a ter a mesma noção de gênero feminino como antes. A maternidade talvez seja uma das formas mais agressivas de transformação, uma vez que ela exige uma constante revisitação de conceitos (Cordeiro, 2021, p. 5).

Depois do nascimento do filho, o esforço em fazer surgir algum amor, ao mesmo tempo tendo de lidar com muitas questões corporais e emocionais, pode ser cruel e

devastador. Hilferding (1911/2024) salienta que o amor pode aparecer nas trocas entre mãe e bebê, mas o que vemos na Mulher 1 é que, a partir das trocas, acontece um afastamento desse amor, levando-a a lidar com o desgosto da vivência. Quando não há desejo em maternar e mesmo assim a mulher se depara com a maternidade, Cordeiro (2021, p. 5) aponta que “a questão da maternidade trava uma luta entre esse corpo marcado pelo sexo real, mulher logo mãe, e aquele em que a mulher não quer mais inscrever nele as tendências culturais de seu tempo”.

Mulher 1 também se lamenta em momentos que não enxerga prazer nenhum em sua maternidade, especialmente quando precisa lidar com Daniel no dever de fazê-lo sobreviver. Navarro (2022) traz um relato forte, que pode ser visto como reflexo da maioria das mulheres:

os primeiros dias com Daniel na minha vida, em vez de uma felicidade, eram um suplício represado. Cale a boca, eu lhe dizia num silêncio amordaçado entre os olhos, por medo de que alguém escutasse o desgosto que me causava ouvi-lo chorar por não saber sobreviver sozinho no mundo. Se na triste, pedregosa e embolorada gravidez que eu tinha vivido já me arrependia de ter útero e hormônios e instinto maternal, na maternidade em si, cada choro de Daniel feria meus ouvidos para comprová-lo (p. 73).

Meira (2024) queixa se é possível seguir amando a criança como ela é, mesmo de forma não linear e sem dobraduras, “apesar de o bebê chorar mais, ou ser mais lento, ou ser mais voraz, ou ser mais preguiçoso, ou ser mais brabo, ou ser mais ativo do que ela gostaria, ela segue amando-o tal como ele é?” (p. 35). No caso da Mulher 1, que nunca desejou ser mãe, com Daniel fica explícita a dificuldade em amá-lo. Apesar de muitas condições físicas e emocionais, a relação dos dois aparece afastada de um sentimento bom.

Além da demanda depois do nascimento e a cobrança em amar o filho, Mulher 1 também precisa levar em consideração o significado simbólico desse filho. Para Meira (2024, p. 36), “o que ele representa e o que está projetado nele para essa mãe que tem, antes da sua chegada, sua própria história”. O simbólico para Mulher 1 era simplesmente Daniel não ter nascido, como então criar um amor projetado nesse desejo? O que restou disso foram pensamentos que confirmam a ela que por não ter construído uma relação de amor, o melhor era o desaparecimento mesmo, da forma que apareceu como

premonição para ela: “Não levaram Daniel para fazer mal a ele, arrancaram Daniel de mim porque ele merecia uma vida melhor” (Navarro, 2022, p. 25).

Esse trecho acima citado, cuja ideia sendo verdade ou não, atravessava a fantasia de Mulher 1, “uma vida melhor”. A história se encarregou de Daniel ser Leonel, da mãe não ser mais a que odeia a maternidade, e sim ser Mulher 2 que tanto desejava poder cuidar de uma criança, mas que infelizmente escapou de suas mãos, confiando a quem achou que a vida melhor de Leonel e Daniel era realmente desaparecer de todos os desejos ali existentes.

Nesse sentido, entendemos como os ideais socialmente constituídos repercutem na vivência de maternidade das mulheres. O que não escapa disso são as idealizações que invadem o psiquismo feminino, tanto de uma vida sozinha, sem casamento, sem filhos, como almejar casa cheia e fantasiar com um amor correspondido; o que cada mulher imagina é o que vai definir seus movimentos diante da vida, e com o tempo encarar a realidade de suas escolhas. E, com sorte, poder minimamente sentir felicidade dentro de uma idealização. É como se a maternidade fosse o lugar, pela afirmação ou pela negação, no qual as mulheres se reconhecem e reafirmam uma identidade social.

4.3 A AMBIVALENCIA DO MATERNAR

“Há aquelas que nascem para não ser boas mães,
e a nós Deus devia ter esterilizado antes de nascer”
(Navarro, 2022, p. 20)

Badinter (2024) discute sobre o conflito nas mulheres na atualidade; momento em que mundo feminino se divide entre o querer (ou não) a vida profissional, a vida materna, ou mesmo a vida social de um corpo feminino que pode escolher não gerar uma criança. Notamos o quanto a idealização tão fantasiosa de uma maternidade boa, pura e necessária para a mulher ser feminina, pode atrapalhar as vivências da ambivalência, causando repressões e angústias.

Freud constrói sua teoria também baseado no conflito entre amor e ódio. Em seu texto “Pulsões e o destinos da Pulsão” (1915/ 2013), o psicanalista disserta sobre o amor ser ambivalente, afirmando que se uma relação de amor com um dado objeto for rompida, frequentemente o ódio surgirá em seu lugar, de modo que temos a impressão de uma

transformação do amor em ódio. Mas não é uma transformação; o amor e o ódio caminham juntos, são afetos presentes nas relações com os objetos. Laplanche (2016, p. 17) traduz essa ambivalência como “presença simultânea, na relação com um mesmo objeto, de tendências, de atitudes e de sentimentos opostos, fundamentalmente o amor e o ódio”.

Parker (1997) discute sobre as dificuldades de pensar, com uma maternidade sacralizada socialmente, na presença do amor e do ódio na experiência da maternidade. Além disso, em como esse sentimento de ambivalência materna está presente e é importante na construção da relação da mulher com o filho e com a maternidade. Os exemplos que vemos são oscilações de amor e ódio em todo o livro de Brenda Navarro. São duas personagens – falamos aqui sobre as diferenças entre elas, seus dizeres, as condições familiares e sociais, homens, Daniel, Leonel, etc. – e um sentimento que não deixa de permanecer para as duas é a ambivalência materna.

“Quantas mulheres que voltaram para casa para criar um filho não percebem que se enganaram? Quantas deixaram um trabalho monótono por uma tarefa que elas acreditavam arrebatadora, e que se revela deprimente?” Essas foram questões que Badinter (2024, p. 145) levantou ao pensar nas nuances que a maternidade pode trazer para a vida da mulher. A autora afirma que, diante das experiências,

assim que a criança apresenta um problema imprevisto, o ideal materno, até então contornado, ressurge. Culpada, forçosamente culpada. O espectro da mãe má se impõe a ela tanto mais cruelmente quanto inconscientemente ela interiorizou o ideal da boa mãe (p. 155).

É nesse dilema que vemos aqui retratos do *sentir* mais sincero das personagens, como “os primeiros dias com Daniel na minha vida, em vez de uma felicidade, eram um suplício represado” (Navarro, 2022, p. 73). Mulher 1, por exemplo, que nunca desejou a maternidade, traz muitos relatos de como foi conviver com uma criança “forçadamente”; um dos relatos marcantes foi: “a lactância é o reflexo das mães que querem afogar os filhos diante da impossibilidade de poder comê-los”(Navarro, 2022, p. 73).

Necessário dizer brevemente aqui sobre a amamentação e sua construção social acerca do quão necessário isso é para o bebê, enfatizando que a mulher deve exercer essa função, a qual, por vezes, pode ser devastadora. Badinter (2024) narra que em

meados de 1950, um grupo de mulheres americanas exaltaram a importância da amamentação sem ter medo e independente de suas dificuldades, defendendo um aleitamento prolongado, bom para a saúde e capaz de ajudar a solidificar a relação mãe-bebê. Para complementar, “Cereja do bolo, o aleitamento permite à mãe uma volta mais rápida ao peso anterior à gravidez” (p. 86).

A autora afirma que, a partir desse discurso no mundo ocidental, foram criadas apenas afirmações positivas acerca do aleitamento materno, tanto para a mãe como para o bebê, e “simplesmente esqueceram de levar em conta as características sociais, econômicas e culturais da mãe, bem como sua situação familiar” (Badinter, 2024, p. 87), pregando a afirmação que mais pode trazer devastações: “A boa mãe é a aquela que amamenta”. Essa ideologia maternalista faz com que sociedade legitime a ideia de que ambivalência materna não existe, e, ao fazer outras escolhas, como o não aleitamento materno, as mulheres devem ser vistas como mães más – aquelas que não exercem a verdadeira maternidade.

Os relatos da Mulher 1 nos fazem refletir sobre o movimento contrário, em que seu discurso põe em xeque essas afirmações, apresentando a ambivalência na relação com a maternidade. “Oferecemos o peito a eles não só por instinto, mas também pelo desejo obliterado de acabar com a descendência antes que seja tarde demais. De todo modo, um erro crasso” (Navarro, 2022, p. 73)

Ainda nos tempos atuais, sabemos que a prevalência masculina em vários setores sociais existe, e que isso reforça muitas posições femininas. O maternalismo, como reforça Badinter (2024), corrobora para uma regressão da condição das mulheres, “regressão consentida em nome do amor que se tem pelo filho, do sonho da criança perfeita e de uma escolha moralmente superior” (p. 117). O que podemos dizer do que se faz diferente, hoje, é o porquê a condição das mulheres, “do lar e materna” persiste.

Badinter (2024) reflete que atualmente, quem comanda toda função social e política dentro de uma família é o bebê. Toda essa ideia sendo vendida pelos cuidados da criança – tida como a prioridade –, faz com que a mãe esteja ainda mais presente, dificultando então que sinta e possa falar sobre a ambivalência, considerando também as responsabilidades e cobranças que esse sentimento pode trazer.

Nesse movimento de prevalecer o bem do bebê e, com isso, garantir a imagem de boa mãe, Emidio e Okamoto (2023) afirmam que muitas mulheres optam por uma “maternidade especializada”, na qual a relação com o bebê é marcada por regras e rituais já construídos socialmente a fim de permanecerem em um padrão. Os autores também reforçam que tal fato pode gerar muitos sofrimentos nessas mulheres, como frustração e insatisfação.

Não é prazeroso, conscientemente, caminhar lado a lado com a ambivalência; mas como em todas as vivências ela aparece, na maternidade não seria diferente. Amor e ódio andam lado a lado, como alegria e arrependimento, tal como Mulher 1, em sua experiência, relata:

Descobri logo que Daniel não queria habitar meu corpo. Tudo com Daniel era uma contradição: não querer ter filhos, mas procurar engravidar. Não querer estar grávida, mas procurar nas atitudes de Fran sua aprovação. (Tudo vai ficar bem mesmo? Você quer mesmo este bebê?) Não querer estar grávida, mas me assustar com a primeira mancha de sangue que apareceu na minha calcinha. Fran, vou perder o bebê. (Oh, premonição) (Navarro, 2022, p. 69).

A contradição do feminino e do materno existiu de tal forma que fez Mulher 1 permanecer em toda história nesse conflito. De acordo com Badinter (2024, p. 139), em cada cultura existe um ideal da maternidade, e todas as mulheres o carregam, podendo negociá-lo ou negá-lo, aceitá-lo ou contorná-lo. Foi por esse caminho que a personagem seguiu, ou seja, contornando a presença de Daniel a ponto de também sentir ambivalência com o desaparecimento dele.

Sabemos que, para Freud, um dos caminhos de satisfação feminina é a maternidade; mas ao mesmo tempo existe uma crítica da psicanálise desvinculando essa ideia a partir do fato de que toda a responsabilidade para com os filhos acaba sendo da mulher, da mãe. Ao empreender uma análise histórica, compreendemos que em todo recorte, a sociedade criou um modelo ao qual as mulheres se associaram cada vez mais a figuras domésticas, esposas e mães. Mesmo depois do contexto pós-guerra, que demandou das mulheres seu ingresso no mercado de trabalho, somado às revoluções feministas, o local da mulher ainda está fortemente vinculado ao interior e à fantasia de precisar ser mãe, alegando, com isso, o instinto materno. Nesse sentido, em todos os

modelos discutidos até aqui, o que nunca deixou de aparecer também foi a culpa atrelada a essa função, como igualmente na obra de Navarro. Seria esse sentimento de culpa atrelado à maternidade uma forma de negar a ambivalência vivida nessa experiência? A culpabilização das mães sustentaria então um ideal de mãe e o desvincularia da ambivalência?

A culpa se apresenta na maternidade em diferentes perspectivas: a culpa em não querer ser mãe, a culpa em querer e não fazer o melhor, a culpa em estar feia quando grávida, a culpa em não conseguir atender ao choro do bebê inundada por um cansaço físico e mental, a culpa em não escolher “boas” opções amorosas que dificultam a possibilidade de ser mãe, a culpa do gênero. A discussão proposta por Freud em seu texto “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos” (1928/2018), aponta para a mulher como faltosa, com inveja do pênis que lhe gera um sentimento de inferioridade. Os fragmentos trazidos aqui podem ilustrar reflexos dessas construções, de modo que a culpa prevalece como um sentimento visceral tanto para Mulher 1 como para Mulher 2, causando arrependimentos em ambas. Freud (1930/ 2010) também nos revela que o que os homens pedem da vida acerca da sua finalidade é a felicidade, “querem se tornar e permanecer felizes. Essa busca tem dois lados, uma meta positiva e uma negativa; quer a ausência de dor e desprazer e, por outro lado, a vivência de fortes prazeres” (p. 29).

Assim, entre idealizações e vivências, a realidade provoca aflições que Brenda Navarro soube perfeitamente traduzir, como quando Mulher 1 relembra uma cena em que Nagore acariciava Daniel e sussurrava uma canção para fazê-lo dormir,

se alguém tivesse tirado uma foto nossa nesse momento, as pessoas poderiam pensar que eu era uma boa mãe. Acho que Nagore pensou que eu seria uma boa mãe. E então por que deixei o meu filho sozinho em um parque e preferi ver meu celular? Que tipo de piada materna eu sou? (Navarro, 2022, p. 31).

Não muito distante, Mulher 2 proclama sua aflição bem de perto com o arrependimento:

Antes Leonel não tivesse chegado nas nossas vidas. Antes tivesse começado a chorar bem alto quando devia ter chorado, e não depois, já

no caminho. Eu era a mulher da sombrinha vermelha que entrou no táxi quando começou o alvoroço no parque. Claro que abracei ele enquanto chorava, mas é que ele chorava muito; semanas depois nos disseram que ele tinha autismo e que talvez por isso não gostava de quase nada. Foi nesse momento que me arrependi de querer ser mãe (Navarro, 2022, p. 35).

A culpa afeta inconscientemente e conscientemente as mulheres. Parker (1997) expõe que a representação de Freud da maternidade é vista com ênfase na contradição de ser mãe, como o poder e a impotência, o sentimento de vazio e de plenitude. A impotência em não conseguir seguir os moldes de boa mãe acarreta em um sentimento de culpa e tampona a vivência da ambivalência, imputando às mulheres o sofrimento de vivenciarem diferentes sentimentos, como o amor e o ódio, com relação ao filho e à maternidade.

Navarro (2022) demonstra isso quando Mulher 1 se queixa para Fran sobre a possibilidade de estar grávida, e percebe que ele não recebe bem essa possível notícia: “A expressão dele me deu azia, engoli seco. Pode ser que não seja nada, eu disse, me desculpando” (p. 65); e também em outro relato:

Eu tinha um feto no ventre, estava tão certa disso que não queria mais continuar ali. Pensei em abortar, pensei mesmo, por isso é que, se alguém tinha culpa do que aconteceu depois, era eu, porque decidi ignorar esse pensamento que poderia ter salvo nós. Eu o ignorei, ignorei. Nossa história podia ter sido outra (p. 66).

Sobre o aborto, Mulher 2 atravessa essa ideia de forma mais concreta, assustada, triste, já que seu desejo era engravidar. Estava em uma farmácia quando começou a sangrar, e então foi hospitalizada encarando frases de outras mulheres sobre o “erro” que ela cometeu, alegando que quem causou foi ela mesma, a “assassina”. Na seguinte passagem escrita por Navarro (2022, p. 83): “e eu chorava por tudo, porque não era possível que eu não tivesse percebido, mas também porque sentia que a gente podia, sim, ter salvo ele (...)”, a culpa chega de uma forma que a acompanha e transfere para Rafael, que por ser homem, sem útero, não precisa passar por isso, “(...) e eu pensava em Rafael, que bem tranquilo em casa não tinha que ouvir essa estupidez toda”.

No que diz respeito aos sentimentos, Navarro os descreve entrelaçando ao título da obra: *Casas Vazias*. As duas personagens carregam o que há de mais vazio dentro

delas, o que não pode ser vivido e o que não pode ser feito; também carregam histórias em que não são acolhidas da forma que desejam, histórias vazias, histórias marcadas por uma impossibilidade de desejar para além da maternidade. Mulher 1 simboliza em palavras:

Ainda hoje evito os espelhos, não gosto de olhar quem sou, embora naquele tempo eu soubesse que não era eu que habitava este corpo e, sim, que eu era um recipiente, uma espécie de pátio vazio ao qual chegavam os ruídos da cidade vindos de longe. A casa vazia nunca habitada e sombria, ainda que com estrutura fixa. O elefante branco do mercado. Talvez por isso Daniel tenha nascido autista, para não interagir comigo (Navarro, 2022, p. 108).

A fala acima explicita o lugar da culpa; uma culpa que se vincula também ao castigo da maternidade: se não pude ser boa mãe, se não pude desejá-lo. A dificuldade de comunicação de Daniel é vista pela Mulher 1 como um castigo, algo que ela deveria receber pelo não desejo à maternidade. Quando pensamos no desaparecimento de Daniel, a ambivalência se apresenta claramente para Mulher 1, que precisa lidar com o desejo de que o filho permanecesse desaparecido, além da culpa em não ser a boa mãe que distribui cartazes com a foto do menino pela cidade, demonstrando preocupação. Navarro (2022) traduz essa ambivalência em várias passagens, entra elas: “Uma vez escutei que uma mulher enfatizava a condição autista de Daniel. Coitadinho, tomara que esteja morto, disse. E eu apertei os lábios e as mãos, porque suas palavras eram o eco de algo que eu não podia dizer” (p. 110).

Ferrari (2022) diz que um bebê difícil, inconsolável, pode deixar o ambiente bastante desorganizado e, conseqüentemente, levar a mãe a ter alguma atitude vacilante e falha, sentindo-se deprimida com os cuidados com o bebê. O reflexo de não se ver na função materna, e ainda somado ao autismo da criança, para as duas personagens, leva a um peso maior. Quando perguntam para a Mulher 1 sobre características de Daniel com intuito de ajudar nas buscas: “Alguma particularidade? (A particularidade de Daniel era eu, uma mãe que não devia ter sido mãe). Ele é autista, eu disse. Eu trouxe ao mundo um menino incapaz de se comunicar. Sim, sua particularidade era eu” (Navarro, 2022, p. 111).

Em outro momento, Mulher 1 pensa ir em uma consulta com psicólogo:

Se eu tivesse subido ao terceiro andar, o que teria acontecido? Minha dor teria se tornado real, eu teria que enfrentar o fato de nomear o que não existe. Não existe palavra que defina uma mãe sem filho que ela já pariu, porque não sou amátrida, já que Daniel continua vivo e eu sou a mãe, sou algo pior, algo inominável, algo que não foi conceitualizado, algo que só o silêncio torna insuportável (Navarro, 2022, p. 113).

O desaparecimento de Daniel, apesar do alívio e do desejo de que ele não voltasse, tão presente na fala da Mulher 1, aparece também como culpa e sentimento de impotência, corroborando a ideia de que mesmo tendo um filho desaparecido, ela continua mãe, continua aprisionada ao imperativo da maternidade que a acompanha desde a gestação de Daniel e da chegada de Nagore.

Tal fato se explicita também quando conta a história de que em uma visita à casa dos pais de Fran, Mulher 1 sente um pavor em voltar para a realidade, agora com Daniel nos braços e com Nagore. A mãe de Fran, depois de perder a filha violentamente, sente também por perder a neta: “tiraram de mim a minha filha e a minha neta, deram dois a você, cuide bem deles”; enquanto Mulher 1 pensava:

E eu sorri, porque não tive força para dizer que a mim ninguém tinha dado nada, que eu não queria me sentir culpada, que não queria carregar o presente mais escabroso que alguém tinha me dado. Como ser mãe pode não ser assustador? (Navarro, 2022, p. 114)

Esse trecho citado nos leva a pensar naquilo que Ferrari (2022) coloca sobre como cada situação nova nos posiciona diante do inédito, “seja a passagem para as novas fases da vida, seja um acontecimento que nos mobiliza emocionalmente, dramático, trágico ou mesmo virtuoso; diantes esses eventos, como é o caso da entrada na parentalidade” (p. 121). A entrada na parentalidade é um exercício de investimento afetivo. Segundo Ferrari (2022), mesmo com alguns processos físicos e afetivos que são comuns às mães biológicas, isso “não garante um estado de idílio com a maternidade. Há fatores culturais, aspectos pessoais de cada mulher, contingências do momento em que filhos chegam” (p. 39), e esses elementos interferem na relação, trazendo impasses e turbulências.

Essas turbulências se apresentam tanto no encontro com a maternidade real, com a necessidade de construção de um vínculo materno-filial com Daniel, como quando Fran e Mulher 1 foram ao médico para falar sobre o autismo de Daniel, e escutaram que o autismo não era um impedimento, apenas custaria mais trabalho e mais dinheiro:

E dinheiro, disse Fran. E dinheiro, repetiu médico. Fiquei com vergonha. Embora soubesse que não era nada ruim, a não ser um pouco mais de trabalho, tive a certeza de que não tinha conseguido gerar uma criança sã, normal, que pudesse ocupar Fran com esportes (...) Me sentia envergonhada pelos dois, porque, não era preciso intuir, Fran pôs uma barreira entre ele e Daniel. E eu, com um calafrio percorrendo a espinha, confirmei que não me interessava ter nenhum filho, embora eu tivesse dois (Navarro, 2022, p. 120).

A ideia do trabalho e do dinheiro nos leva a pensar na ideia de custo, de investimento. O médico, ao se referir dessa forma ao cuidado com Daniel, aponta para o campo do investimento; e junto à fala de Fran – pai de Daniel –, aparece a ideia do investimento financeiro. Nesse campo, os lugares familiares socialmente construídos se apresentam: o pai provedor aponta para o dinheiro que será necessário para cuidar do filho e a barreira construída entre eles parece natural, não sendo possível pensar no investimento afetivo e na construção do vínculo parento-filial com Daniel, algo que se apresentava muito difícil para o casal parental. Toda a questão afetiva fica vinculada à mãe, e a Mulher 1 narra seu sentimento de fracasso, de impotência com relação à maternidade, dizendo sentir-se envergonhada e culpabilizada por não ter tido uma criança “normal”, mas ao mesmo tempo ainda consegue olhar para o seu desejo e apontar que não quis ter nenhum filho e teve dois.

O sentimento de dever amar e investir no filho se confronta com o não desejo de tê-lo, de ser mãe de Daniel, o que configura toda a narrativa ambivalente da Mulher 1 e que explicita as dificuldades e o sofrimento de muitas mulheres diante da maternidade e das divisões das funções parentais centradas ainda em uma lógica patriarcal. A questão do diagnóstico também aponta para a culpabilização das mães, uma vez que muitas teorias científicas associaram as condições de saúde – especialmente a saúde mental das crianças – ao cuidado materno. É possível às mulheres vivenciarem a ambivalência materna?

Pensando em outro contexto, no caso da Mulher 2, a idealização é vivida de forma intensa, diferente da Mulher 1, mas mesmo assim podemos notar atitudes nas quais o amor e o ódio aparecem, sobretudo diante dos conflitos vividos com Leonel. A princípio, mesmo em um relacionamento abusivo, Mulher 2 tinha dificuldades de olhar para o lado negativo e procurar outro caminho, e seu desejo de construir uma família sempre prevalecia. Para permanecer nessa relação, vivia sentimentos ambíguos também com Rafael, “eu também queria sair, estava decidida, queria pegar minhas coisas e não ver mais ele. Sabe-se lá o que eu tinha na cabeça, acabei ficando” (Navarro, 2022, p. 51).

Como sabemos, para viver a sua idealização, Leonel chega na vida do casal e coloca Mulher 2 em uma realidade inesperada, com a qual não estava esperando lidar. Quando vivencia a dificuldade em lidar com a comunicação de Leonel, por exemplo:

E eu me senti bem filha da puta e me caiu a ficha de que ele chamava alguém e que alguma coisa lá no fundo dele me dizia que eu era uma desgraçada, uma demônia ou algo assim, e que estava pedindo aos berros que essa maldita Ore aparecesse. Senti muito ciúme e muita tristeza e entrei no chuveiro pra dar banho nele como ele merecia e acariciei seu cabelinho cacheado e maciozinho e abracei ele e não disse mais nada, mas no fundo queria pedir perdão por fazer todas as merdas que eu fazia (Navarro, 2022, p. 48).

Ao mesmo tempo que a tristeza, habita também um sentimento de cuidado e afeto ao tentar viver a tão sonhada maternidade. Logo que percebe que sua raiva aparece, faz um contorno para voltar a amar Leonel e continuar insistindo em sua família, expondo: “acho que voltei a me apaixonar por ele nesse momento, por que a verdade é que nem todos os melhores genes de Rafael nem os meus teriam dado em uma filha tão bonita como era Leonel” (Navarro, 2022, p. 49). Na tentativa de amenizar os sentimentos ambivalentes que se apresentam na relação com Leonel, a Mulher 2 busca no ideal de maternidade uma forma de sustentar e manter sua escolha pela maternidade.

Em outro momento, quando Mulher 2 chega com Leonel em casa, se depara também com Rafael irritado com essa ideia, e reflete que teria que dar um tempo para ele, pois “não se cria uma família da noite pro dia”. Além disso, ele atribui ao autismo a causa do desentendimento entre eles: “o autismo estragou tudo, ou então é isso, é que eu não sei escolher os homens da minha vida” (Navarro, 2022, p. 37). Na verdade, Mulher

2 se queixa do autismo do filho, mas a grande questão é o filho que chega e aponta para sua solidão já existente: “mas as coisas não melhoraram, eu me sentia mais sozinha do que quando não estava com Leonel” (p. 40).

Ofensas e decepções são situações, como diz Ferrari (2022), que fazem surgir essa oposição entre amor e ódio. Observamos que isso piora quando o comportamento de Leonel os surpreende, deixando-os desesperados,

a gente não sabia o que estava acontecendo com ele, porque ele se jogava no chão, batia na própria cabeça e, quando queríamos segurar ele, ele dava socos e pontapés. Um sim, me doeu, e, sem pensar, puxei o cabelo dele, mas foi pior, porque ele começou a gritar mais, como se estivesse matando ele (p. 40).

Levando em consideração esses sentimentos contraditórios, Hilferding (1911/2024) relata que a falta do amor materno pode manifestar atos hostis contra a criança. A autora chama de “infanticídio”, atos como a recusa em amamentar ou ficar com a criança, evidenciando ocorrências de maus-tratos físicos e psicológicos, somados a castigos físicos e morais. Também notamos em outra passagem da autora, na qual mostra mais um confronto de Mulher 2 com Leonel, quando em diálogo ela diz para ele beber água, xingando- de “desgraçado”:

Eu gritava com ele à menor provocação, dava uns tapas nele de vez em quando, palmadas quase todas as vezes que cagava nas calças, e Leonel chorava e chorava e então eu sentia um nó no estômago e tomara que Deus estivesse vendo cada dia da minha vida e caísse numa maldita risada, porque de outra forma eu não entendia nada do que estava acontecendo. Nada estava indo bem (Navarro, 2022, p. 53).

Como afirma Parker (1997), é conflituoso para a mãe olhar para a existência desses sentimentos hostis voltados à criança, podendo, assim, existir o questionamento próprio se realmente é uma boa mãe. Por mais difícil que fosse conviver com as atitudes desagradáveis de Leonel, Mulher 2 tentava ver algo bonito em tudo, buscando construir uma boa relação entre mãe e filho:

já começava a pensar que não tinha importância que ele não me chamasse de mamãe e, sempre que podia, ia me sentar ao lado dele

quando ele estava dormindo. Ele era lindo dormindo. Aos poucos passei a me resignar a esse tipo de beleza e também ao fato de que não ia ser mãe de ninguém, que ia ser apenas a cuidadora de todos os homens da minha vida (Navarro, 2022, p. 53).

Alguns relatos, como o descrito abaixo,

claro que eu gostava que tudo estivesse limpo, e, quando Leonel chegou, o problema é que tudo ficava sujo, fosse porque ele manchava as paredes, fosse porque mijava e cagava toda hora. Era de enlouquecer ter que ficar esfregando tudo todos os dias, todas as horas (Navarro, 2022, p. 53).

Alocam Mulher 2 em uma realidade na qual podemos enxergar a vivência de uma maternidade solitária, as dificuldades vividas na maternidade e os sentimentos hostis para com aquela experiência. Mas o que podemos observar na Mulher 2 é que quando esses sentimentos se apresentam, ela recorre à negação, negando qualquer dificuldade vivida. Era como se a Mulher 2 precisasse aguentar tudo para viver o seu grande sonho. Essa ideia pode estar ligada às suas experiências anteriores com sua família de origem e, principalmente, sua mãe; assim como pode se ligar à culpa por ter sequestrado/roubado o menino. Todavia, o que gostaríamos de destacar aqui é a reflexão de que Mulher 2, ao acessar as dificuldades da maternidade real e a ambivalência materna, busca na negação e na idealização da maternidade uma forma de lidar e sustentar essa experiência. É como se a maternidade fosse algo tão desejado, tão importante, que não pudesse ser questionada.

Sobre isso, Ferrari (2022) elucida que,

a ambivalência, em si mesma, não é significativamente o problema; a questão principal é o modo como uma mãe administra a culpa e a angústia provocadas pela ambivalência, em especial quando não há suporte do ambiente, tanto aquele mais próximo quanto o cultural, para admitir lidar com a ambivalência (p. 173).

Podemos notar essa administração em Mulher 2, que se esforça constantemente para manter a fantasia de uma família e diminuir o sentimento de solidão. Sobre o sentimento de culpa, Freud (1930/ 2010) afirma ser uma expressão tanto do conflito devido à ambivalência, quanto da eterna luta entre Eros e o instinto de destruição ou

morte. Caminhar buscando satisfação, e ao encontro desta ter de lidar com o sentimento de culpa e ódio. Como traz Ferrari (2022, p. 167), “a maternidade é inevitavelmente conflitiva, mas esses conflitos são potencialmente criativos”, e cabe a afirmativa de que cada mulher, através de sua história de vida e de sua subjetividade, usa a criatividade para resolver esse conflito materno.

Aqui temos duas personagens que, entre a idealização e os sentimentos ambivalentes, viveram a maternidade com os recursos que eram possíveis. A realidade, marcada por culpa, atravessou Mulher 2 quando repensa sua atitude:

Leonel colocando os balões na boca, todo entretido, como se fosse feliz, eu enxugando as lágrimas, que escorriam sozinhas. Assim eu começava o ano, desejando que, naquela tarde, eu não tivesse tido o impulso de abrir a sombrinha vermelha e passear pelo parque como quem não quer nada e levar o menino mais bonito que já vi na vida (Navarro, 2022, p. 55).

Podemos observar, durante as discussões desta categoria, que a complexidade que se vivencia a maternidade demanda muito desgaste psíquico; e, se houver renúncia da idealização materna, a ambivalência pode ser vivida e reconhecida, podendo criar caminhos mais satisfatórios, tanto na escolha da maternidade como em suportar não desejá-la.

4.4 A SUTILEZA DE NAGORE

Ao discorrer sobre as formas de maternar, *Casas Vazias* tem o domínio em revelar identidades que refletem a nossa sociedade. Falamos muito até aqui sobre Daniel e Leonel, e continuaremos falando, pois se trata também dos filhos das mães principais da obra. Todavia, não poderíamos deixar de evidenciar uma personagem que tanto simboliza esta pesquisa. A partir da relação com Mulher 1, aprendemos que a maternidade não precisa ser apenas biológica, e que uma relação pode tanto sufocar como aliviar uma vida, dependendo de seus agravos maternos.

Duas mulheres que de certa forma se identificavam com o luto, com a dor do desaparecimento e com a dor daquilo que é novo. Mulher 1, com Daniel, se vendo incapaz de cuidar de uma criança (e agora de duas crianças) – a maternidade de Mulher

1 se impõe de novo, através de uma criança que não é sua biologicamente, mas que exige dela uma função materna, ao passo que Nagore tenta enxergar uma família, uma mãe que não é sua, mas que obrigatoriamente foi colocada para ela.

Percebemos que essa maternidade negada acarreta em uma relação de amor e ódio sutil entre as duas, e nenhuma frustração pode ser maior que negar essa maternidade e ainda ter que vivê-la. Cordeiro (2021, p. 5) aponta que “a questão da maternidade trava uma luta entre esse corpo marcado pelo sexo real, mulher logo mãe, e aquele em que a mulher não quer mais inscrever nele as tendências culturais de seu tempo”.

Negar a maternidade é uma escolha legítima e historicamente reprimida. “Mulher logo mãe”, para Mulher 1 foi uma função construída forçadamente. Badinter (1985) expressa sobre isso quando diz:

como podiam as mulheres escapar ao que se convencionara chamar de sua "natureza"? Ou tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam distanciar-se dele, e tinham de pagar caro por isso. Acusada de egoísmo, de maldade, e até de desequilíbrio, àquela que desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua "anormalidade". Ora, a anormalidade, como toda diferença, é difícil de se viver. As mulheres submeteram-se portanto silenciosamente, algumas tranquilas, outras frustradas e infelizes (p. 238).

A história se baseia quando Nagore chega para a família após a morte de sua mãe, ou melhor dizendo, o assassinato de sua mãe Amara. Curiosamente, Amara é a única mãe da história que Brenda Navarro nomeou, traduzindo como se fosse a única que poderia ter tido um caminho diferente, e além de todo sofrimento, “apenas” morreu e não precisou lidar com a desgraça da ambivalência materna. A nomeação apareceu como um ato simbólico em representar essa maternidade para o real, diferenciando a não nomeação das outras mães da história (Mulher 1 e Mulher 2).

Para melhor compreensão, a história fica mais trágica por Nagore presenciar seu pai agredir Amara, e assim contada por ela, “em uma espécie de memória fotográfica”, como escreve Navarro (2022, p. 71). No relato, Nagore conta para os policiais que Xavi arremessou Amara na parede, fazendo-a gritar enquanto Nagore, na dúvida em chamar

a polícia, ficava quieta escondida com medo do pai também bater nela. Quando percebeu que Amara não fazia mais barulho, decidiu procurar a mãe, não a viu e perguntou para Xavi: “Cadê a mamãe?”. O pai abaixou a cabeça por um instante e a abraçou quando percebeu que Nagore já sabia de tudo que havia acontecido. Foi Xavi mesmo quem ligou para a polícia, e “Nagore entendeu que tudo tinha mudado para sempre e correu, procurando o corpo da mãe, que estava jogado no chão de bruços, como se estivesse apenas dormindo”. Beijou Amara diversas vezes, sabendo que não a veria nunca mais, mesmo não conseguindo dizer em voz alta.

Com esse relato, Mulher 1 manifesta: “Acho que foi a primeira vez que olhei Nagore com respeito - aquilo era muito pesado para sua idade. Nunca tive sua força, nem mesmo nos momentos fáceis” (Navarro, 2022, p. 71). A violência aqui representada é mais uma faceta do feminino, que resulta em outra mulher assumindo o cuidado da criança – um fenômeno que, historicamente, se repete constantemente.

Chodorow (1990, p. 52) diz que “a maternação das mulheres efetiva e perpetua a relativa falta de poder das mulheres”. Disto, percebemos que escolher nem sempre (ou melhor, quase nunca) é uma opção, e mesmo quando não se escolhe maternar, a mulher tem grandes chances de viver uma responsabilidade em cuidar, como no caso da Mulher 1. Emidio e Okamoto (2023) também relatam sobre a maternidade estar integrada a um projeto político, “que mantém os homens no lugar de dominação hierárquica, controlando a subordinação feminina” (p. 45).

A queixa que atravessa Mulher 1 desde que descobre sobre sua gravidez é de nunca ser suficientemente boa; quando está grávida, relata questões com o corpo e a insegurança com o futuro; quando Daniel nasce, notamos sua angústia em não saber se comunicar com ele e com toda a demanda materna; e, por fim, o desaparecimento da criança que acaba lhe causando alívio e culpa em não ser boa nem quando o filho some.

Como vimos nas categorias anteriores, Mulher 1 enfrenta sentimentos ambivalentes acerca da maternidade, e com a chegada de Nagore, são intensificados de forma confusa. Como então pensar em um vínculo construído forçadamente? Uma relação em que as duas personagens se identificam com as dores do luto, da solidão em terem histórias únicas e que a partir disso convivem dentro da impossibilidade em fazer

diferente. Na relação com Nagore, a negação da maternidade vivida pela Mulher 1 ganha contornos ainda mais sutis e complexos.

Podemos ver que a negação em ser mãe não necessariamente se manifesta como uma recusa explícita de ter filhos, mas como incapacidade, não desejo ou sofrimento em desempenhar o papel materno. Freud (1920/2006) destaca que os acontecimentos cotidianos e externos que apresentam potencial traumático podem impactar o aparelho psíquico e dificultar a representação desse evento, precipitando o trauma. A chegada de Nagore no mesmo momento que Daniel nasce dificulta tal representação de Mulher 1 com seu desejo em estar vivendo essas duas maternidades obrigatórias.

Para Parker (1997), a negação da maternidade não é total ou radical, mas parcial – e pode ser de ordem psíquica, além da resistência ao papel materno socialmente construído, em que surge como um mecanismo de defesa diante as ansiedades geradas pelas exigências da maternidade e pela perda parcial da identidade da mulher como indivíduo.

Dessa forma, Nagore também adentra esse espaço da Mulher 1, que sente culpa em não ser boa, em não conseguir ser mãe nos moldes desejáveis, tanto por Nagore, como pelo social que permeia a maternidade. Parker (1997) afirma que o conflito de sentimentos pode ajudar a mãe a se questionar sobre ser boa, e também expressa que a ansiedade provocada pela maternidade pode potencializar os conflitos provocados pela ambivalência.

Notamos também como isso transcende seus sentimentos para Amara, mãe de Nagore, que aos olhos da Mulher 1, sua morte lhe causava inveja:

não só porque ela não tinha mais que se responsabilizar por si mesma, mas também porque sua morte de um dia para o outro, a tinha tornado santa: tudo o que ela fizera era perfeito, tão boa, tão carinhosa, tão a melhor mãe; e eu, sufocada, sem poder andar ereta e firme, sem conseguir enxergar minha virilha, sem deixar de ser lenta em cada passo, eu já era um fracasso como mãe (Navarro, 2022, p. 72).

E continua se questionando:

E o que eram aqueles arrependimentos e aquela inveja que Amara me causava? Ela não tinha que se responsabilizar pela tristeza que deixou

quando não quis sair daquele quarto de casal antes que fosse tarde demais, nem por Nagore, nem por Daniel (...) Ela será recordada como vítima; eu, como algoz (Navarro, 2022, p. 72).

Pensar a Mulher 1 com inveja de Amara é mergulhar no complexo entrelaçamento de sentimentos contraditórios que atravessam a experiência materna, especialmente a ambivalência. A inveja, no caso de Mulher 1, não é apenas dirigida a Amara como indivíduo, mas ao simbólico que essa morte representa, de se apagar (como fez Amara) de uma responsabilidade tão árdua e custosa para a Mulher 1.

No velório, uma tensão toma conta quando a mãe de Xavi encara a mãe de Amara, que não saía do lado do corpo da filha, e gritavam uma para a outra a dor e a culpa em ter um filho assassino. Navarro (2022, p. 74) escreve:

uma mãe tem culpa pelo assassino, a outra, pela filha morta, e o único grito que conseguiu acalmar a culpa para depois alimentá-la de novo foi o de Nagore”, até mesmo no velório Nagore mostra sua força ao gritar ‘Quero a minha mãe!’.

Enquanto as duas avós sentiam culpa por toda a tristeza daquela sala, Mulher 1, relata que sofriam “pelo manequim que era Amara e que, de certa forma, nos representava, nós, todas mortas em algum momento da nossa vida, choraram sufocando-se por dentro”; e continua em uma das frases mais autêntica e fiel às histórias das mulheres desse romance:

Todos, todos, sem exceção, tagarelar e ouviam a si mesmos, enquanto nós, mulheres, nos olhávamos confusas e impávidas, porque isso era o que tínhamos que fazer: sermos as casas vazias para abrigar a vida ou a morte, mas, no fim das contas, vazias (Navarro, 2022, p. 75).

Essa passagem reflete o que vemos referente às mulheres e seus lugares na sociedade. Resende (2017) aponta que o mito do amor materno foi inscrito na memória familiar dos indivíduos e transmitido entre as gerações como uma crença irrefutável. O mito do amor materno atuou – e atua ainda – como um elemento organizador das sociedades, de forma a possibilitar, através da crença no amor materno inato, o estabelecimento de regras de comportamento que tanto interessa a política neoliberal,

permanecendo o sentido de as mulheres serem *casas vazias* para abrigar a vida e a morte.

Além disso, ao pensarmos na reflexão de Mulher 1 ao dizer sobre “sermos as casas vazias para abrigar a vida ou morte”, podemos relacionar à teoria de Chodorow (1990), quando diz que a sociedade sempre capitaliza a mulher aos cuidados, forçando-a a estar pronta para receber uma criança e/ou cuidar de uma família. Essa reflexão também nos ajuda a refletir que a maternidade como ideal normativo exige um esvaziamento do ser feminino, de outras possibilidades que a mulher poderia ter, mas acaba por adentrar um vazio para poder habitar outro psíquico.

Na convivência, Nagore desafiava Mulher 1 em muitos momentos, tanto com sua força como pela sua inocência em viver após a tragédia com sua mãe. Quando em um momento Fran leva Daniel para Mulher 1 amamentar, e diz “você tem que se cuidar, o bebê precisa de você”. Nagore, ao seu lado, procurava também por um cuidado, ao que Mulher 1 dizia: “Você tem que aprender a se cuidar, eu disse. Sim, não vou ser como a minha mãe, vou viver. Seus lábios finos se encheram de verdade. Nesse momento, Nagore e Daniel eram a promessa de que se pode sobreviver aos agravos maternos” (Navarro, 2022, p. 76). Diferente de Mulher 1, Nagore representa uma possibilidade de superação da herança materna traumática. Apesar de ter vivido a violência e o luto, ela não se entrega facilmente ao papel de vítima, como a própria Mulher 1 a admira.

O que pode ser revelado como agravos maternos, segundo Badinter (2024), são as possíveis conturbações psicológicas, como a negação da feminilidade, bases narcísicas precárias, movimento depressivo ou baixa autoestima. Podemos notar isso na história de Mulher 1, sobretudo quando tenta se aproximar da maternidade “ideal”. Em uma ocasião, Nagore cansada de viver na casa de Fran e Mulher 1, cansada da tristeza que circulava pela casa com cheiro de culpa pelo desaparecimento de Daniel e querendo voltar para casa de seus avós, acusa Mulher 1: “Você matou Daniel e nem sequer deixou a gente se despedir dele; você é pior, você nos deixou sem ele, sem que pudéssemos nos despedir, você arrancou ele de nós, você é pior” (Navarro, 2022, p. 115). E então brigavam, se acusavam, Nagore sempre querendo ir embora, Mulher 1 resistindo e justificando que não decidiria nada sem Fran: “você vai me matar, como seu pai fez com

a sua mãe, Nagore?” e Nagore bofetava o rosto dela, causando raiva e uma crise de choro:

(...) Mas Nagore me abraçou e pôs minha cara em seu peito, e eu a abracei bem forte e continuei chorando e ela começou a acariciar os meus cabelos e a beijar a minha cabeça e eu, baixinho, dizia: Me bata, me bata, me bata... Mas Nagore apenas me abraçava e fazia: Shhhshhh, como quando ela ninava Daniel e o balançava e o acalmava e o fazia dormir, e eu continuei a abraçando e quis dormir, porque não queria saber se ela tinha crescido e estava indo embora (Navarro, 2022, p. 116).

Esse e outros movimentos semelhantes que faziam a relação das duas se entrelaçar com um olhar de construção de um amor, que por vezes era negado, como observamos, e que também nasce do desaparecimento (de Amara), estabelecendo uma obrigação de afeto diante todo o caos.

Ao pensar nesse afeto, Freud (1930/2010, p. 74) vai compondo sobre o amor e sua relação, afirmando que: “Quando amo a outrem, este deve merecê-lo de algum modo (...) Ele o merece, se em importantes aspectos semelha tanto a mim que posso amar a mim mesmo nele; ele o merece, se é tão mais perfeito do que eu que posso amar nele o meu ideal de mim”. No encontro das duas, muitas vezes Mulher 1 admira Nagore em fazer surgir alívio dentro do caos, podendo amar o ideal que desejava dela mesmo.

Freud continua seu pensamento, expondo agora o outro, o desconhecido:

Esse desconhecido não apenas não é digno de amor em geral; tenho de confessar, honestamente, que ele tem mais direito à minha hostilidade, até ao meu ódio. Ele não parece ter qualquer amor a mim, não me demonstra a menor consideração. Quando lhe traz vantagem, não hesita em me prejudicar, não se perguntando mesmo se o grau de sua vantagem corresponde à magnitude do dano (Freud, 1930/2010, p. 75).

Nagore, desconhecida por Mulher 1, a faz intrigar sua permanência na vida, com a insistência em se fazer presente mesmo diante de toda dor pós morte de sua mãe. O desconhecido não era apenas Nagore, mas tudo o que ela deixava transparecer, como no caso da diferença entre os sentimentos de Mulher 1 para com a vida:

Nagore cresceu rápido. A vida se avultava pouco a pouco no peito, nos quadris e na altivez que ela nos esfregava na cara, indicando que, apesar

de tudo, continuava viva. Ela construía um solo em que seus passos eram firmes e do qual eu não ficava sabendo, mas supunha que na escola ela ria e fazia piadas e respirava plena. Eu imaginava ela andando e rindo e sendo feliz e se sentindo muito viva, muito presente, certa de que pisava na terra. Por isso, aquela vez que ela fechou a porta do quarto, senti meu estômago arder e corri para abri-la num golpe seco: Nesta casa não existem segredos, eu disse, e ela me olhou da cama, em silêncio. Ela sabia que tudo entre nós duas era um segredo, especialmente o fato de que, no fundo, nos odiávamos mutuamente (Navarro, 2022, p. 22).

Em uma declaração sobre os avós de Nagore, Mulher 1 não disfarça o verdadeiro sentimento: “Talvez fosse por isso que Nagore quisesse acender a luz e olhá-los nos olhos, deixá-los morrer, não sei, ou talvez encontrar esperança para eles, tirar deles o peso de um filho assassino”. Por fim, reconhece: “Nagore, viva, era feita de uma voz e uma história, negava-se a pertencer a um grupo de pessoas que preferem a penumbra. Sempre tive respeito por Nagore” (p. 118).

A construção dessa relação, por fim, estabelece a possibilidade em permitir elaborar sentimentos. Em outra passagem, Navarro (2022) consegue simbolizar de uma forma nobre:

Nagore se aproximava da porta do meu quarto, ficava parada até que eu perguntasse o que ela queria. Nada, dizia na maioria das vezes. Noutras, me trazia frutas. Coma, ela me dizia. Às vezes se oferecia para escovar os meus cabelos. Foram poucas as vezes, mas cheguei a deixar que me penteasse, pois assim a mantinha calada e entretida. E embora eu lhe desse as costas, isso não impedia que de vez em quando ela beijasse os meus cabelos. Talvez uma duas vezes me beijou na bochecha e eu encostei nela, agradecida. Houve até momentos, quase imperceptíveis, em que parecia que eu prestava atenção nela e perguntava como estava sendo seu dia e ela soltava uma verborragia na qual eu não prestava atenção. Sua voz era um ruído alheio que não conseguia fazer eu me interessar, mas que aliviava o profundo silêncio em que tinha se transformado o labiríntico passar dos dias (Navarro, 2022, p. 29).

Frente ao conflito de sentimentos, como amor e ódio, fica estabelecido o que essa relação representou – mais uma faceta do feminino em nossa sociedade. Como expõe Chodorow (1990), todas as pessoas têm a base relacional para cuidar de uma criança. No entanto, ainda vemos, em especial, as mulheres exercendo esse cuidado. E a partir disso, notamos que aprender a amar e a cuidar faz parte do histórico das mulheres que

são obrigadas a vivenciar esse cuidado – mesmo que com ambivalência ou tentando escapar delas, ainda acabam sendo atravessadas por questões inconscientes.

Sutilmente percebemos como Nagore “materna” Mulher 1, com o cuidado que somente uma mulher foi capaz de oferecer para esse momento tão delicado. E assim, depois de muito conviver com Nagore e encarar atropelos ambivalentes, Mulher 1 se depara com seu sentimento mais sincero:

Você não tem medo de encarar seu pai?, perguntei a Nagore dias antes dela partir. Medo do quê, de quê, dele me matar?, retorquiu. Respondi levantando os ombros. Ele é quem deve ter medo de mim, ela disse. Nunca tinha conhecido uma mulher tão corajosa. De repente, passei a amá-la (Navarro, 2022, p. 124).

Como falamos, Mulher 1 vive o conflito da maternidade, experimenta a ambivalência árdua com a descoberta da gravidez e, depois com a chegada de Daniel, nega a maternidade, encarando-a como um fardo e não como um vínculo. Todavia, com o tempo, Nagore parece construir um alívio em torno dessa relação. A sutileza de Nagore fez nascer uma troca que colocou Mulher 1 em uma maternidade obrigatória, não teve parto, não teve um corpo diferente pós-gravidez, mas teve o susto em lidar com o novo, com os cuidados, o não reconhecimento dessa função e com a surpresa em ver o susto se transformar, a partir de alguns momentos de vulnerabilidade, em uma construção amorosa.

4.5 POSSIBILIDADES DE OLHAR A MATERNIDADE NA ATUALIDADE

A partir dos estudos sobre a maternidade, foi possível pensar em questões que o *ser mãe* carrega, sendo possível enxergar que, ainda na atualidade, as relações familiares podem se construir de diversas formas. Meira (2024) aponta que é muito recente a possibilidade de se falar sobre a maternidade real e seus encantamentos e sobre os desconfortos e as angústias. Aliado a isso, pensamos que para nossa sociedade, a ideia de a mãe conquistar a capacidade de amar seu filho a partir do seu desenvolvimento ainda é precária, é indispensável pensar as possibilidades de olhar a maternidade nos dias de hoje.

Trazendo a história de Navarro (2022), Mulher 1 vive de duas formas a maternidade, com Nagore e com Daniel, abrindo espaço para pensarmos acerca das vivências e de uma condição subjetiva:

O que é um lar e do que ele é feito? Em que ponto começamos a ser pais e filhos? Foi quando Nagore apoiou a cabeça no meu corpo e abraçou o meu ventre, que respondia com pequenos chutes como se quisesse abrir uma porta, ou foi quando Daniel saiu de mim com tão pouco ímpeto que tiveram que lhe dar oxigênio artificial e eu não pude pegá-lo nos meus braços por uma semana? Em que ponto começa o lar e do que ele é feito? (Navarro, 2022, p. 69)

A personagem conduz seus sentimentos para tentar amenizar a culpa, lidando com a ambivalência lado a lado. Se questiona e também se culpa pelo fato de ter deixado o filho sozinho em um parque e ter preferido usar o celular; e ainda pior, atentou-se ao celular para falar com Vladimir, seu grande amor da vida.

O que observamos nas duas personagens é uma desorganização diante da maternidade vivida forçadamente. Mulher 1 sem desejo e expectativa do matinar, Mulher 2 submetida a uma relação conjugal violenta e uma maternidade diferente de sua idealização; e ambas lidando com o autismo do menino, dificultando uma comunicação. O que esses aspectos têm em comum com a atualidade? Em que a nossa sociedade se assemelha ao romance de Brenda Navarro?

Meira (2024, p. 38) faz uma referência à teoria de Freud, de que a mãe dedica ao bebê sentimentos que se originam de sua própria vida sexual; e, assim, o apodera como objeto, indicando que os cuidados da mãe sobre a criança seria uma contínua fonte de excitação das zonas erógenas, e que a mãe se horrorizaria se soubesse do afeto sexual em uma criança. A autora indaga:

não teria sido nós, todavia, que passamos décadas nos horrorizando, sem poder olhar, escutar ou ler autoras que, como Hilferding falaram sem pudor sobre isso? Não terá sido por isso que tanto se propagou o tão perfeito, puro e assexual amor materno? (p. 38).

Podemos arriscar afirmar que a psicanálise freudiana também teve grande colaboração para o discurso que vemos hoje. Porém, é no presente que podemos

repensar e construir ideias alinhadas aos desejos femininos em nossa sociedade atual, mesmo tomando a psicanálise como uma escuta subjetiva de base.

Lembrando que a obra é baseada em um contexto da América Latina, mas não tão diferente do nosso país. Navarro (2022) discorre sobre a diferença econômica e social das duas personagens, e podemos ver que em cada situação, a maternidade e a família também refletem de formas distintas. Mulher 2 cresceu em uma família pobre, enfrentando dificuldades; por isso, decidiu parar de estudar e trabalhar para melhorar sua condição financeira. A mãe de Mulher 2 considerava essa atitude absurda, obrigava-a a entregar o dinheiro do lucro e não permitia que ela cozinhasse em casa, o que a fazia ir até a casa da tia ou das primas para preparar suas refeições e assim continuar ganhando dinheiro. Além de desejar seu próprio dinheiro, também desejava uma família, como já vimos aqui, e diante desse desejo se sujeitava a situações com Rafael para permanecer na ilusão de uma família.

Chodorow (1990, p. 52) trabalha essa questão ao pensar na desigualdade de gênero. A seu ver, “a maternação das mulheres não existe isoladamente. Ela é um aspecto constituinte fundamental da divisão do trabalho por sexos.” Vemos em toda a história as angústias das mulheres em relação ao matinar. Tanto Mulher 1 como Mulher 2 se sentem sozinhas, e de formas diferentes sobrecarregadas.

Mulher 2 bancava seus gastos e sustentava seu desejo de ser empreendedora, mesmo se perdendo por questões de Rafael, almejava comprar uma caminhonete para carregar suas paletas de chocolate, mas nunca comprou pois precisou emprestar o dinheiro para o marido viver um devaneio de ir para outro país tentar a vida com os primos. Navarro (2022, p. 90) ilustra essa passagem:

Agora, se me perguntassem se eu sustentava o Rafael, eu diria que não. Que eu sustentava a casa, isso sim, mas nunca, nunca comprei nem uma cerveja ou qualquer outra coisa para ele. Era verdade que quase nunca ele me dava dinheiro, mas eu não precisava do dinheiro dele, o que eu queria de Rafael era uma família.

Mulher 2, em sua história, foca em construir uma boa casa, ter uma boa família; e sempre se esforçou financeiramente para manter esse desejo. Rafael, como não atuava de igual em seu desejo, não aparecia muito nos cuidados de casa, financeiro e emocional.

Chodorow (1990, p. 237), nesse sentido, expõe que “uma família cada vez mais constituída de pai ausente e mãe envolvida produz nos homens uma personalidade que corresponde à masculinidade e ao machismo, tal como se verifica normalmente no sistema sexo-gênero”. Notamos isso nos relatos em que Navarro (2022) transparece esse machismo em Rafael, como das vezes que obriga Mulher 2 levar cerveja para ele, ameaçando-a com a garrafa na mão e até com violências físicas:

Ele costumava me puxar pelos cabelos, parecia fácil me pegar pelos cabelos e me sacudir, me pôr na frente dele, presa pela cabeleira e me dar chutes, como se chuta uma bola no ar. Assim ele me chutava na barriga e me dava bofetadas na cara, nos peitos. Eu podia gritar e desferir arranhões, mas ele sempre ganhava. Dessa vez, por exemplo, ele me deu um murro na cara, eu só senti que fui ficando tonta e que meu corpo começou a cair. Quando abri os olhos, estava no chão e ele tentando me levantar (Navarro, 2022, p. 51).

Atualmente, vemos muitas famílias em que pais são ausentes na educação dos filhos, nos afazeres domésticos e também com histórico de violência doméstica. Essas situações resultam em sofrimento psíquico para as mulheres, ligado à sobrecarga e às diferentes violências vividas na família e na sociedade.

Na obra, observamos o quanto a chegada de Leonel também fez com que Mulher 2 enxergasse uma dificuldade em dar conta de tudo. Nesse ponto, a crítica do livro se aproxima da realidade das mulheres de hoje. Para Ferrari (2022, p. 36), a “nova mãe se sente sobrecarregada de tantas solicitações e expectativas, ou porque, na ausência de intimidade com seu filho, acaba por não desenvolver habilidades e acuidade para entender suas necessidades e lidar com ele”.

A autora também afirma que em uma sociedade na qual a performance impera, o medo diante do não-saber o que a experiência com o recém-nascido pode evocar, a dificuldade em fazer contato com sua incapacidade de “maternar” seu filho, o puerpério, podem causar angústias das quais a mulher se vê solitária. Mulher 1, por exemplo, representa essas nuances, principalmente das vezes que se queixa se deveria estar sofrendo mais pelo desaparecimento de Daniel, apresentando as exigências de seu papel materno: “Caminhe, saia para caminhar, vai fazer bem ao bebê. E o que faz bem a mim?” (Navarro, 2022, p. 67).

Além desses aspectos, a ideia de uma mulher que não deseja a maternidade e as cobranças e culpas a ela associadas aparecem no livro tanto traçando aspectos da vida da Mulher, que apresenta essa reflexão sobre o não desejo de ser mãe; quanto na Mulher 2, que traz questionamentos sobre sua dificuldade em engravidar, sentindo vergonha por não ter um filho com Rafael. De acordo com Badinter (2024, p.184), “a maternidade é associada a sacrifícios, à perda da identidade feminina. Para outras, o desejo do filho é totalmente estranho, e a noção mesma de instinto materno não tem sentido algum”.

Apesar desses fatores, a sociedade ainda olha para mulher sem filhos com pena, e considera isso como uma falha da feminilidade. Emidio e Giguek (2019) apontam que nos dias de hoje, em nossa sociedade, existe uma dificuldade de conceber um destino feminino para além da maternidade, pois isso seria uma ruptura com uma norma social que tem atravessado o percurso feminino nos últimos séculos. Isso se apresenta também nas cobranças da Mulher 1 com relação ao reconhecimento social, sempre pensando no que deveria fazer para ser vista como uma mãe preocupada, uma mãe boa, uma mãe que ama seu filho. Ou seja, independentemente de sua escolha – se é que podemos falar em possibilidades de escolhas femininas –, a mulher será acompanhada de julgamentos acerca de suas decisões.

Também é curioso pensar o quanto a maternidade ainda está atrelada ao feminino, àquele feminino que Freud tentou desvendar. Em 1933, em seu texto “A Feminilidade”, o psicanalista se propôs a discutir sobre a mulher e sobre a diferença entre os homens, trazendo conteúdos como o Complexo de Édipo, embates com a mãe, traumas na primeira infância. Mesmo assim, Freud tenta solucionar o que as mulheres desejam, pois “corresponde à singularidade da psicanálise não querer descrever o que a mulher é - isso seria para ela uma tarefa quase impossível de resolver -, mas, sim, pesquisar como ela se torna mulher” (Freud, 1933/2021, p. 318).

Sabemos que Freud (1933/2021, p. 333) enfatiza a maternidade como uma satisfação feminina, “no entanto, a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo do filho”. Ele também menciona que na fase fálica a menina já havia desejado um filho quando brincava com bonecas, “mas essa brincadeira não era propriamente a expressão de sua feminilidade”. O que seria então a revelação da feminilidade se considerarmos o contexto atual? Freud não chegou a uma conclusão

em sua época, de modo que continuamos refletindo sobre essa questão até hoje, mas agora munidos da compreensão de que quando olhamos para a feminilidade, precisamos levar em consideração o percurso histórico e social que compõe essa construção e que repercute nos processos de subjetivação e no desejo e escolhas femininas.

Cada vez mais as mulheres adentram ao mercado de trabalho, almejam outros estilos de vida. Badinter (2024, p.170) nos aponta “para algumas mulheres, é a garantia de poder dispor de um potencial de tempo, de energia ou de meios financeiros aos quais a mãe de família raramente pode aspirar”. Hoje vemos aspirações que a autora reforça, como “elas não imaginam poder assumir a responsabilidade de um ou vários filhos sendo a professora, a artista, a médica, ou a executiva que elas desejam ser. Como cuidar de um bebê escrevendo uma tese?” (p. 171). Essa citação reforça nosso pensamento de que hoje é necessário fazer escolhas, pois muita coisa está em jogo: ser mãe solo com diversas dificuldades, situação econômica do momento, a escolha de um parceiro que saiba dividir justamente as tarefas e um desejo sobre a maternidade muitas vezes incompreensível. Quando refletimos sobre esses aspectos, nos salta uma questão: em todo esse contexto, hoje é possível à mulher escolher?

Para Badinter (2024, p. 148), o que nos diferencia de outros séculos, “não é tanto nossa maior liberdade de ser ou não mãe, mas uma abordagem diferente do destino feminino. Este se confunde cada vez menos com a maternidade, porque outras vias são possíveis e desejáveis”. Hoje vemos muitas posições das quais as mulheres escolhem permanecer e sustentar; entretanto, como bem enfatiza Cordeiro (2021), no momento atual,

A escolha pela maternidade, já que ela passou a ser uma escolha, reflete ironicamente aquela que a mulher faz para ser vista como um sujeito feminino. Talvez, por essa razão a maternidade parece condizer mais às correntes pós-feministas que procuram reter a mulher na sua feminilidade, logo a maternidade serviria bem a esse propósito. Por outro lado, a corrente pós-feminista retrocede a muitas outras conquistas e reposiciona o sujeito feminino na antiga significação binária dos sexos masculino/feminino (Cordeiro, 2021, p. 6).

A grande crítica é a reflexão das posições dos gêneros, o feminino e o masculino permeiam condições sociais, políticas, educacionais, econômicas e culturais. O feminino, ao que parece, ainda é atrelado à maternidade, e talvez uma das resoluções seja ouvir e

abrir espaço para diferentes vozes femininas e para as reflexões sobre os percursos e desejos femininos.

Mulher 1 e Mulher 2 são exemplos dessas reflexões sobre as possibilidades ou não de escolhas na atualidade, pois impulsivamente (ou não) foram decisões que as colocaram em situações nas quais viver a maternidade provocou aspirações, tendo agora que lidar com muitas consequências. Dentre essas aspirações, Badinter (2024, p. 132/134) afirma que atualmente, apesar dessas possibilidades de reflexão sobre a maternidade, vemos delinear a ideia de que a mulher pode ser uma boa mãe e também desenvolver uma bela carreira, mas isso ligado a um esforço e equilíbrio pessoal da mulher, resultando no aumento do trabalho feminino tanto no trabalho produtivo, quanto no trabalho reprodutivo, uma vez que “no momento atual, nenhuma política familiar se revelou verdadeiramente eficaz no que concerne à igualdade entre homens e mulheres”

Segundo Badinter (2024), a divisão dos papéis parentais desde o nascimento do bebê poderia frear a sobrecarga feminina. Nesse sentido, apesar de aparecer esse papel da/na mãe, mulher e trabalhadora no imaginário social, esse papel não se apresenta alicerçado em políticas familiares que oferecem apoio para as mulheres viverem essa experiência, tampouco uma desconstrução do ideal social da boa mãe. Esse papel atual agrega funções às mulheres, aumentando as cobranças e levando-as à sobrecarga e ao sofrimento psíquico.

Nesse sentido, quando retomamos as discussões de Nancy Chodorow (1990), lembramos que a autora aponta que

a teoria psicanalítica do relacionamento mãe-filho confunde uma reivindicação implícita da inevitabilidade e necessidade da maternação exclusiva pela mãe biológica com argumento em favor da necessidade de constância do cuidado e certa qualidade do cuidado por *alguma* pessoa ou poucas pessoas (p. 101)

Percebemos o quanto é necessário questionar essas teorias, pois é certo que a constância do cuidado é necessária para o desenvolvimento da criança/filho, e que os adultos são responsáveis por esse cuidado. Todavia, o que Chodorow (1990) aponta, e que se apresenta como algo bastante importante na atualidade, é o fato de que “um bom cuidado em creche – vários adultos e várias crianças juntos – pode estar muito mais perto

da norma histórica e cultural da criação de criança do que aquilo que viemos a pensar que é natural”. Esses apontamentos nos fazem realçar a necessidade urgente de se pensar a horizontalidade entre o casal parental, a construção de políticas de apoio familiar, a possibilidade do cuidado compartilhado e a desconstrução de uma economia de cuidado vinculada ao cuidado materno.

A grande modificação, como sugere Chodorow (1990, p. 265), é enfrentar a organização do cuidado de filhos. Por mais que seja um arranjo que pareça universal e enraizado na biologia, ele pode ser mudado. Ela segue apostando que,

Qualquer estratégia para mudança cuja meta inclua a libertação das constrições de uma organização social desigual do gênero deve tomar em consideração a necessidade de uma fundamental reorganização do cuidado dos filhos, de modo que o cuidado primário seja partilhado por homens e mulheres (p. 265).

Como vimos nos exemplos das personagens trazidas aqui, os homens não são expostos nas questões sobre o filho, nem nas ambivalências e nas idealizações. Tanto Fran como Rafael, mesmo em contextos diferentes, colocam as mulheres em posições principais dessa função de cuidadora e sonhadora de uma família, ou de culpabilização pelos erros. As mulheres do livro estão presas nos imperativos da maternidade, seja pela afirmação ou pela negação, seus discursos evidenciam as dificuldades de se olhar as mulheres para além da maternidade. O que pode acontecer em uma possível construção diferente do passado, para Chodorow (1990, p. 73), é centrar naqueles aspectos do desenvolvimento que resultam em diferentes orientações para o cuidado infantil, e então descentralizar os cuidados todos através da mulher.

Para Badinter (2024), é necessário romper com a definição tradicional da feminilidade. Em suas palavras,

para um número significativo de mulheres, a maternidade não é mais uma realização. Não apenas elas rejeitam a essência maternal tradicional da feminilidade, como também se pensam mais femininas que as mulheres realizadas com a maternidade (p. 183).

Um olhar empático para essas mulheres é um bom caminho para diminuir a culpa em não maternar e à maternidade compulsória. Falamos muito aqui sobre a construção

da maternidade e a idealização que as mulheres vivem, através de imposições sociais que permeiam as escolhas femininas por séculos; e que apesar das possibilidades de reflexão, ainda se mantêm presentes na atualidade. O que *Casas Vazias* nos apresenta é o reflexo dessa realidade, somada à ideia do desaparecimento – ponto tão importante na história de Navarro, e também tão significativo nas discussões realizadas em nossa pesquisa.

O desaparecimento se apresentou em toda a costura de nosso trabalho. Ele é parte da história da mulher, pois desde o recorte histórico, pudemos observar as mulheres desaparecendo em contextos e lutando para se fazer presente, sendo a maternidade um primeiro lugar no qual a mulher pode aparecer e ser valorizada. Vimos também o discurso de Hilferding, que se perdeu na história da Psicanálise, e chegamos em Chodorow, que sustenta suas ideias com o objetivo de mostrar importantes novos caminhos que a sociedade pode seguir para não deixar os desejos das mulheres esquecidos, para não permitir que a mulher desapareça diante da maternidade e que seja possível pensar um feminino para além da maternidade.

Em sua teoria, Freud (1933/ 2021, p. 341), mesmo dizendo que as mulheres seguem sendo incompreendidas, de alguma forma falou delas, e enalteceu a busca pela compreensão, enfatizando que: “se quiserem saber mais sobre a feminilidade, então perguntem às suas próprias experiências de vida, ou voltem-se aos poetas, ou esperem até que a ciência possa lhes dar informações mais profundas e mais bem articuladas” (p. 341).

Nesta pesquisa, seguimos com a hipótese de Freud, já que esta dissertação é, também, uma experiência de vida que tenta descobrir algo além. Com Brenda Navarro, autora de *Casas vazias*, assim como os poetas – nos quais encontramos dizeres tão valiosas das experiências femininas e maternas –, articulados ao saber científico e às pesquisas e discussões sobre a temática, pudemos considerar a importância da reflexão sobre a maternidade na atualidade. Esperamos que as mulheres possam ter a coragem e o desejo de seguir apostando no seu saber e, assim esperar uma sociedade onde seja possível a essas mulheres ocupar outros e diferentes espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando encontrei a obra de Brenda Navarro, também me deparei com outras literaturas femininas que diziam das dores que as mulheres carregam na busca do desejo de serem amadas e amarem. Entre essas obras, percebi a urgência das vozes femininas estarem pertencendo a lugares importantes, “na boca do povo”, entre mães, amigas, na clínica, onde muitas vezes personagens faziam parte de exemplos de suas histórias. Impossível, então, não ser afetada e provocada a refletir esse movimento literário entre nós, juntamente com a Psicanálise.

Nas artes, mais especificamente na literatura, a luta contra os ideais essencialistas foi absorvida pelas autoras contemporâneas, em que podemos ver constantemente o tema da maternidade presente. Diante do exposto, a pesquisa foi conduzida tendo como questão norteadora a reflexão sobre a construção social do amor materno enquanto natural na vida das mulheres. Além da literatura, um breve trabalho sobre o amor materno durante a graduação também me conduziu à dedicação deste trabalho.

A partir da articulação entre o texto literário e referenciais teóricos da psicanálise e dos estudos de gênero, foi possível evidenciar como a maternidade permanece fortemente marcada por idealizações, mesmo diante de transformações sociais significativas. Por meio de uma breve retomada do percurso histórico, pudemos perceber que a função materna depende de muitos fatores sociais para existir, como os papéis de gêneros, a política, a organização familiar e a de como a infância é colocada em sociedade – fatores que foram determinantes para a construção do valor social ligado à maternidade. A fim de se debruçar brevemente na história da maternidade, Elisabeth Badinter, entre outros autores(as), nos acompanhou com potência na importância de sua teoria. Além de que, o que sustentou toda essa pesquisa foi a ideia de que a mulher é um ser histórico, capaz de escolher de acordo com suas particularidades.

A partir das altas taxas de mortalidade infantil, foi observado que, através do aleitamento feito pelas amas de leite, as crianças ficavam muito doentes e as mães precisaram dar uma atenção diferente para os filhos. À época, ocorreu uma aproximação entre mãe e filho, e a maternidade passa a adquirir um sentido de educação. A vinculação ao bebê e os preceitos sociais apontavam para a mãe um novo lugar.

Assim, uma vez instaurado esse lugar, novos caminhos de submissão foram dados às mulheres. Isso continuou sendo um elemento organizador das sociedades, possibilitando, por meio da crença no amor materno inato e da consolidação da burguesia como classe social, acompanhar as transformações econômicas e trazer uma noção de vida privada. Assim, o valor dado ao lar foi construído, e a casa tornou-se um espaço reservado à vida em família.

Todavia, o lugar feminino na sociedade totalmente ligado à experiência e ao exercício da maternidade perdurou fortemente até a metade do século XX, momento em que vemos a inauguração de um novo lugar: os movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, impulsionados pela aceleração da industrialização e pela conquista das mulheres no mercado de trabalho.

Logo, reconhecemos que juntamente com essa conquista, a liberdade feminina escancarou seus desejos em lugares antes poucos vistos, como espaços na ciência e na literatura, por exemplo. A psicanálise aqui tem um espaço importante na produção do saber, e ainda mais em ser um saber de escuta única: a escuta subjetiva. Passamos por Freud, Hilferding e Nancy Chodorow, e logo fomos capturados por um lugar em que notamos que a psicanálise também compreende sobre a mulher e a maternidade de algumas formas. Vimos propostas como: a desvinculação do amor inato da mãe pelo filho; e quando o amor existe, chega pela construção das relações; a maternidade como um caminho de satisfação feminina; e a ideia de uma igualdade dos cuidados infantis, libertando as mulheres desse peso de responsabilidade única.

Com isso, *Casas Vazias*, de Brenda Navarro, tem um lugar de grande importância para esta pesquisa, elucidando as vozes femininas carregadas de significados. O que fica revelado e representado pelas personagens, a partir da história, é o encontro com o vazio, com a dor, a raiva, o arrependimento e a desilusão de uma idealização. As duas personagens principais, Mulher 1 e Mulher 2, costuram caminhos dos quais fomos possibilitadas refletir, considerando questões importantes acerca da função materna e seus encargos.

Diante da promessa de uma vida, as personagens vivem diferentes sentimentos e são atravessadas pelo amor e ódio tão presentes na relação com a criança. Somos preenchidas por um histórico que favorece a idealização da maternidade aparecer e se

fixar no psíquico das mulheres. Mulher 2 reflete o que vemos em muitos contextos na história e atualidade, desejando ter uma família, ser amada pelo marido e construir o que tanto idealizou. A maternidade está envolvida nesse cenário de construção conectada a um lugar de santificação da mulher; um lugar de salvação que se articula também às discussões psicanalíticas quando apontam que o filho pode ocupar o lugar de objeto fálico, possibilitando a essa mulher uma experiência de satisfação, como aponta a teoria de Freud.

Notamos também o sentimento de solidão acerca dessa vivência, ainda mais pelo fato de quem idealiza a maternidade é a mulher, e viver isso na realidade acarreta viver de forma solitária. A culpa e a raiva de não perceber e não dar conta dos cuidados infantis – atravessados pelo ideal social –, são sensações presentes que também conseguimos concluir da história. Aprendemos com Mulher 1 a dificuldade em viver uma gravidez, com todas suas questões físicas e emocionais, e também a solidão ao lidar com um parceiro incompreensível e que a colocava diante da pressão de uma maternidade correta.

O enfrentamento para construir um amor através da relação entre mãe e bebê, coloca a mulher em posições de culpa e ódio, principalmente quando esse amor não aparece. Vimos que, não necessariamente o amor, mas algum prazer pode surgir; no entanto, haverá sempre uma briga com a idealização, causando estranhamento para a mulher.

A diferença de gênero fica evidente, sendo que a experiência da maternidade não permite que a mulher, logo depois do nascimento de seu filho, volte a ter a mesma noção de gênero feminino como antes. Um marcador importante desta pesquisa é apostar em cuidados infantis iguais para homens e mulheres, assim como em funções domésticas, podendo os homens serem exemplos para filhos crescerem criando um novo registro no imaginário social.

Uma faceta muito vista em nossa sociedade é a de mulheres sempre exercerem os cuidados, e isso se reflete para as filhas seguirem o exemplo da mãe, permanecendo no ciclo de responsabilidades afetivas com as crianças e construindo esse como o único caminho de satisfação e realização, onde vemos que aprender a amar e a cuidar faz parte do histórico das mulheres que são obrigadas a vivenciar esse cuidado.

A ambivalência materna foi manifestada pelas duas personagens. Confirmamos, neste ponto, que há uma dificuldade em enxergar essa questão, pois ela é constantemente apagada pela idealização da maternidade – seja ela particular, social ou política. Mas garantimos que atravessar a turbulência entre amor e ódio é uma aposta valiosa para os sentimentos hostis serem menos vividos.

Tomando por base essas questões levantadas, foi possível apreender que as mulheres são envolvidas por desejos que muitas vezes não são delas e dos quais não conseguem escapar, acabando por viver uma realidade com muitas dificuldades. É possível enxergar que, atualmente, é precioso pensar formas diferentes de construir uma família na qual mulheres possam ter o privilégio de pensar se querem ou não serem mães.

Escolhas. É a aposta também que Badinter faz ao escrever seu último livro, *O conflito*. Para a autora, na atualidade uma mãe pode também querer ser uma ótima profissional, ou ficar unicamente com o filho, ou simplesmente ouvir seu desejo e querer não vivenciar a maternidade. São escolhas, mas ainda fica o questionamento se elas são possíveis às mulheres e o quanto são necessárias mudanças sociais e políticas que viabilizem a construção de outros percursos femininos em nossa sociedade.

Ambas narrativas demonstram que a maternidade é atravessada por construções sociais, culturais e psíquicas que determinam o lugar da mulher, promovendo muitas vezes a culpabilização e a negação da ambivalência como parte legítima da vivência materna. A obra de Navarro, aliada à teoria psicanalítica, evidencia que tanto o desejo de maternar quanto a recusa são experiências válidas, que necessitam de compreensão para além dos discursos normativos.

Esta pesquisa evidencia a necessidade de reconhecer a maternidade como um fenômeno plural, atravessado por ambivalências legítimas. Abrir espaço para essas contradições e desnaturalizar as imposições culturais que seguem determinando os contornos da subjetividade feminina, é essencial quando almejamos um exercício mais autêntico e ético da função materna – inclusive na sua negação.

Por fim, os diferentes sentimentos e nuances para sentir e pensar a maternidade são representados com muita potência pela voz de Brenda Navarro, o que nos leva a concluir este trabalho com a *esperança* de que estamos no caminho, à procura de lugares

diversos e de olhares mais plurais para as mulheres; por um mundo em que seja possível ser mulher para além da maternidade; e, com isso, a sinceridade sobre a maternidade não vire tabu, nem ofensa e represália. Verificamos como essa ação abre frestas, fazendo permanecer a possibilidade de vínculos e experiências nos quais mulheres possam viver em *casas menos vazias e mais cheias de esperanças*.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, J. L. F. *A história de psicanálise de crianças no Brasil*. São Paulo: Escuta, 2001.
- ALBERTUNI, P. S.; STENGEL, M. Maternidade e novos modos de vida para a mulher contemporânea. *Psicologia em Revista (Belo Horizonte)*, v. 22, n. 3, p. 709–728, 2016.
- ALMEIDA, A. M. M. Feminilidade – caminho de subjetivação. *Estudos de Psicanálise*, n. 38, p. 29–44, 2012.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- AZEREDO, S. Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher [resenha do livro *Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher*, de N. Chodorow]. *Cadernos de Pesquisa*, n. 79, p. 81–84, 1991.
- BADINTER, E. *O conflito*. Tradução: Véra Lucia dos Reis. Revisão técnica: Joel Birman. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BIRMAN, J. *Cartografias do avesso: escrita, ficção e estéticas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- BOSI, M. L. M.; MACHADO, T. M. Amamentação: um resgate histórico. *Cadernos ESP – Escola de Saúde Pública do Ceará*, v. 1, n. 1, jul./dez. 2005.
- BROTTO, R. B. *Médicos e padres: discursos sobre a maternidade no século XIX (1860–1870)*. Rio de Janeiro, 2010.
- CAMPOS, T. B.; WINOGRAD, M. O feminino e a maternidade na psicanálise freudiana: reflexões críticas. *Revista Ítaca*, n. 37, UFRJ, 2023.
- CHODOROW, N. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Tradução: N. C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- CORDEIRO, M. S. A maternidade silenciada. *Revista Eletrônica Interfaces*, v. 12, n. 1, 2021.

COSTA, P. Na terra do nunca: cultura visual, arte e maternidade. *Revista Apotheke*, v. 4, n. 2, 2018.

DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: EdUNB, 1993.

DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

EMIDIO, T. S. *Diálogos entre a feminilidade e maternidade: um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

EMIDIO, T. S.; CASTRO, M. F. Entre voltas e (re)voltas: um estudo sobre mães que abandonam a carreira profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, e221744, p. 1–16, 2021.

EMIDIO, T. S.; OKAMOTO, M. Y. Maternidade e herança psíquica. In: BENELLI, S. J.; DIONÍSIO, G. H. (org.). *Perspectivas de pesquisa na pós-graduação: psicologia e sociedade*. São Paulo: Gradus Editora, v. 1, p. 7–448, 2023.

EULÁLIO, A. *Amores loucos: a devastação materna e nas parcerias amorosas*. Belo Horizonte: Artesã, 2020.

FERRANTE, E. *Às margens e o ditado: sobre os prazeres de ler e escrever*. Tradução: Marcello Lino. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.

FERRARI, R. S. *Maternidade, assombro, elaboração: reflexões psicanalíticas sobre a vivência da maternidade*. São Paulo, 2022.

FERRARI, R. S.; RIBEIRO, M. F. R. Ser mãe, ser pai: desafios na contemporaneidade. *Cadernos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 42, p. 225–242, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952020000100014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 nov. 2024.

FIGUEIREDO, L. C. M. *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500–1900)*. 7. ed. São Paulo: Escuta, 2007.

FREUD, S. Além do princípio de prazer. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução: J. Salomão. v. 18, p. 2–42. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Obra original publicada em 1920).

FREUD, S. *Amor, sexualidade, feminilidade*. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. 1. ed., 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (Original publicado em 1933).

FREUD, S. *Arte, literatura e os artistas*. Tradução: Ernani Chaves. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 2010. (Original publicado em 1914).

FREUD, S. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930–1936)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. *Obras completas*, v. 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901–1905). Tradução: Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GRISCI, C. L. I. Mulher-mãe. 1995. *Psicol. cienc. prof.*, v. 15, n. 1-3, 1995.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98931995000100003>

HILFERDING, M. *A base do amor materno*. Tradução: Christiane Neusser Sichinel. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2024.

IACONELLI, V. *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

JULIEN, M. C. G. *Depressão pós-parto: um olhar psicanalítico*. São Paulo, 2013.

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino I*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

KOBORI, T. E. Algumas considerações sobre o termo Psicanálise Aplicada e o Método Psicanalítico na análise de cultura. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 12, n. 2, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos da metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário de psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes, 1989.

MEIRA, A. C. *Dos impasses da maternidade a uma verdade indizível: uma leitura psicanalítica sobre a feminilidade*. Salvador, 2010.

MEZAN, R. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, R. L. C. A. *Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de

Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp108581.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MOURA, S. S. R.; ARAÚJO, M. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

NAVARRO, B. *Casas vazias*. Tradução: Lívia Deorsola. 2. ed. Porto Alegre: Dublinense, 2022.

PACHECO, A. P. P. *Feminilidade e experiência psicanalítica*. 2. ed. São Paulo: Agente Publicações, 2017.

PARKER, R. *A mãe dividida: a experiência da ambivalência na maternidade*. Tradução: Alice e Doralice Xavier de Lima. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

POSTER, M. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Tradução: Suzana M. de Alencar Carvalho; José Laurentino de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2005.

RESENDE, D. K. Maternidade: uma construção histórica e social. *Pretextos: Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 2, n. 4, p. 175–191, 2017.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, M. R. G.; MIRANDA, J. J.; BELO, F. R. R. Idealizações e prescrições psicanalíticas acerca da maternidade em Chodorow: um debate atual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, e189015, p. 1–14, 2020.

SANTOS, R. S. *A hora da Macabéa e a problemática do sujeito psicanalítico na literatura e no cinema*. São Cristóvão, 2019.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, n. 16, 2001. (Dossiê: Feminismo em questão – Questões do Feminismo).

SOLER, C. *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

TEIXEIRA, L. C. O lugar da literatura na constituição da clínica psicanalítica em Freud. *Psyche (São Paulo)*, v. 9, n. 16, p. 115–132, 2005.

VÁSQUEZ, G. Maternidade e feminismo: notas sobre uma relação plural. *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v. 3, n. 6, p. 167–181, 2014.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZORNIG, S. M. A. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453–470, 2010.